

Conselho Federal de Psicologia (CFP)



Conselho
Federal de
Psicologia

Relatório de Gestão 2015

Brasília, 2016

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Relatório de Gestão 2015
Brasília, 2016

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Relatório de Gestão do Exercício 2015

Relatório de Gestão do Exercício 2015, Conselho Federal de Psicologia (CFP), apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU 321/2015.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gerência Administrativa e Financeira.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABDH	Associação Brasileira do Desenvolvimento Humano
ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABRAMD	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
ABRAMD	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRASME	Associação Brasileira de Saúde Mental
AC	Acre
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AM	Amazonas
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
ANSS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APAF	Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças
APs	Access Point
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BVS-PSI	Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASC	Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CBP	Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão
CBPD	Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento
CCAP	Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos em Saúde
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFFa	Conselho Federal de Fonoaudiologia
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIADAIDS	Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS
CICAME	Congresso Internacional Cannabis Medicinal
CIRH	Comissão Intersetorial de Recursos Humanos
CISM	Comissão Intersetorial de Saúde Mental
CISPLGBTT	Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CIST	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
Classind	Classificação Indicativa
CMFor	Câmara Municipal de Fortaleza
CN	Cadastro Nacional de Psicólogos

CNAIDS	Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNES	Conselho Nacional de Ensino Superior
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNP	Congresso Nacional de Psicologia
CNPCT	Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNS	Conselho Nacional de Saúde / Conferência Nacional de Saúde
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COEs	Comissões de Orientação e Ética
COFs	Comissões de Orientação e Fiscalização
COGEP	Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar
COJUR	Coordenadoria Jurídica
CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONPAS	Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social
CONPE	Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
CONPSI	Congresso Norte-Nordeste de Psicologia
CONSEG	Conferência Nacional de Segurança Pública
Contran	Conselho Nacional de Trânsito
COPISS	Comitê de Padronização das Informações em Saúde
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPD	Código de Processamento Disciplinar
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRPs	Conselhos Regionais de Psicologia
CRs	Conselhos Regionais
CRTS	Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde
CTC	Comissão Técnica de Classificação
CTSMA	Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento de Trânsito
DF	Distrito Federal

DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENCOE	Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética
ENEP	Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia
FCFAS	Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde
FCPAS	Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde
FENAPSI	Federação Nacional dos Psicólogos
FENPB	Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira
FENTAS	Fórum das Entidades dos Trabalhadores da Área de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNCPS	Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde
FNDCA	Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
FNDDH	Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos
FONACEAS	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social
FONSEAS	Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUNPEC	Fundação de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais
GEPPSI	Grupo de Estudos Provocações Psicológicas
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Gerência de Tecnologia da Informação
IBENeC	Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento
IES	Institutos de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAPS	Laboratório de Estudos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial
LEP	Lei de Execução Penal
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
MA	Maranhão
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEEL	Movimento Estratégico pelo Estado Laico
MG	Minas Gerais
MNLA	Movimento Nacional da Luta Antimanicomial
MP	Ministério Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MS	Ministério da Saúde
MUORF	Manual Unificado de Orientação e Fiscalização
NBCT	Normas Brasileira de Contabilidade Técnica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde

OrientaPsi	Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia
PA	Pará
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAILI	Programa de Atenção ao Louco Infrator
PAI-PJ	Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
PB	Paraíba
PCCS	Plano de Carreira, Cargos e Salários
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDTI	Plano Diretor em Tecnologia da Informação
PE	Pernambuco
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PL	Projeto de Lei
PL	Projeto de Lei
PLP	Países de Língua Portuguesa
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPP	Parceria Público Privada
PR	Paraná
PSINAED	Comissão Nacional de Psicologia na Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RádioPsi	Rádio da Psicologia
RENILA	Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
RPCP	Revista Psicologia Ciência e Profissão
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Setor de Administração Federal
SATEPSI	Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos
SBGG	Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria
SBP	Sociedade Brasileira de Psicologia
SBPOT	Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
SC	Santa Catarina
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SENACOM	Secretaria Nacional do Consumidor
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SeSu	Secretaria de Ensino Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SiGA	Sistema de Gestão de Ações e Atividades
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINDECOP	Sindicato dos Empregados em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissionais e Entidades Coligadas e Afins
SinPsi	Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo

SISCAF	Sistema Cadastral Financeiro
SISCONT	Sistema de Contabilidade
SISPAT	Sistema de Patrimônio
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UDF	Centro Universitário do Distrito Federal
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
ULAPSI	União Latino-Americana de Entidades de Psicologia
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
WOS	Web of Science

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas

Tabela 1 - Organograma.....	pág 14
Tabela 2 – Execução Financeira do Orçamento.....	pág 88
Tabela 3 – Despesa por modalidade de contratação.....	pág 90
Tabela 4 – Temas mais recorrentes nas demandas da Ouvidoria.....	pág 100
Tabela 5 – Resultado Financeiro.....	pág 103
Tabela 6 – Depreciação dos Bens Móveis /Imóveis.....	pág 103
Tabela 7 – Projetos do Conselho Federal de Psicologia.....	pág 104
Tabela 8 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Divulgação.....	pág 106
Tabela 9 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Fundo de Seções.....	pág 106
Tabela 10 – Balanço Patrimonial.....	pág 107
Tabela 11 – Balanço Orçamentário.....	pág 109
Tabela 12 – Balanço Financeiro.....	pág 110
Tabela 13 – Demonstração das variações patrimoniais.....	pág 111
Tabela 14 – Demonstração dos fluxos de caixa.....	pág 113
Tabela 15 – Força de trabalho do CFP.....	pág 122
Tabela 16 – Distribuição da lotação efetiva.....	pág 122
Tabela 17 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	pág 123
Tabela 18 – Despesas com efetivos/comissionados.....	pág 124
Tabela 19 – Despesas com estagiários.....	pág 124
Tabela 20 – Despesas com terceirizados.....	pág 124
Tabela 21 - Quadro funcional da GTI.....	pág 125
Tabela 22 – Quantitativo de profissionais por Regional.....	pág 127
Tabela 23 – Quantitativo de profissionais por estado e sexo.....	pág 128

Tabela 24 – Novas inscrições por ano.....	pág 129
Tabela 25 – Portal da Transparência.....	pág 130
Tabela 26 – Sistema de teste de arquivos de anuidade para CRPs.....	pág 131
Tabela 27 – Sistema de Gestão de Projetos por meio de Editais 2015.....	pág 132
Tabela 28 – Sistema de cadastro de sites.....	pág 132
Tabela 29 – Satepsi.....	pág 133
Tabela 30 – RádioPsi.....	pág 134
Tabela 31 – Assinatura de e-mail.....	pág 135
Tabela 32 – Investimentos em TI.....	pág 136
Tabela 33 – Licitações.....	pág 137

SUMÁRIO

1- Apresentação.....	pág.10
2- Visão Geral da Unidade.....	pág.12
3- Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional.....	pág.16
4- Governança.....	pág.92
5- Relacionamento com a Sociedade.....	pág.96
6- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....	pág.103
7- Áreas Especiais da Gestão.....	pág.122
8- Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.....	pág.141

APRESENTAÇÃO

A gestão do XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) chegou ao fim o seu segundo ano. De dezembro de 2013 até aqui, já é possível fazer um balanço de sua atuação em diversas áreas relacionadas às definições do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e do Planejamento Estratégico Plurianual do Conselho. No Congresso Nacional, a Assessoria Parlamentar do Conselho vem acompanhando diversos projetos de lei de interesse da Psicologia. Entre os prioritários, estão o PL 3338/2008 (que dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos), o PL 5440/2009 (que trata do piso salarial dos profissionais de Psicologia) e o PL 7500/2006, relativo à obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

Além de articulações específicas em torno dos temas de interesse direto da categoria, representantes da atual gestão promoveram visitas a gabinetes e participaram de audiências públicas em defesa da agenda de promoção dos direitos humanos. Nesse âmbito, destacam-se reuniões com parlamentares para a discussão do tema da maioria penal, e a participação em audiências sobre assuntos como publicidade infantil e a resolução 01/99 — que proíbe psicólogos (as) de exercerem qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

A participação social da categoria nas decisões do Conselho e nas discussões dos rumos da Psicologia é estimulada com a criação de ferramentas como o OrientaPsi, o portal interativo da Psicologia, a RádioPSI e o Espaço Fala, Psicólog@!, em que profissionais de todo o país apresentam, no site e no Jornal do Federal, sua rotina de trabalho. Ainda nesse sentido, o CFP tem promovido debates online com ampla participação da categoria sobre assuntos diversos, que vão desde a atuação de profissionais em áreas específicas, como a assistência social, até grandes temas da sociedade, como o genocídio da juventude negra no Brasil.

Novos sites temáticos, como o da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), o da Psicologia na Educação e o da Despatologização Trans, e de grandes eventos, a exemplo do Conpsi e do Congresso Brasileiro de Psicologia, também estão no ar, além da campanha que estimula a participação da categoria nas conferências municipais de saúde, a do Dia Internacional da Mulher, do Dia de Combate ao Racismo e Dia de Luta antimanicomial, entre outras.

O Prêmio Inclusão Social, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o Laboratório de Estudos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), irá contemplar experiências de inclusão social de usuários e familiares em projetos econômico-sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e em equipes interdisciplinares de serviços da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas em diversas categorias como arte,

cultura, trabalho e economia solidária. O CFP também lançou, em agosto, o segundo edital de apoio financeiro a interessados em realizar eventos técnicos e/ou científicos em 2016. Objetivo da iniciativa é que as ações estejam envolvidas na divulgação de atividades técnico-profissionais favorecendo o intercâmbio e a valorização entre os profissionais da Psicologia, evidenciando à sociedade a relevância dessa ciência e das atividades técnico-profissionais da categoria.

A condução administrativa do XVI Plenário tem registrado eficácia na gestão financeira do CFP. Já nos primeiros meses de 2014, quando teve início a gestão, foram promovidos cortes de desperdícios, revisão e renegociação de contratos e a racionalização do quadro de funcionários além da contratação, em caráter inédito, de uma auditoria interna para avaliar e aprimorar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. “Apontamos na direção do saneamento das finanças com vistas a equilibrar o patrimônio, em respeito à categoria que se esforça para pagar sua anuidade em dia. Só com a economia em contratos e mudanças no modo de contratação, a soma dá mais de R\$ 1 milhão”, ressalta o conselheiro-tesoureiro do CFP, Sergio Braghini.

“Olhando no retrovisor, é possível perceber que avançamos bastante na direção de ampliar a democracia interna do Sistema Conselhos, contemplando a pluralidade de pensamentos sobre a ciência psicológica, sem deixar de lado nosso compromisso com os direitos humanos e questões políticas importantes para uma sociedade mais justa. Mas queremos fazer esse balanço junto à categoria, ouvindo a maioria dos atores da Psicologia brasileira, e por isso ampliamos os nossos canais de comunicação”, avalia Braghini.

VISÃO GERAL DA UNIDADE

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

As atribuições do Conselho Federal de Psicologia, conforme a Lei 5.766/71 (Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia) são: Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da Classe. Também são atribuições exclusivas do Conselho Federal de Psicologia conforme o Art. 6º da Lei 5.766/71: a) elaborar seu regimento e aprovar os regimentos organizados pelos Conselhos Regionais; b) orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo; c) expedir as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham modificar as atribuições e competência dos profissionais de Psicologia; d) definir nos termos legais o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestadas em escolas ou institutos profissionais reconhecidos; e) elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo; f) funcionar como tribunal superior de ética profissional; g) servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia; h) julgar em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais; i) publicar, anualmente, o relatório de seus trabalhos e a relação de todos os Psicólogos registrados; j) expedir resoluções e instruções necessárias ao bom funcionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, inclusive no que tange ao procedimento eleitoral respectivo; l) aprovar as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelos Psicólogos; m) fixar a composição dos Conselhos Regionais, organizando-os à sua semelhança e promovendo a instalação de tantos Conselhos quantos forem julgados necessários, determinando suas sedes e zonas de jurisdição; n) propor ao Poder Competente alterações da legislação relativa ao exercício da profissão de Psicólogo; o) promover a intervenção nos Conselhos Regionais, na hipótese de sua insolvência; p) dentro dos prazos regimentais, elaborar a proposta orçamentária anual a ser apreciada pela Assembleia dos Delegados Regionais, fixar os critérios para a elaboração das propostas orçamentárias regionais e aprovar os orçamentos dos Conselhos Regionais; q) elaborar a prestação de contas e encaminhá-la ao Tribunal de Contas.

NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Lei Ordinária: Lei 5766/71 – Cria os Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Decretos: Decreto Lei 79.822/77 – Regulamenta a Lei 5766/71.

Resoluções: Resolução CFP n.º 017/2000 – Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia.

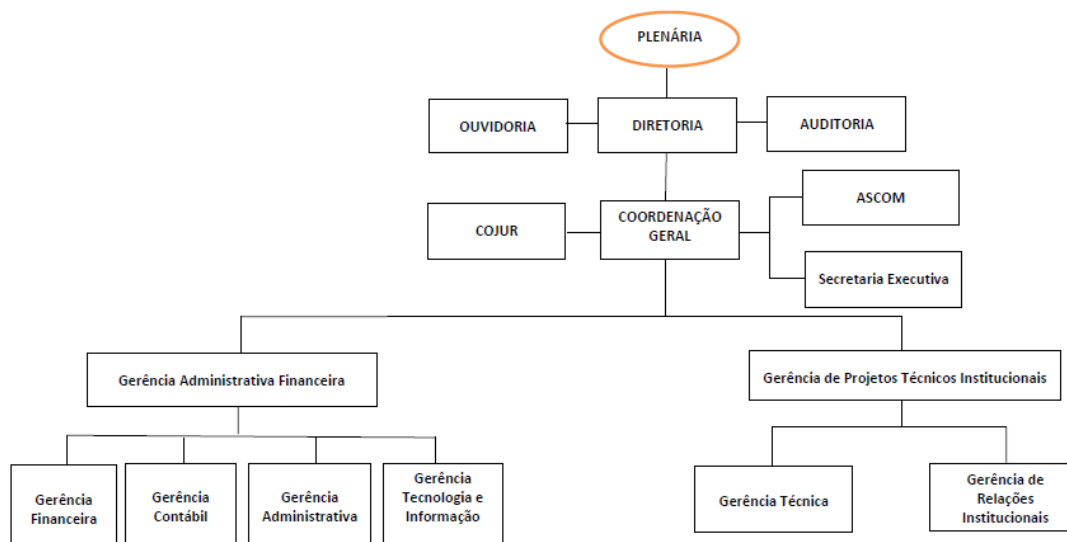
Manuais e Publicações relacionadas às Atividades da Unidade: Resolução CFP 010/2007 – Institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis.

BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

O Conselho Federal de Psicologia - CFP criado pela Lei nº 5.766/71, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, contextualizado operacionalmente em orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O CFP é o órgão supremo dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs, com jurisdição em todo o território nacional. Na condição de Autarquia Federal Especial, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e rendas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal do Brasil, tendo como principal fonte de recursos o recebimento de receitas relativas ao pagamento de anuidades por psicólogos e entidades de psicologia, inscritos. O Conselho Federal de Psicologia tem sua constituição, estrutura, organização, sede e foro regulamentados no Decreto 79.822 de 17 de junho de 1977.

Organograma

Tabela 1 - Organograma



Plenária: Constituída pelo conjunto dos Conselheiros Efetivos e Suplentes, é o órgão deliberativo do Conselho Federal de Psicologia, com a participação de colaboradores.

Ouvidoria: Setor responsável por receber manifestações diversas: reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões dos profissionais psicólogos, cidadãos, outras instituições, entidades e agentes públicos, quanto aos serviços e atendimentos prestados pelo Conselho Federal de Psicologia como um todo.

Coordenação Geral: Coordena, orienta, articula e monitora as atividades inerentes às Coordenações Administrativa e Financeira, de Relações com a Categoria e de Relações Institucionais, integrando a gestão dos esforços de todas as unidades para atingir os resultados esperados, tendo em vista a missão, planejamento estratégico e plano de gestão do Conselho Federal de Psicologia; Assessora diretamente a Diretoria e o Plenário.

Secretaria Executiva: Responsável por secretariar e assessorar a Coordenação Geral no desempenho de suas funções. Gerencia informações e agenda, auxilia na execução de tarefas cotidianas e em reuniões, marca compromissos; controla documentos e comunicações. Assessora a Diretoria.

COJUR - Coordenadoria Jurídica: Responsável por coordenar, assessorar e executar ações, buscando preservar os direitos e a legalidade dos atos do CFP.

ASCOM - Assessoria de Comunicação: Responsável por coordenar, assessorar e executar as políticas e ações de comunicação social, junto às Unidades Colegiadas, à categoria profissional e à sociedade.

Auditoria: Responsável por verificar os processos internos, controle da governança, bem como a realização de auditoria interna para validar os atos de gestão.

Gerência Técnica: Responsável por desenvolver atividades relativas à coordenação dos aspectos técnicos e as relacionadas à categoria e Órgãos Colegiados do Sistema Conselhos.

Gerência de Relações Institucionais: Coordena, orienta, articula, monitora e avalia as atividades inerentes às Relações com a Sociedade, de Relações Parlamentares e de Representações Institucionais com base no planejamento estratégico e na política do Conselho Federal de Psicologia.

Gerência Administrativa Financeira: Responsável por todos os trâmites e processos na esfera administrativa e financeira do Conselho Federal de Psicologia.

Gerência de Tecnologia da Informação: Responsável por apoiar tecnicamente e dar suporte aos usuários de microinformática do CFP. Bem como responsável por planejar, coordenar e desenvolver os processos de informatização do CFP e apoiar tecnicamente às unidades colegiadas.

Gerência Financeira: Responsável por executar e controlar o fluxo de caixa, em conformidade com os procedimentos administrativos legais.

Gerência Contábil: A Divisão Contábil coordena, executa e apoia às ações técnicas contábeis do CFP. Acompanha o balanço patrimonial, lançamentos contábeis, auditoria, pareceres contábeis, orientações aos Conselhos Regionais quanto aos princípios e normas técnicas que regem a contabilidade e as normas internas advindas dos princípios gerais contábeis.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Os objetivos do Planejamento Estratégico definidos pelo XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia são:

- reverberar a atividade profissional da(o) psicóloga(o) por meio da Agenda do Exercício Profissional;
- participar e intervir no debate das grandes questões presentes na Sociedade Brasileira por meio da Agenda da Psicologia e Temas da Sociedade.

VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Metas	Ações propostas
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>1.1: Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia.</p> <p>OBJETIVO: Propor interface de comunicação direta com a categoria; e, constituir um espaço consultivo e de orientação para o trabalho da(o) psicóloga(o).</p>	<p>1) Criação de uma plataforma digital a ser alocada no portal do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>2) Disponibilização, na plataforma digital, de documentos, tais como: resoluções, orientações técnicas, manuais, textos, vídeos, palestras, cursos, entre outros.</p> <p>3) Esclarecimentos sobre o que são laudos, atestados, declarações e dúvidas mais frequentes da categoria.</p> <p>4) Criação de fóruns, enquetes, pesquisas e outros canais de comunicação direta com a categoria.</p>
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>1.2: Condições de Trabalho e Relações com Entidades da Categoria.</p> <p>OBJETIVO: Fomentar e fortalecer a articulação entre gestores públicos,</p>	<p>1) Ampliação das discussões dos temas relativos ao trabalho da(o) psicóloga(o) nas organizações: protagonismo do trabalhador; orientação para aposentadoria; ergonomia; consumo; educação no trabalho; qualidade de vida no trabalho; avaliação psicológica e psicometria no trabalho, enfrentamento à</p>

<p>Sistema Conselhos, sindicatos e entidades para melhorar as condições de trabalho da(o) psicóloga(o).</p>	<p>precariedade; saúde do trabalhador; condições de trabalho; carreira; vulnerabilidades e sofrimento no trabalho; políticas públicas organizacionais; atuação na área de RH e gestão de pessoas. 2) Atualização e disponibilização da tabela referencial de honorários. 3) Construção do posicionamento em relação ao Projeto de Lei 5440/09 (Piso salarial). 4) Articulação para a aprovação do Projeto de Lei 3338/08 (30 horas).</p>
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>1.3: Avaliação Psicológica.</p> <p>OBJETIVO: Assessorar e orientar a categoria e a sociedade sobre a avaliação psicológica.</p>	<p>1) Participação em eventos de difusão da atividade de avaliação psicológica. 2) Assessoramento às instituições e sociedade quanto aos processos relacionados à Avaliação Psicológica. 3) Revisão das resoluções que abarcam direta e indiretamente a Avaliação Psicológica. 4) Elaboração de notas técnicas de atualização. 5) Revisão da Resolução CFP nº 001/2002: avaliação psicológica em concursos públicos. 6) Revisão da Resolução CFP nº 07/2003: Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela(o) psicóloga(o), decorrentes de avaliação psicológica. 7) Revisão da Resolução CFP nº 18/2008: trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. 8) Revisão da Resolução CFP nº 16/2002: trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores. 9) Elaboração de e-book (para cartilhas e livros de informação aos profissionais). 10) Continuidade às atividades do novo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi). 11) Elaboração de proposições para a interface de testes psicológicos com outras profissões. 12) Participação em eventos de difusão da atividade de avaliação psicológica. 13) Divulgação das atividades da Comissão Consultiva em Avaliação</p>

	Psicológica - CCAP.
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>PROGRAMA 1.4: Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>OBJETIVO: Dar suporte a operacionalização às atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p>	<p>1) Realização de atividades de pesquisa institucional de forma integrada com a rede do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>2) Assessoramento à estratégia de monitoramento e avaliação das ações conjuntas de pesquisa.</p> <p>3) Subsídio às discussões sobre políticas públicas, por meio das informações já pesquisadas.</p> <p>4) Suporte aos conselheiros federais do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>5) Suporte a população, universidades e gestores, a partir de demandas originadas no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>6) Trabalho com dados das pesquisas já realizadas e disponibilização dessas à sociedade.</p> <p>7) Constituição de um instrumento de gestão no Conselho Federal na sistematização e produção de informações sobre políticas públicas.</p>
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>PROGRAMA 1.5: Cadastro de Sites.</p> <p>OBJETIVO: Aprimorar o processo do cadastramento de sites e dar conhecimento a sociedade sobre os serviços psicológicos online.</p>	<p>1) Aprimoramento do Sistema Cadastro de Sites buscando atender as novas necessidades, tais como: flexibilidade para alteração de dados, novos relatórios, entre outros.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.1: Pesquisa e Informação.</p> <p>OBJETIVO: Disseminar a informação e o conhecimento buscando constituir a comunicação do CFP como a principal fonte de notícias de interesse da Psicologia.</p>	<p>1) Criação de clipping informativo.</p> <p>2) Criação de campanhas de mobilização especial.</p> <p>3) Realização de pesquisa sobre os hábitos informativos da categoria.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p>	<p>1) Implantação de fluxos ágeis de aprovação dos produtos jornalísticos.</p> <p>2) Criação de domínios temáticos dentro</p>

<p>2.2: Interatividade Digital.</p> <p>OBJETIVO: Aproximar psicólogas (os), estudantes e sociedade das ações do CFP, por meio de um diálogo interativo e experiências narrativas.</p>	<p>do portal do CFP (ex: site.cfp.org.br/mulher).</p> <p>3) Aprimoramento dos canais de comunicação da autarquia: site, facebook, twitter, youtube.</p> <p>4) Migração da hospedagem do portal do CFP para um plano avançado que comporte a quantidade de acessos existentes.</p> <p>5) Elaboração de soluções de comunicação digital, criando interfaces digitais para sites, hotspots, infográficos e soluções web.</p> <p>6) Criação e manutenção de novos canais de diálogo e interação.</p> <p>7) Criação de espaços de discussão sobre temas da Psicologia.</p> <p>8) Disponibilização de conteúdos variados e de qualidade para internautas, parceiros e veículos de comunicação.</p> <p>9) Divulgação das atividades desenvolvidas pelo CFP e o posicionamento institucional frente a temas diversos de interesse da sociedade.</p> <p>10) Divulgação de informações de diversos temas/assuntos de interesse para a categoria.</p> <p>11) Divulgação de eventos, congressos, publicações, campanhas e debates promovidos pela autarquia.</p> <p>12) Divulgação do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.</p> <p>13) Divulgação do Jornal do Federal em uma versão para tablets e smartphones.</p> <p>14) Divulgação de diferentes programas temáticos nos canais de comunicação do CFP.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.3: Produção & Publicação.</p> <p>OBJETIVO: Redigir e publicar revistas temáticas, boletins de comunicação interna e externa da autarquia.</p>	<p>1) Produção de vídeos sobre temas ligados à Psicologia.</p> <p>2) Reedição e aumento da periodicidade do Jornal do Federal.</p> <p>3) Publicação de artigos jornalísticos de interesse da Psicologia.</p> <p>4) Produção do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.4: Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p>	<p>1) Produção da Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p> <p>2) Publicação da Revista Psicologia Ciência e Profissão em diversas plataformas de comunicação</p>

<p>OBJETIVO: Produzir e publicar a Revista Psicologia Ciência e Profissão em diversas plataformas de comunicação buscando manter sua periodicidade e ampliar seu público leitor.</p>	
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.5: Assessoria de Imprensa.</p> <p>OBJETIVO: Ampliar e aperfeiçoar o relacionamento com a imprensa por meio do envio de pautas, releases, artigos, indicação de fontes para entrevistas e posicionamentos incisivos e rápidos de forma que haja conteúdo com o intuito de aumentar a participação do CFP na mídia.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Construção de releases. 2) Realização de contatos com a imprensa sobre assuntos de interesse nacional que estão relacionados com a Psicologia. 3) Inserção do ponto de vista da profissão nos debates da sociedade. 4) Proposição de pautas e temas para a imprensa. 5) Construção de intercâmbio de informações com as assessorias de comunicação dos CRPs. 6) Otimização do atendimento à imprensa por meio de um banco de interessados em conceder entrevistas por temas. 7) Criação, no portal, de uma área específica para posicionamentos do CFP em relação a temas de interesse da Psicologia. 8) Elaboração de conteúdos adaptados aos diversos públicos da instituição (interno, externo, imprensa e parceiros).
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.6: Comunicação Interna.</p> <p>OBJETIVO: Melhorar a divulgação e a informação interna.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de uma rede intranet (acessível somente para o corpo funcional) que seja possível armazenar arquivos e divulgar mensagens além de permitir interatividade, divulgação de eventos da empresa e participação dos membros na produção de conteúdo.
<p>POLÍTICA 3: FORMAÇÃO CIENTÍFICA E PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA PROGRAMA</p> <p>3.1: Título de Especialista.</p> <p>OBJETIVO: Deliberar sobre os processos e requisitos necessários para obtenção do título de especialista.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Constituição de grupo de trabalho sobre o tema. 2) Realização de reuniões presenciais do grupo de trabalho. 3) Participação no Congresso Brasileiro de Psicologia: reunião com entidades formadoras. 4) Realização de diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP. 5) Realização de contatos e diálogos com Ministério Público Federal (MPF). 6) Realização de contatos e diálogos com o Ministério da Educação (MEC) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE) visando o diálogo para a possibilidade de

	<p>credenciamento dos núcleos formadores.</p> <p>7) Realização de contatos e diálogos com entidades formadoras visando discutir a questão das especialidades.</p>
<p>POLÍTICA 3: FORMAÇÃO CIENTÍFICA E PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA PROGRAMA</p> <p>3.2: Avaliação de Cursos de Graduação em Psicologia junto com o Ministério da Educação - MEC.</p> <p>OBJETIVO: Estabelecer parceria com o Ministério da Educação para produzir indicadores e critérios para auxiliar na avaliação dos cursos de graduação em Psicologia.</p>	<p>1) Criação de grupo de trabalho sobre o tema.</p> <p>2) Rearticulação do convênio com o Ministério da Educação (MEC) sobre a avaliação de cursos de graduação.</p> <p>3) Constituição, em conjunto, de critérios para avaliação dos cursos de graduação em Psicologia.</p> <p>4) Apreciação dos critérios para avaliação dos cursos de graduação de Psicologia.</p> <p>5) Realização de avaliação de cursos de graduação de Psicologia junto com o MEC.</p> <p>6) Realização de diálogo com a ABEP e outras entidades de Psicologia sobre os cursos de graduação.</p>
<p>POLÍTICA 4: MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA PROGRAMA</p> <p>4.1: Memória da Psicologia Brasileira.</p> <p>OBJETIVO: Resgatar e ampliar o conhecimento sobre o campo histórico da área de Psicologia no Brasil, em seus aspectos de produção intelectual, científica e profissional e apoiar pesquisas sobre o tema.</p>	<p>1) Criação da Comissão da Memória da Psicologia Brasileira.</p> <p>2) Organização e digitalização dos acervos de psicólogos(os) e instituições.</p> <p>3) Atualização do Dicionário Biográfico da Psicologia brasileira – Pioneiros.</p> <p>4) Mapeamento dos livros clássicos da Psicologia brasileira.</p> <p>5) Realização de atividades de apoio às pesquisas que investigam a relação das(os) psicólogas(os) (professores, estudantes e profissionais) com a ditadura brasileira (1964- 1985).</p>
<p>POLÍTICA 4: MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA PROGRAMA</p> <p>4.2: Memória do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>OBJETIVO: Resgatar a história do Conselho Federal de Psicologia.</p>	<p>1) Sistematização e disponibilização dos registros das gestões do Conselho Federal de Psicologia (a partir de 1975).</p> <p>2) Digitalização e disponibilização das atas e outros documentos históricos do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>3) Recuperação da documentação relativa à concessão do título honorário de psicóloga(o) a personagens vinculados à ditadura militar de 1964 a 1985.</p>
<p>POLÍTICA 5: ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ÉTICA PROGRAMA</p> <p>5.1: Secretaria de Orientação e Ética.</p> <p>OBJETIVO: Promover a revisão das</p>	<p>1) Revisão do Manual Unificado de Orientação e Fiscalização – MUORF.</p> <p>2) Promoção de evento para discussão do procedimento de conciliação com o Sistema Conselhos de Psicologia.</p> <p>3) Padronização das rotinas processuais e orientar a tramitação dos processos éticos</p>

<p>normativas de orientação e fiscalização e instrumentalizar conselheiros e fiscais para sua atuação. Discutir a implementação do procedimento de conciliação no Sistema Conselhos de Psicologia</p>	<p>nos Conselhos Regionais de Psicologia, capacitando os membros das Comissões de Orientação, Fiscalização e Ética. 4) Organização do Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética – COEs e Comissões de Orientação e Fiscalização – COFs.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.1: Capacitação dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs.</p> <p>OBJETIVO: Alinhar os processos administrativos do Sistema Conselhos de Psicologia e compartilhar soluções informatizadas com os Conselhos Regionais.</p>	<p>1) Treinamento das equipes administrativo e financeiro dos CRPs. 2) Adaptação das ferramentas do CFP para os Conselhos Regionais. 3) Desenvolvimento de novos aplicativos de migração entre o CFP e o Sistema Conselhos. 4) Implementação de documentos em acordo com as normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) para repasses financeiros aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.2: Reestruturação Administrativa.</p> <p>OBJETIVO: Aprimorar a estrutura administrativa do CFP.</p>	<p>1) Estabelecimento dos Acordos Sindicais anuais.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.3: Tecnologia da Informação do CFP.</p> <p>OBJETIVO: Planejar e desenvolver soluções tecnológicas que visem atender inscrições em eventos, desenvolver ferramentas de automatização dos fluxos internos e do sistema conselhos e promover uma melhoria na segurança e disponibilidade da rede wi-fi.</p>	<p>1) Criação de novos sistemas, em especial, ferramentas de automatização dos fluxos internos, por exemplo, Gestão de Ações e Atividades, Cadastro Geral, Controle de Documentos, entre outros. 2) Implantação de tecnologia de Certificação Digital nas carteiras profissionais e nos fluxos internos do CFP e do Sistema Conselhos. 3) Reformulação do Sistema de Inscrição em Eventos. 4) Atualização da infraestrutura, contemplando a virtualização do ambiente com storage e equipamento de backup em fita. 5) Atualização dos sistemas operacionais dos servidores e sistemas de banco de dados. 6) Implementação da rede WI-FI corporativa.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.4: Cadastro Nacional de Psicólogas(os)</p>	<p>1) Criação de mecanismos para atrair a(o) psicóloga(o) a efetuar a atualização de dados, como a integração de sistemas do CFP com o Cadastro Nacional.</p>

<p>– CN.</p> <p>OBJETIVO: Aprimorar a qualidade dos dados do Cadastro Nacional de Psicólogos(os).</p>	<p>2) Integração dos sistemas de controle cadastral e financeiros.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.5: Gestão por projetos através de editais.</p> <p>OBJETIVO: Possibilitar o acesso público e democrático das Entidades Nacionais da Psicologia e instituições/organizações do campo da Psicologia para apoio do CFP (financeiro, de recursos materiais e mídia) na realização de ações de interesse da Psicologia (ciência e profissão), em conformidade com a vontade da categoria profissional expressa nas deliberações do VIII CNP.</p>	<p>1) Constituição de rubrica específica no orçamento para fomento de ações, projetos, pesquisas e/ou tarefas que serão executadas via editais.</p> <p>2) Estabelecimento e definição dos valores a serem disponibilizados, segundo a periodicidade estabelecida pelo Plenário.</p> <p>3) Constituição de Grupo de Trabalho para proposição dos editais e avaliação dos projetos, com a definição de convidados/pareceristas por tema.</p> <p>4) Elaboração de edital padrão no qual estarão estabelecidos prazos, os critérios de avaliação e a pontuação.</p> <p>5) Criação de estratégia de lançamento nacional do Programa de Gestão por Projetos.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.1: Defesa do Sistema Único de Saúde – SUS.</p> <p>OBJETIVO: Ampliar e promover o debate na perspectiva da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e problematizar a privatização pelos diferentes mecanismos: Organização Social (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e Fundações.</p>	<p>1) Realização de atividades, em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia sobre a privatização do SUS.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS).</p> <p>3) Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.2: Saúde Suplementar.</p> <p>OBJETIVO: Garantir na saúde suplementar a autonomia do fazer psicológico, visando o atendimento integral ao usuário, dentro da perspectiva do projeto terapêutico singular – PTS, buscando a interdisciplinaridade e a superação da lógica hierárquica das profissões.</p>	<p>1) Regulamentação do exercício profissional da(o) psicóloga(o) que atua na Saúde Suplementar.</p> <p>2) moção de diálogos com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANSS e Planos de Saúde.</p> <p>3) Acompanhamento das atividades: do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar - COPISS/ANS; do Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - COGEP/ANS, bem como os seus Grupos de Trabalho; da Câmara Técnica sobre Monitoramento da</p>

	<p>Contratualização/ANS; da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde - CRTS/Ministério da Saúde e Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos/NA; da Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde - FCPAS; do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS; do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde - FENTAS; do andamento dos Projetos de leis nas casas legislativas.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.3: Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (AD).</p> <p>OBJETIVO: Reafirmar os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas buscando garantir a humanização do cuidado e estabelecer uma aproximação com as(os) psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde, em especial, as(os) psicólogas(os) que trabalham nas Comunidades Terapêuticas.</p>	<p>1) Realização de atividades de aproximação com psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde e com os diferentes interlocutores que atuam no campo, como: Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA); Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA); Frente Nacional Drogas e Cidadania, entre outros.</p> <p>2) Participação nos espaços de controle social.</p> <p>3) Acompanhamento: da tramitação de proposições legislativas referentes ao tema; das atividades do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/Ministério da Justiça, bem como suas comissões e grupos de trabalho; das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde Mental - CISM/CNS; das atividades do Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial/Ministério da Saúde; das atividades da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos - FNDDH; das atividades da Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - CNAIDS/Ministério da Saúde; das atividades da Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS - CIADAIDS/CNS.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.4: Descriminalização do usuário e regulamentação do uso de drogas.</p> <p>OBJETIVO: Discutir a posição da</p>	<p>1) Criação de espaços de debate com a categoria.</p> <p>2) Criação de resoluções, em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para garantir a descriminalização do usuário e promover</p>

<p>Psicologia em relação à descriminalização do usuário, bem como a regulamentação do uso recreativo e medicinal de drogas.</p>	<p>pesquisas sobre o uso medicinal da cannabis.</p>
<p>POLÍTICA 8: ASSISTÊNCIA SOCIAL PROGRAMA</p> <p>8.1: Defesa da Política Pública de Assistência Social.</p> <p>OBJETIVO: Contribuir para fortalecer a atuação profissional da Psicologia, visando a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no País no sentido de superar a lógica assistencialista presente no processo histórico brasileiro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Promoção de debates sobre a Política Nacional da Assistência Social. 2) Ampliação e consolidação da representação das(os) psicólogas(os) nas diversas instâncias e organizações que compartilham a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS. 3) Ampliação da aproximação da Psicologia com os usuários dos serviços do SUAS nos espaços de formulação, debate e controle social da Política de Assistência Social. 4) Elaboração e distribuição de folder sobre a Comissão Nacional de Assistência Social. 5) Participação do CFP em eventos, encontros e congressos referentes à Assistência Social (COGEMAS, FONSEAS, FONACEAS, dentre outras atividades de representação e em espaços promovidos por outras organizações). 6) Realização de encontro com as(os) psicólogas(os) dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS.
<p>POLÍTICA 8: ASSISTÊNCIA SOCIAL PROGRAMA</p> <p>8.2: Qualificação do trabalho da(o) psicóloga(o) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p> <p>OBJETIVO: Buscar a qualidade técnica no SUAS, por meio de melhores condições e relações de trabalho e da consolidação dos direitos socioassistenciais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Proposição de práticas interdisciplinares da atuação no SUAS considerando as diversas profissões regulamentadas no âmbito da política. 2) Produção de referências técnicas para a atuação profissional, considerando o marco legal da política e as práticas profissionais. 3) Identificação das(os) psicólogas(os) que atuam no SUAS, com vistas a mapear as condições de trabalho e sistematizar práticas profissionais em diálogo com as especificidades do campo de atuação e realidades regionais.
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Orientação das ações do CFP a partir das diretrizes do VIII CNP. 2) Acompanhamento do Fórum Nacional

<p>9.1: Defesa da Infância e da Juventude.</p> <p>OBJETIVO: Aplicabilidade integral do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.</p>	<p>dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA.</p> <p>3) Acompanhamento das atividades da Rede Nacional Primeira Infância.</p> <p>4) Acompanhamento das atividades do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.</p> <p>5) Participação na discussão sobre a redução da maioridade penal.</p> <p>6) Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA/SDH-PR).</p> <p>7) Promoção de campanhas e debates sobre o tema.</p> <p>8) Acompanhamento das discussões e atividades dos Conselhos Tutelares, Casas de acolhimento e abrigamento institucional.</p> <p>9) Realização de debates sobre o tema das medidas socioeducativas e a necessidade de priorizar o atendimento socioeducativo em meio aberto (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE).</p>
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.3: Escuta de Criança e Adolescente - Depoimento Especial.</p> <p>OBJETIVO: Buscar a garantia dos direitos da criança e do adolescente nos diferentes processos judiciais.</p>	<p>1) Construção de nova Resolução do CFP sobre o tema.</p> <p>2) Participação em todas as etapas da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, salientando a importância de parceria com o Serviço Social.</p> <p>3) Realização de seminário presencial e online e produção de referência técnica em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.</p> <p>4) Consulta à categoria sobre as demandas relativas à rede de proteção.</p> <p>5) Elaboração de documento de referência para o site do CFP sobre a rede de proteção.</p>
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.3: Justiça e Segurança Pública.</p> <p>OBJETIVO: Dar visibilidade a outras formas de administração de conflitos e responsabilização, tais como mediação e</p>	<p>1) Acompanhamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP/Ministério da Justiça.</p>

<p>conciliação, evidenciando o sistema de controle social punitivo/seletivo e a construção sócio histórica da criminalidade e do indivíduo criminoso.</p>	
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.4: Trabalho do Profissional da Psicologia no Sistema de Justiça e Segurança Pública.</p> <p>OBJETIVO: Contribuir para fortalecer a atuação profissional da Psicologia, visando a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no País no sentido de superar a lógica assistencialista presente no processo histórico brasileiro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaboração de atividades para promover alterações na Lei de Execução Penal-LEP. 2) Realização de reunião presencial com os colaboradores da Comissão de Psicologia Jurídica. 3) Levantamento das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) no sistema prisional em relação ao tipo de vínculo empregatício e nas CTCs. 4) Investigação das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) pós as PPPs e a Resolução nº. 12/2011. 5) Ampliação das relações com o poder judiciário, associações e entidades relacionadas. 6) Proposição da alteração da Lei de Execução Penal - LEP, incluindo a assistência psicológica.
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.5: Desconstrução dos Manicômios e Hospitais de Custódia.</p> <p>OBJETIVO: Problematizar o instituto da medida de segurança e o mito da periculosidade enquanto ideologia que impulsiona e mantém práticas punitivas e segregatórias.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Articulação e promoção de ações de inspeção/avaliação aos manicômios/hospitais de custódia, em parceria com Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ministério Público – MP e outros, objetivando evidenciar as condições para o cumprimento da medida de segurança e a manutenção, indeterminada, da periculosidade dos sujeitos portadores de sofrimento mental em conflito com a lei.
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.6: Família, Mediação e Conciliação.</p> <p>OBJETIVO: Evitar a judicialização dos conflitos intrafamiliares que possam ser objeto de solução pela mediação ou conciliação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Levantamento acerca das resoluções, legislações e orientações existentes acerca das formas alternativas de resolução de conflito (Conciliação, Mediação e Arbitragem).
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.1: Comissão de Direitos Humanos do CFP.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolvimento de atividades de incentivo a reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia. 2) Intervenção em todas as situações em

<p>OBJETIVO: Defender posicionamento pela garantia dos Direitos Humanos e subsidiar posicionamento técnico-político do CFP sobre os temas relacionados com os eixos de trabalho da Comissão de Direitos Humanos.</p>	<p>que existam violações dos direitos humanos que produzam sofrimento mental.</p> <p>3) Participação de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira.</p> <p>4) Participação de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira.</p> <p>5) Atuação nos seguintes eixos de trabalho: ‘Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura’; ‘Enfrentamento das violências associados ao racismo e a preconceitos étnicos’; ‘Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais’; ‘Direitos e assistência aos usuários de drogas e suas famílias’.</p>
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.2: Enfrentamento à tortura e todas as formas de violência.</p> <p>OBJETIVO: Dar visibilidade ao posicionamento da autarquia que subsidie o fim da tortura e de todas as formas de violência associadas às polícias e valorizar a iniciativa das clínicas do testemunho como importante trabalho das(os) psicólogas (os) e enfrentamento a qualquer forma de criminalização destes.</p>	<p>1) Acompanhamento das atividades do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR.</p> <p>3) Promoção de debates sobre a questão da violência de Estado e a sua reprodução nas instituições.</p> <p>4) Acompanhamento dos resultados decorrentes da Comissão Nacional da Verdade e seus encaminhamentos.</p> <p>5) Acompanhamento e participação das atividades do projeto ‘Psicologia e Direito à Memória e à Verdade’.</p>
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.3: LGBT/ Gênero.</p> <p>OBJETIVO: Orientar a(o) psicóloga(o) sobre o direito a livre orientação sexual e de gênero a partir de uma perspectiva dos direitos humanos.</p>	<p>1) Enfrentamento da homofobia e da violência de gênero.</p> <p>2) Marcação de posicionamento pela superação da patologização das identidades transsexuais.</p> <p>3) Discussão, apropriação e aproximação com as entidades e movimentos sociais.</p> <p>4) Acompanhamento e participação das atividades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direitos de LGBT - CNCD/SDH-PR.</p> <p>5) Acompanhamento das atividades o Comitê de Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência Contra a População LGBT; LGBT - CNCD/SDH-PR.</p> <p>6) Acompanhamento das atividades a</p>

	Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – CISPLGBT/CNS.
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.4: Laicidade.</p> <p>OBJETIVO: Reafirmar a laicidade do Estado e da ciência psicológica, ampliando o debate sobre a laicidade da ciência e do Estado e acompanhamento dos movimentos e organizações sociais.</p>	<p>1) Realização de debates online sobre a laicidade da ciência e do Estado.</p> <p>2) Realização de atividades de orientação e fiscalização da atuação profissional, combatendo práticas que ferem o Código de Ética Profissional.</p> <p>3) Acompanhamento das atividades do Movimento Estratégico Estado Laico, por meio de monitoramento do site e participação em eventos.</p> <p>4) Produção de documento de referência sobre o tema, para a categoria, como resultado da articulação com o grupo de trabalho da APAF ‘Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia de ética’ e o aprofundamento no acompanhamento das discussões do MEEL.</p> <p>5) Coordenação do grupo de trabalho ‘Laicidade e Psicologia’ da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.</p>
<p>POLÍTICA 11: EDUCAÇÃO PROGRAMA</p> <p>11.1: Universalização da Educação</p> <p>OBJETIVO: Estimular ações para o amplo acesso e a permanência de crianças e jovens nos espaços educativos através da promoção de debates sobre a temática ampla da educação e da presença da equipe técnica e promoção de pesquisas na área</p>	<p>1) Realização de debates sobre o tema.</p> <p>2) Acompanhamento dos projetos de lei e audiências públicas sobre a escola pública brasileira e presença de psicólogos(os) nas escolas.</p> <p>3) Encaminhamento junto às Instituições de Ensino Superior – IES: dimensões curriculares importantes para a formação do profissional de Psicologia para o campo educativo - publicações específicas sobre a área.</p> <p>4) Publicação de editais para apoio a pesquisas dentro desse campo de atuação profissional.</p> <p>5) Promoção de encontros com pesquisadores da área, especialmente GT de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP.</p> <p>6) Publicação de material explicativo, divulgando o trabalho da(o) psicóloga(o) nas escolas - pré-escola à universidade.</p>
<p>POLÍTICA 12: PSICOLOGIA E CIDADES PROGRAMA</p>	<p>1) Criação da comissão de Psicologia e Mobilidade Humana e Urbana.</p>

<p>12.1: Mobilidade Humana e Urbana.</p> <p>OBJETIVO: Dar visibilidade ao direito à cidade, na perspectiva do coletivo, da circulação de todos, do acesso e ocupação dos espaços públicos.</p>	<p>2) Organização de debates com as(os) psicólogas(os) do trânsito sobre os temas: avaliação psicológica, mobilidade humana e urbana, educação no trânsito.</p> <p>3) Articulação de parceria com interlocutores e Ministério da Educação - MEC para a inserção do tema na formação acadêmica da(o) psicóloga(o).</p> <p>4) Acompanhamento da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CTSMA/DENATRAN.</p> <p>5) Articulação no Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para a criação de legislação específica para determinar que todos os exames de sua competência devem ser distribuídos imparcialmente, por meio de divisão equitativa obrigatória e impessoal, entre as (os) psicólogas (os) credenciados em uma mesma área de jurisdição do órgão executivo de trânsito.</p> <p>6) Diálogo com o Contran e Denatran para que seja repassada para a clínica credenciada a taxa de reteste.</p> <p>7) Fomento à discussão com a categoria sobre a atuação das (os) psicólogas (os) na temática mobilidade urbana, promovendo audiências públicas e outras ações na sociedade e nos poderes instituídos, elaborando nota técnica sobre avaliação psicológica no trânsito e fazendo articulação na Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) para inclusão na tabela de honorários do serviço de processo de avaliação psicológica para fins de Carteira Nacional de Habilitação - CNH e os respectivos valores.</p> <p>8) Fomento as pesquisas e estímulo a eventos que qualifiquem a(o) psicóloga(o) para participar efetivamente do enfrentamento por melhor qualidade de vida no contexto da mobilidade urbana, participando ativamente das ações da década mundial de ações pela segurança viária.</p> <p>9) Incentivo e apoio a criação da Associação Brasileira de Mobilidade Urbana e Trânsito e regulamentação da participação dos CRPs nos Departamentos</p>
--	---

	Estaduais de Trânsito - Detrans, bem como nas bancas especiais.
<p>POLÍTICA 12: PSICOLOGIA E CIDADES PROGRAMA</p> <p>12.2: Emergências e Desastres.</p> <p>OBJETIVO: Definir diretrizes para o trabalho da(o) psicóloga(o) no campo a partir de articulações intersetoriais.</p>	<p>1) Realização de debates sobre a Psicologia de Emergências e Desastres.</p> <p>2) Incentivo a publicação de relatos de experiência na Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p> <p>3) Promoção de articulação intersetorial para qualificar a participação de psicólogas(os) na Política de Proteção e Defesa Social.</p> <p>4) Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária/Ministério de Relações Exteriores.</p> <p>5) Acompanhamento das reuniões de Movimentos sobre a Política Emergências e Desastres.</p>
<p>POLÍTICA 12: PSICOLOGIA E CIDADES PROGRAMA</p> <p>12.3: Esporte, Cultura e Lazer.</p> <p>OBJETIVO: Ampliar o debate sobre o esporte como valor social e como um direito fundamental de todos.</p>	<p>1) Problematização da inserção da(o) psicóloga(o) do esporte nas políticas públicas para o esporte, saúde e qualidade de vida.</p> <p>2) Discussão sobre o sistema e as condições de trabalho dos profissionais (técnicos, atletas, equipe multiprofissional, entre outros) que atuam no alto rendimento.</p> <p>3) Coordenação do GT 'Psicologia e Esporte' da APAF.</p>
<p>POLÍTICA 13: MÍDIA E COMUNICAÇÃO PROGRAMA</p> <p>13.1: Democratização dos Meios de Comunicação.</p> <p>OBJETIVO: Buscar proteção dos direitos da população na sua relação com a mídia através da articulação com diversos atores sociais.</p>	<p>1) Acompanhamento do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC.</p> <p>2) Acompanhamento do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC - Classind) do Ministério da Justiça.</p> <p>3) Emissão de pareceres para auxiliar na análise de processos diversos relacionados com publicidade e mídia, conforme convênio firmado com a Senacom (Secretaria Nacional do Consumidor – Ministério da Justiça).</p>
<p>POLÍTICA 14: DIVERSIDADE PROGRAMA</p> <p>14.1: Psicologia e Relações Raciais.</p> <p>OBJETIVO: Propor discussões sobre a interface da Psicologia com as relações sociais e fortalecer as proposições da</p>	<p>1) Organização de parcerias com movimentos e entidades para discussão da temática.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR/SEPPIR.</p> <p>3) Realização de atividades de divulgação da Resolução CFP nº 18/02 junto à</p>

Resolução CFP nº 18/02	categoria.
<p>POLÍTICA 14: DIVERSIDADE PROGRAMA</p> <p>14.2: Direitos da Mulher.</p> <p>OBJETIVO: Discutir as condições de vulnerabilidade das mulheres e suas especificidades na interseccionalidade com raça e condição social; promover discussão sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, educação, espaços de poder e decisão; e, discutir a necessidade de políticas públicas específicas a elas direcionadas e de acesso ao exercício de direitos.</p>	<p>1) Realização de debates e eventos visando ampliar a discussão sobre os direitos humanos das mulheres que poderá versar sobre qualquer um dos seguintes temas: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.</p> <p>2) Participação nas reuniões do plenário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/SPM (ordinárias e extraordinárias) e produzir os relatórios, semestralmente, para conhecimento do Plenário.</p> <p>3) Participação em eventos que se relacionem a algum dos temas elencados anteriormente.</p>
<p>POLÍTICA 15: TRABALHO E ORGANIZAÇÕES PROGRAMA</p> <p>15.1: Relações da Psicologia com o Campo do Trabalho e das Organizações.</p> <p>OBJETIVO: Contribuir para o debate pela melhoria das condições de trabalho da população brasileira, por meio de parcerias com os CRPs. Aproximar a Psicologia e a Administração para discutir a interface da atuação profissional de cada categoria nas organizações.</p>	<p>1) Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST/CNS.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/CNS.</p>
<p>POLÍTICA 16: RELAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA</p> <p>16.1: Relação com Entidades de Interesse da Psicologia.</p>	<p>1) Participação nas reuniões do Fórum de Entidades Nacionais Psicologia Brasileira – FENPB.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades e encaminhamentos do GT Pesquisa FENPB que está desenvolvendo o projeto</p>

<p>OBJETIVO: Ampliar o diálogo com entidades da Psicologia Brasileira.</p>	<p>de pesquisa ‘Violência e Preconceito na Escola’ em parceria com o Ministério da Educação - MEC.</p> <p>3) Realização de contatos e disponibilidade de intercâmbio para articular parcerias com entidades nacionais da psicologia brasileira em matéria de interesse do Conselho Federal de Psicologia.</p>
<p>POLÍTICA 16: RELAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA</p> <p>16.2: BVS-PSI.</p> <p>OBJETIVO: Manter e ampliar o alcance da BVS-PSI, estimulando o uso pela categoria e pela comunidade geral.</p>	<p>1) Realização de um levantamento das necessidades da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI para atender a demanda de pesquisadores e profissionais da Psicologia.</p> <p>2) Divulgação da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI como ferramenta auxiliar no processo de formação nos níveis de graduação e pós-graduação.</p> <p>3) Ampliação das ferramentas de referência da BVS-PSI (Dados Psi).</p>
<p>POLÍTICA 16: RELAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA</p> <p>16.3: Intercâmbio com Entidades Internacionais da Psicologia.</p> <p>OBJETIVO: Realizar diálogo com entidades da Psicologia de outros países.</p>	<p>1) Aproximação com entidades, tais como: Associação de Psicologia Americana – APA, Federación Iberoamericana de Asociaciones de Psicología, Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, International Union of Psychological Science – IUPSYS, entre outras.</p> <p>2) Acompanhamento da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI.</p> <p>3) Acompanhamento do Fórum Permanente do Mercosul - Exercício Profissional em Saúde/Ministério da Saúde.</p> <p>4) Acompanhamento das ações das entidades dos Países de Língua Portuguesa - PSI-PLP (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal) e fazer intercâmbio buscando atender as necessidades recíprocas.</p>

FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

E RESULTADOS DOS PLANOS

<p>PROGRAMA 1.1: CENTRO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO EM PSICOLOGIA</p> <p>Criação de uma plataforma digital a ser alocada no portal do Conselho Federal de Psicologia.</p>	<p>A versão beta do Orientapsi foi lançada em agosto de 2015 e possui mais de 16.000 (dezesesseis mil) usuários. Em 2016 será disponibilizada a versão 1.0 com mais funcionalidades.</p>
<p>Disponibilização, na plataforma digital, de documentos, tais como: resoluções, orientações técnicas, manuais, textos, vídeos, palestras, cursos, entre outros.</p>	<p>O Orientapsi possui uma estrutura para disponibilizar estes conteúdos, que atualmente possui mais de 150 documentos, entre eles: resoluções, notas técnicas, pareceres, código de ética, entre outros.</p>
<p>Esclarecimentos sobre o que são laudos, atestados, declarações e dúvidas mais frequentes da categoria.</p>	<p>Ao todo, foram criados 42 grupos e 74 tópicos com 760 conversas. Também já foram disponibilizados os seguintes cursos: "Avaliação Psicológica" (4 módulos), "Atendimento Psicológico Online" (2 módulos), "Ética Profissional" (12 módulos), "Curso Introdutório ao SUAS" (5 módulos), "Laicidade (3 módulos), "Psicologia Organizacional e do Trabalho" (2 módulos); Saúde Mental e Gênero (3 módulos); e "Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres" (11 módulos". 3.950 módulos foram assistidos pela categoria. A plataforma ainda oferece uma rede social própria.</p>
<p>Criação de fóruns, enquetes, pesquisas e outros canais de comunicação direta com a categoria.</p>	<p>Foi lançada apenas a enquete sobre o PL 3.688/2000.</p>
<p>PROGRAMA 1.2: CONDIÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES COM ENTIDADES DA CATEGORIA.</p> <p>Ampliação das discussões dos temas relativos ao trabalho da(o) psicóloga(o) nas organizações: protagonismo do trabalhador; orientação para aposentadoria; ergonomia; consumo; educação no trabalho; qualidade de vida no trabalho; avaliação psicológica e psicometria no trabalho, enfrentamento à precariedade; saúde do trabalhador; condições de trabalho; carreira; vulnerabilidades e sofrimento no trabalho; políticas públicas</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP), representado pela conselheira-secretária da diretoria da Autarquia, Maria da Graça Jacques, participou do II Seminário "Meu Trabalho Está Me Enlouquecendo", no dia 11 de novembro. O evento, organizado pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST-Serra), foi realizado no Teatro da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e contou com a participação de mais de 300 pessoas. No dia 28 de outubro, o CFP realizou mesa sobre condições e relações de trabalho na 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).</p>

<p>organizacionais; atuação na área de RH e gestão de pessoas.</p>	
<p>Atualização e disponibilização da tabela referencial de honorários.</p>	<p>O termo de referência para a licitação de uma empresa especializada para conduzir a pesquisa a nível nacional, já está pronto. Foi realizada reunião com o profº Fábio Iglesias (UnB) para se tratar de uma dificuldade relativa a definição do objeto para a licitação, que, caso não esteja bem delimitado poderia torná-la inviável. O referido professor, por fim, considerou, observando os gastos envolvidos e a natureza técnica da pesquisa, ser mais conveniente a realização da pesquisa com pessoal próprio do CFP em articulação com a Universidade. Considerando as exigências metodológicas do projeto, o CFP estuda modalidade de contratação que garanta as especificidades do projeto.</p>
<p>Construção do posicionamento em relação ao Projeto de Lei 5440/09 (Piso salarial).</p>	<p>A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 21/10/15, por quase unanimidade, o Projeto de Lei 1.015/2015 que dispõe sobre o piso salarial de R\$ 3.600 para psicólogos. A próxima comissão que avaliará o projeto é a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.</p>
<p>Articulação para aprovação do Projeto de Lei 3338/08 (30 horas).</p>	<p>Com o retorno das atividades parlamentares, o CFP retomou a campanha pela derrubada do veto presidencial, porém, foi mantido o veto em março 2015. Por isso, outro Projeto de Lei foi apresentado à Câmara dos Deputados.</p>
<p>PROGRAMA 1.3: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.</p> <p>Fortalecimento das atividades da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.</p>	<p>A Comissão de Avaliação Psicológica do CFP se reuniu nos dias 22 e 23 de janeiro para discutir as ações do colegiado para 2015, bem como procedimentos a serem tomados. Entre os temas, foram debatidos: a apreciação dos testes psicológicos, discussão acerca das condições e requisitos para uso profissional dos testes psicológicos, deliberações sobre ações em relação aos processos do Satepsi (formas de submissão e processos de aprimoramento da ferramenta), deliberações sobre aspectos relacionados à Avaliação Psicológica no contexto do trânsito, a Avaliação Psicológica para concursos públicos e Avaliação Psicológica nas instituições de</p>

	<p>Justiça. Nos dias 24 e 25 de fevereiro, a Comissão de Avaliação Psicológica se reuniu para analisar testes psicológicos e trabalhar a revisão da legislação relacionada à avaliação psicológica, demanda da autarquia e da comunidade profissional. A revisão das resoluções de avaliação psicológica, meta estratégica da instância em 2015, de acordo com os representantes, tem avançado a partir de revisões na legislação e no sistema de avaliação dos instrumentos psicológicos e na implementação e renovação de dados para novas resoluções. A mesma Comissão também se reuniu nos dias 26 e 27 de março. Foram discutidas as relatorias de instrumentos psicológicos em análise e deliberadas ações quanto à proposição de comissões para alguns temas específicos sobre avaliação psicológica, entre eles a avaliação psicológica em concurso público e avaliação psicológica no sistema prisional. Nova reunião foi realizada nos dias 23 e 24 de abril para avaliar os instrumentos psicológicos em análise e deliberar ações quanto formação e funcionamento de Subcomissões em Avaliação Psicológica para alguns temas específicos, entre eles a Avaliação Psicológica em Concurso Público e a Revisão da Resolução CFP 007/2003. A CCAP também deu continuidade à elaboração de normativas sobre a regulamentação desta Comissão e de diretrizes para a realização de processos de Avaliação Psicológica. Na reunião de 28 e 29 de maio, foram discutidas as relatorias de instrumentos psicológicos em análise e assessoria em relação a aspectos diversos solicitados ao CFP e da avaliação psicológica. Nos dias 23 e 24 de julho, a CCAP se reuniu e prestou assessoria à plenária do CFP em assuntos técnicos quanto à avaliação psicológica e debateu sobre minutas de revisões de algumas resoluções, como a de Avaliação Psicológica em Certames Públicos (001/2002), e a 007/2003, sobre elaboração de Laudos e Pareceres. O grupo também discutiu atendimentos a solicitações de editoras quanto às resoluções e nota técnica</p>
--	--

	<p>e solicitações de psicólogos quanto ao uso de testes e versões informatizadas. Em 24 e 25 de setembro, a CCAP realizou reunião em que foram discutidas as relatorias e recursos de instrumentos psicológicos em análise, além da apreciação de minuta de Resolução que estabelece diretrizes para a realização de processos de Avaliação Psicológica, em fase de elaboração. Em outubro, a Comissão a reunião foi realizada em Belo Horizonte por conta da participação dos membros na 45ª Reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia. Nesta reunião, foram discutidas as relatorias de instrumentos psicológicos em análise, de acordo com a Resolução 002/2003, para serem apreciados e encaminhados à Plenária e assessoria a aspectos diversos solicitados ao CFP e da avaliação psicológica. Além disso, houve a finalização da Resolução que define e regulamenta a CCAP. A CCAP realizou a última reunião do ano nos dias 02,03 e 04 de dezembro. Nessa reunião, foram esclarecidas dúvidas e prestada assessoria a aspectos diversos solicitados ao CFP e da avaliação psicológica. Além disso, foram discutidas normas para submissão de plataformas online e de atualização de normas de instrumentos psicológicos pelas Editoras que comercializam instrumentos psicológicos. Assim, em 2015 foram realizadas dez reuniões presenciais. A CCAP acompanhou o processo de avaliação de instrumentos psicológicos e assessorou nas diversas demandas da categoria, CRPs e sociedade civil sobre temas relacionados à avaliação psicológica.</p>
<p>Assessoramento às instituições e sociedade quanto aos processos relacionados à Avaliação Psicológica.</p>	<p>Foi realizada reunião com Editoras responsáveis pela comercialização de testes psicológicos, em que foram esclarecidos o papel da CCAP e sua relação com o SATEPSI e CFP e a análise das solicitações dos psicólogos, entre eles: a atualização de normas de instrumentos psicológicos, plataformas online e uso dos testes psicológicos com normas para Estados diferentes.</p>
<p>Revisão das resoluções que abarcam direta e indiretamente a Avaliação Psicológica.</p>	<p>A Revisão da Resolução 002/2003 foi finalizada e, após deliberação da 16ª Plenária, a proposta de revisão da</p>

	<p>Resolução foi encaminhada às APAFs de maio, setembro e dezembro, mas não foi discutida. A CCAP também elaborou Resolução 34/2015, que a define e regulamenta, tendo sido aprovada na 21ª Plenária e publicada em dezembro de 2015. Além disso, está em fase de elaboração minuta de Resolução que estabelece diretrizes para a realização de processos de Avaliação Psicológica.</p>
<p>Elaboração de notas técnicas de atualização.</p>	<p>Foi elaborada nota técnica 01/2015, com orientações e informações sobre análise de testes psicológicos e publicada no SATEPSI, em março de 2015. Em dezembro de 2015 foi publicada Nota Técnica 03/2015 sobre valores de referência para avaliação psicológica para Carteira Nacional de Habilitação, tendo sido acrescentado o item referente na Tabela de Honorários.</p>
<p>Revisão da Resolução CFP nº 001/2002: avaliação psicológica em concursos públicos.</p>	<p>A CCAP propôs criar um grupo de trabalho para discutir o tema e construir um posicionamento sobre a minuta de resolução que está sob análise da APAF. A proposta de uma subcomissão para discutir a revisão da Resolução 001/2002 foi submetida ao Plenário e aprovada na 16ª Plenária. Após a definição da nominata, a Subcomissão se reuniu em 25 de maio e em 24 de junho e finalizou uma proposta de revisão da Resolução, que foi encaminhada para apreciação da CCAP. Em junho a CCAP analisou o documento, que foi encaminhado para deliberação da APAF de setembro, mas o ponto não foi discutido. A revisão da Resolução foi encaminhada para aprovação na 24ª Plenária. A minuta de Resolução aprovada pela Plenária foi acrescentada ao material de subsídio da APAF de dezembro de 2015, onde foi discutida e aprovada com as alterações realizadas em APAF.</p>
<p>Revisão da Resolução CFP nº 07/2003: Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela(o) psicóloga(o), decorrentes de avaliação psicológica.</p>	<p>A CCAP propôs criar um grupo de trabalho para discutir esse tema. A proposta de uma subcomissão para discutir a revisão da Resolução 007/2003 foi submetida ao Plenário e aprovada na 16ª Plenária. A nominata e o funcionamento da subcomissão foram definidos em reunião da CCAP de abril. Foi agendada reunião com representante do CRP-08 para discussão das</p>

	contribuições deste CR sobre o tema. Foram realizadas duas reuniões, em 27 de maio e em 15 de julho, em que os membros da Subcomissão discutiram elementos para uma proposta de revisão do documento. O documento continua em fase de análise e elaboração pela Subcomissão.
Revisão da Resolução CFP nº 18/2008: trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.	Foi lançada Enquete para avaliação psicológica para manuseio de arma de fogo em abril de 2015.
Revisão da Resolução CFP nº 16/2002: trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.	Em novembro de 2015, foi realizado o Seminário: Psicologia e Comportamento Seguro no Trânsito. Os participantes se dividiram em três grupos de trabalho, com a finalidade de levantar os principais aspectos do cenário institucional da Psicologia no Trânsito e sugerir ações técnico-profissionais relacionadas à Psicologia e ao comportamento seguro no trânsito.
Elaboração de e-book (para cartilhas e livros de informação aos profissionais).	Na reunião da CCAP de julho, foi discutida a elaboração de um manual técnico em Avaliação Psicológica.
Continuidade às atividades do novo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi).	Em 2015, A CCAP recebeu onze instrumentos psicológicos, entre eles, três receberam parecer desfavorável, cinco receberam parecer favorável e outros três continuam em análise. Em abril foi lançado o Edital para pareceristas ad hoc para formação de um banco de avaliadores de instrumentos submetidos ao SATEPSI. Além disso, foi elaborado um Regimento Interno para funcionamento do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). A CCAP também deu continuidade à elaboração de normativas para o fluxo do SATEPSI, no sentido de clarificar e gerar transparência ao processo de análise de instrumentos. Além disso, foi realizada uma reunião com Editoras responsáveis pela comercialização de testes psicológicos, em setembro de 2015, em que foram esclarecidos o papel da CCAP e sua relação com o SATEPSI e CFP e a análise das solicitações dos psicólogos, entre eles: a atualização de normas de instrumentos psicológicos, plataformas online e uso dos testes psicológicos com normas para Estados diferentes.
Elaboração de proposições para a	No dia 22 de janeiro, foi realizada nova

interface de testes psicológicos com outras profissões.	reunião entre CFP e CFFa.
Participação em eventos de difusão da atividade de avaliação psicológica.	<p>VII Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: realizado entre os dias 30 de junho a 3 de julho e teve a participação da Comissão em Avaliação Psicologia do Conselho Federal de Psicologia (CFP), representado por Neander Abreu, Valdiney Veloso Gouveia e João Carlos Alchieri. Teve como tema “Avaliação psicológica e seus desafios nas diferentes regiões do Brasil”. 9º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi): Realizado em maio de 2015, em Salvador, o tema da mesa promovida pelo CFP foi “Os desafios do Satepsi para os próximos dez anos”. A mesa foi composta pelos professores João Alchieri, Cícero Vaz (UFRGS) e Valdiney Gouveia (UFPB), que destacaram a importância do Satepsi para as avaliações psicológicas, a capacitação dos profissionais e as ações do próprio colegiado. 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia: Foi realizado em Belo Horizonte, entre os dias 28 e 30 de outubro de 2015. Esse evento contou com a participação de João Carlos Alchieri, Elton Matsushima e Cícero Vaz, na mesa “Formação Continuada: Desafios para a Avaliação Psicológica”. XIV Congresso Brasileiro Sociedade Brasileira de Neuropsicologia. O evento foi realizado em novembro de 2015, em Natal, Rio Grande do Norte. A mesa teve como temática o “SATEPSI” e contou com a participação de João Carlos Alchieri, Neander Abreu e Danilo Assis, que destacou a importância do sistema de avaliação de testes psicológicos no Brasil e os desafios da testagem neuropsicológica interdisciplinar. A CCAP e a Comissão de Trânsito do CFP promoveram o Seminário Psicologia e Comportamento no Trânsito, em novembro de 2015.</p>
Divulgação das atividades da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - CCAP.	As atividades da CCAP têm sido divulgadas no site do CFP. Em junho, foi criado um banner no site do CFP, contendo a nominata com <i>currículo lattes</i> dos membros, a descrição do grupo e suas atividades e ainda os relatos das reuniões realizadas

<p>PROGRAMA 1.4: CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP.</p> <p>Realização de atividades de pesquisa institucional de forma integrada com a rede do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p>	<p>O ciclo de pesquisa sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos foi encaminhado por meio de várias atividades, a saber: realização do Seminário Perspectivas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil a partir das Políticas Públicas, durante os dias 12 e 13 de maio, na sede do CFP; levantamento exploratório por meio de um formulário online entre 27 de agosto e 09 de outubro; discussão da nota técnica da pesquisa durante reunião nacional e APAF de dezembro.</p>
<p>Assessoramento à estratégia de monitoramento e avaliação das ações conjuntas de pesquisa.</p>	<p>Foi realizada reunião com os conselheiros regionais responsáveis pelo CREPOP no dia 23 de abril de 2015, na sede do CFP em Brasília, com o objetivo principal de discutir estratégias para dar celeridade às pesquisas desenvolvidas pelo Centro. Nesta oportunidade, foi proposta a criação de um Comitê Executivo, sobre o qual se realizou reunião telefônica no dia 29 de abril de 2015, com a elaboração de uma minuta de funcionamento. Em julho houve a recomposição da equipe nacional, com o prof. Dr. Paulo Roberto de Camargo assumindo a coordenação do Centro e Soraya Souza de Andrade assumindo como técnica nacional. A reunião nacional do CREPOP aconteceu no dia 14 de novembro de 2014, tendo como pauta a discussão da nota técnica para o referido ciclo de pesquisa e um debate sobre temas gerais do CREPOP. Como encaminhamento dessa reunião, em 24 de novembro realizou-se uma reunião telefônica com os conselheiros regionais responsáveis pelo CREPOP, para definição dos pontos sobre o Centro a serem pautados para a APAF de dezembro de 2015, os quais foram discutidos na Assembleia durante a manhã da sessão do dia 13.</p>
<p>Subsídio às discussões sobre políticas públicas, por meio das informações já pesquisadas.</p>	<p>Na APAF de dezembro de 2015, a equipe nacional apresentou parecer da COJUR, esclarecendo que o registro ISBN determina que quaisquer alterações nos arquivos das publicações implicam em nova edição e registro. Assim, o informe de financiamento de reimpressões por conselho regional deverá ser feito na forma de um adesivo ou pré-capa, de modo a manter a publicação</p>

	conforme original.
Suporte aos conselheiros federais do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.	A equipe técnica tem subsidiado as atividades e demandas dos conselheiros responsáveis pelo CREPOP.
Suporte a população, universidades e gestores, a partir de demandas originadas no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.	O CFP oferece suporte quando solicitado por meio do site do CREPOP.
Trabalho com dados das pesquisas já realizadas e disponibilização dessas à sociedade.	A minuta de Política Indutora do CREPOP foi analisada pelo Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação, foi sugerida uma série de ajustes, para os quais foi solicitado o auxílio da COJUR, que deve dar retorno sobre o assunto em janeiro de 2016.
Constituição de um instrumento de gestão no Conselho Federal na sistematização e produção de informações sobre políticas públicas.	O CFP participa como membro dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, bem como de fóruns de mobilização para controle social dessas políticas.
PROGRAMA 1.5: CADASTRO DE SITES Aprimoramento do Sistema Cadastro de Sites buscando atender as novas necessidades, tais como: flexibilidade para alteração de dados, novos relatórios, entre outros.	Em 2015, o Sistema Conselhos de Psicologia avaliou 315 novos pedidos de cadastro de sites, sendo que 164 foram aprovados, 87 foram reprovados e 64 não propuseram à realização de serviços psicológicos online, portanto, não se aplicam à Resolução CFP nº 011/2012. Assim, atualmente, há 704 sites aprovados (sites cadastrados somados com os sites renovados), além dos sites que estão em análise.
PROGRAMA 2.1: PESQUISA E INFORMAÇÃO Criação de clipping informativo.	O clipping é produzido de segunda a sexta ao longo de todo o ano, reunindo notícias da mídia convencional e especializada sobre temas relevantes. O material é enviado diariamente para funcionários do CFP, diretoria, coletivo ampliado, GTs e comissões.
Criação de campanhas de mobilização especial.	Foram diversas as campanhas realizadas ao longo de 2015. E os temas foram: Dia Nacional da Visibilidade Trans; 30 horas semanais para a categoria sem redução salarial; Redução da maioria penal; Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; Conferências municipais, estaduais e nacional de Saúde; 9º Conpsi - Congresso Norte-Nordeste de Psicologia; Dia Internacional da Mulher; Dia Nacional de Luta Antimanicomial; Dia de Combate ao Abuso e à Exploração

	Sexual de Crianças e Adolescentes; Dia de luta contra a homofobia; Dia do (a) Psicólogo (a) ; Dia Internacional de Apoio aos Afetados pela Tortura; PL do Piso dos psicólogos; Estatuto do Desarmamento; RádioPSI e divulgação de suas atividades; CFP e OAB assinam acordo de cooperação técnica; X Concurso de Provas e Títulos de Especialista; OrientaPsi e divulgação de suas atividades; Prêmio de inclusão social na área da saúde mental; Restrição à publicidade infantil; Revista Psicologia: Ciência e Profissão; PL sobre serviços de Psicologia nas escolas; 25 anos do ECA; PL Federal 200/2015 sobre mudanças nas regras da ética em pesquisa clínica com seres humanos; inauguração da Sala das Entidades da Psicologia Brasileira; Exposição do CFP “Memória da Psicologia”; Edital para auxílio financeiro de eventos em 2016 ; PL que veda atendimento às vítimas de violência sexual no SUS; Seminário CFP e OAB sobre manicômios judiciários; APAFs; Seminário Internacional Educação Medicalizada; 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia; projeto “Dia do Psicólogo” é aprovado na Câmara dos Deputados; Conferência Internacional de Psicologia LGBT ;Dia da Consciência Negra.
Realização de pesquisa sobre os hábitos informativos da categoria.	Atualização do infográfico interativo “A Psicologia em números” apresentando dados sobre os Psicólogos (as) registrados (as) nos Conselhos Regionais pelo país.
PROGRAMA 2.2: INTERATIVIDADE DIGITAL	Descentralização de aprovação de conteúdo e produtos da comunicação, com aprovação direta das comissões
Implantação de fluxos ágeis de aprovação dos produtos jornalísticos.	
Criação de domínios temáticos dentro do portal do CFP (ex: site.cfp.org.br/mulher).	Foram produzidos quatro novos sites: PSINAED (http://psinaed.cfp.org.br/), Despatologização (http://despatologizacao.cfp.org.br/), Seminário de Psicologia e Políticas Públicas (http://politicaspUBLICAS.pol.org.br/),.
Aprimoramento dos canais de comunicação da autarquia: site, facebook, twitter, youtube.	Em 2015, o site teve 2.330.649 visualizações da página. Diariamente, são cerca de 2.142 visualizações. Foram produzidos, para site e redes sociais, cerca de 200 cards. Entre as mudanças realizadas

	em 2015, estão: novo Fale Conosco, nominatas completas por plenários, indexação, eliminação de hot-sites datados. Crescimento - durante o ano de 2015, houve um incremento significativo no número de seguidores de páginas e perfis no CFP. No Facebook, rede digital com mais interação por parte da categoria, o aumento foi de 36,01%. Já no Youtube, 114,9% e Twitter, 27,52%. No entanto, crescimento mais surpreendente aconteceu no Instagram, 2.470,76%. Número de seguidores em cada Mídia Digital: Facebook - 140.000; Youtube - 6.914; Twitter 15.348; Instagram - 11.080.
Migração da hospedagem do portal do CFP para um plano avançado que comporte a quantidade de acessos existentes.	O portal institucional está hospedado em infraestrutura do CFP.
Elaboração de soluções de comunicação digital, criando interfaces digitais para sites, hotspots, infográficos e soluções web.	Intensificação, com análise e planejamento, das atividades nas redes sociais.
Criação e manutenção de novos canais de diálogo e interação.	Em 2015, o site teve 2.330.649 visualizações da página. Diariamente, são cerca de 2.142 visualizações. Foram produzidos, para site e redes sociais, cerca de 200 cards. Entre as mudanças realizadas em 2015, estão: novo Fale Conosco, nominatas completas por plenários, indexação, eliminação de hot-sites datados. Crescimento - durante o ano de 2015, houve um incremento significativo no número de seguidores de páginas e perfis no CFP. No Facebook, rede digital com mais interação por parte da categoria, o aumento foi de 36,01%. Já no Youtube, 114,9% e Twitter, 27,52%. No entanto, crescimento mais surpreendente aconteceu no Instagram, 2.470,76%. Número de seguidores em cada Mídia Digital: Facebook - 140.000; Youtube - 6.914; Twitter 15.348; Instagram - 11.080.
Criação de espaços de discussão sobre temas da Psicologia.	Em 2015, o CFP realizou 15 transmissões online com participação da categoria, entre eles: Avaliação Psicológica nos Processos Seletivos Públicos, Atuação Interdisciplinar no SUAS e Mitos e Verdades sobre a Redução da Maioridade Penal
Disponibilização de conteúdos variados e	Foram produzidas cerca de 429 notícias e

de qualidade para internautas, parceiros e veículos de comunicação.	notas.
Divulgação das atividades desenvolvidas pelo CFP e o posicionamento institucional frente a temas diversos de interesse da sociedade.	O CFP realizou plenamente as atividades por intermédio dos meios de comunicação on-line e impressos.
Divulgação de informações de diversos temas/assuntos de interesse para a categoria.	Nos dias 13 a 16 de maio, foram realizados o o 8º Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, sob a temática “O Exercício Profissional enquanto Trabalho” e a a 9ª edição do Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi) terá como tema “A Psicologia e os desafios do mundo contemporâneo”. No evento, o CFP contou com um estande onde foram disponibilizadas milhares de publicações da autarquia – como a versão atualizada do Código de Ética Profissional do Psicólogo, o novo Jornal do Federal e o Planejamento Estratégico Plurianual do CFP, bem como as mais recentes edições da revista Psicologia: Ciência e Profissão. Os participantes do encontro puderam assistir a vídeos com reportagens sobre as atividades realizadas no próprio encontro e ainda ganharam uma foto impressa de lembrança de participação.
Divulgação de eventos, congressos, publicações, campanhas e debates promovidos pela autarquia.	Foram diversas as campanhas realizadas ao longo de 2015. E os temas foram: Dia Nacional da Visibilidade Trans; 30 horas semanais para a categoria sem redução salarial; V Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas; Debate sobre redução da maioria penal; Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; Oficinas de Emergências e Desastres; conferências municipais, estaduais e nacional de Saúde; 9º Conpsi - Congresso Norte-Nordeste de Psicologia; Dia Internacional da Mulher e a psicóloga brasileira; Parecer contrário à condicionalidade da avaliação psicológica para ingresso de menores de seis anos no Ensino Fundamental; Dia Nacional de Luta Antimanicomial; Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Dia de luta contra a homofobia; Dia do (a) Psicólogo (a) ; Defesa da defende resolução 01/99; Dia Internacional de Apoio aos Afetados pela

	<p>Tortura; PL do Piso dos psicólogos; de audiência sobre mudanças no Estatuto do Desarmamento; lançamento da RádioPSI e divulgação de suas atividades; CFP e OAB assinam acordo de cooperação técnica; X Concurso de Provas e Títulos de Especialista ; lançamento do OrientaPsi e divulgação de suas atividades; Prêmio de inclusão social na área da saúde mental; atividade de todas as comissões do CFP; audiência pública sobre restrição à publicidade infantil; edições da Revista Psicologia: Ciência e Profissão; PL sobre serviços de Psicologia nas escolas; 25 anos do ECA; PL Federal 200/2015 sobre mudanças nas regras da ética em pesquisa clínica com seres humanos; inauguração da Sala das Entidades da Psicologia Brasileira; Exposição do CFP “Memória da Psicologia”; Edital para auxílio financeiro de eventos em 2016 ; PL que veda atendimento às vítimas de violência sexual no SUS; Seminário CFP e OAB sobre manicômios judiciários; cobertura das APAFs; Seminário Internacional Educação Medicalizada; 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia; projeto “Dia do Psicólogo” é aprovado na Câmara dos Deputados; Conferência Internacional de Psicologia LGBT recebe propostas de simpósios temáticos; CFP participa de audiência com Ministro das Comunicações; CFP manifesta apoio a mobilizações contrárias a mudanças na Coordenação de Saúde Mental; CFP e CFESS se mostram contrários às comunidades terapêuticas; CFP e CFESS se mostram contrários às comunidades terapêuticas; CFP participa de cerimônia de sanção da Lei do Femicídio; CFP se solidariza ao GT de Ciências Humanas e Sociais do CNS; CFP participa de reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Nota pública dos conselhos de Psicologia sobre a execução de jovens negros na Bahia; CFP é selecionado para compor a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos de Educação dos Afro-brasileiros; CFP participa de Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação; Nota do CFP sobre</p>
--	---

	<p>declaração em programa do SBT de SC; Nota de repúdio à violência contra os professores do Paraná; 99 Taxis se retrata após nota do CFP; Articulação do CFP com parlamentares psicólogas; Relatório do CFP é citado em discussão no STF sobre descriminalização das drogas; Nota de repúdio do CFP ao PL que veda atendimento às vítimas de violência sexual no SUS; CFP e Secretaria Nacional de Assistência Social assinam cooperação para qualificar categoria no SUAS; reunião da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria; resgate de memória da autarquia; Reunião nacional do Crepop debate pesquisa sobre “Direitos Sexuais e Reprodutivos”; Nota de pesar: Moysés Aguiar; reinauguração do CAEP da UnB; Nota do CFP sobre declarações do padre Marcelo Rossi; Encontro das Comissões de Orientação e Ética ; Nota em defesa do SUS; Nota de pesar: Thereza Pontual de Lemos Mettel; 4º Encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa; Seminário Nacional sobre Saúde em Desastres; balanço dos 20 meses de gestão do XVI Plenário; Dia da Consciência Negra; além da divulgação de outras atividades das comissões e da diretoria do CFP em sites específicos e realização de 15 debates online.</p>
Divulgação do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.	Foram enviados 63 boletins
Divulgação do Jornal do Federal em uma versão para tablets e smartphones.	Duas publicações.
Divulgação de diferentes programas temáticos nos canais de comunicação do CFP.	Produção de diversos programas temáticos, como o "Programa Entre Nós" e "Espaço Formação da Rádio Psi".
<p>PROGRAMA 2.3: PRODUÇÃO & PUBLICAÇÃO.</p> <p>Produção de vídeos sobre temas ligados à Psicologia.</p>	Produzidos diversos vídeos para o canal CFP na TV, vídeos institucionais e de coberturas de eventos, além das vídeo-aulas do OrientaPsi.
Reedição e aumento da periodicidade do Jornal do Federal.	CFP lançou a seção “Fala, Psicólog@!”, no Jornal do Federal, como o objetivo de destinar um espaço à apresentação de profissionais da Psicologia de todas as áreas de atuação e de todas as regiões do país. A cada edição, um(a) profissional conta sua rotina de trabalho, perspectivas e desafios

	para a atuação na Psicologia.
Publicação de artigos jornalísticos de interesse da Psicologia.	Jornal O Tempo: maioria penal no Brasil deve ser reduzida dos 18 para os 16 anos?, por Mariza Borges
Produção do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.	Foram enviados 63 boletins.
PROGRAMA 2.4: REVISTA PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO Produção da Revista Psicologia Ciência e Profissão.	Em 2015, a Revista Psicologia: Ciência e Profissão publicou 85 artigos distribuídos em quatro edições. Desses 85 artigos, 48 foram Relatos de Pesquisa; 24 foram Estudos Teóricos e 13 foram Relatos de Experiência. Durante o ano, a revista teve 451 manuscritos submetidos, dos quais 27 estão em processo de avaliação de conteúdo, 80 estão em processo de avaliação inicial, e os 344 restantes foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista. No dia 31/03/2015, foi publicada a portaria de nomeação do novo editor chefe da Revista, o Conselheiro Roberto Moraes Cruz. A partir da posse do novo editor, as diretrizes, metas e todo o processo editorial da RPCP foram repensados e reformulados. Destacam-se as seguintes mudanças: ampliação da quantidade de manuscritos por edição; aperfeiçoamento da comunicação interna e externa; treinamento da equipe do periódico; contratação de assessoria especializada (biblioteconomia) para o treinamento da equipe; aperfeiçoamento dos processos de avaliação inicial (check-list, comunicação específica, redução de tempo de resposta, integração com processo de editoração); inicialização de processos de internacionalização da Ciência e Profissão; avaliação do trabalho da Comissão Editorial e do Conselho Consultivo e redução da tiragem do periódico. Após a definição das novas diretrizes e metas da Revista, houve uma redução de mais de 68,8% de artigos pendentes até dezembro/2015. Em abril de 2015, havia 222 artigos pendentes dos anos de 2012 a 2014. Em dezembro, esse número baixou para 68. É importante ressaltar que todo o passivo restante (68 artigos) já teve o devido encaminhamento.
Publicação da Revista Psicologia Ciência e Profissão em diversas plataformas de comunicação.	A cada número publicado, a Revista também participa do blog SciELO Em Perspectiva: Humanas, divulgando seus artigos por meio de press releases. Em

	<p>2015, foi publicado um release de artigo sobre Sexualidade Infantil. No dia 22/06/2015, foi publicado o Press Release "Possibilidades de atuação da Psicologia no sistema judiciário em contexto de abuso sexual", no blog SciELO Em Perspectiva Humanas. Uma das metas da RPCP para 2016 é ingressar no Web of Science (WOS), que é uma base de dados que disponibiliza acesso a mais de 9.200 títulos de periódicos (acesso ao conteúdo integral apenas dos assinados pela CAPES) e possibilita a identificação de artigos de periódicos em diversas áreas do conhecimento.</p>
<p>PROGRAMA 2.5: ASSESSORIA DE IMPRENSA</p> <p>Construção de releases.</p>	<p>Produzidos releases diversos de temas da Psicologia enviados à imprensa nacional.</p>
<p>Realização de contatos com a imprensa sobre assuntos de interesse nacional que estão relacionados com a Psicologia.</p>	<p>Foram realizados 62 atendimentos à imprensa.</p>
<p>Inserção do ponto de vista da profissão nos debates da sociedade.</p>	<p>Promovidas ações da assessoria de imprensa em diversos momentos ao longo do ano, como por exemplo, artigos que foram publicados por ocasião do dia do Psicólogo.</p>
<p>Proposição de pautas e temas para a imprensa.</p>	<p>Ações propositivas que culminaram em entrevistas para os mais diversos meios de comunicações relacionadas aos seguintes temas: Dia Nacional da Visibilidade Trans; 30 horas semanais para a categoria sem redução salarial; Debate sobre redução da maioria penal; conferências municipais, estaduais e nacional de Saúde; 9º Conpsi - Congresso Norte-Nordeste de Psicologia; Dia Internacional da Mulher e a psicóloga brasileira; Parecer contrário à condicionalidade da avaliação psicológica para ingresso de menores de seis anos no Ensino Fundamental; Dia Nacional de Luta Antimanicomial; Dia do (a) Psicólogo (a) ; Defesa da defesa resolução 01/99; PL do Piso dos psicólogos; CFP e OAB assinam acordo de cooperação técnica; PL sobre serviços de Psicologia nas escolas; 25 anos do ECA; Exposição do CFP "Memória da Psicologia"; PL que veda atendimento às vítimas de violência sexual no SUS; Seminário CFP e OAB sobre manicômios judiciários; CFP manifesta apoio a mobilizações contrárias a mudanças na</p>

	Coordenação de Saúde Mental;
Construção de intercâmbio de informações com as assessorias de comunicação dos CRPs.	O CFP mantém canal de diálogo constante com as assessorias de comunicação dos Conselhos Regionais de Psicologia para nivelamentos de informações.
Otimização do atendimento à imprensa por meio de um banco de interessados em conceder entrevistas por temas.	O CFP construiu um banco de fontes dividido por temas.
Criação, no portal, de uma área específica para posicionamentos do CFP em relação a temas de interesse da Psicologia.	Desenvolvimento e lançamento, em agosto de 2015, no portal OrientaPsi de uma área para posicionamento do CFP em relação a temas de interesse da Psicologia.
Elaboração de conteúdos adaptados aos diversos públicos da instituição (interno, externo, imprensa e parceiros).	O CFP produz um clipping diário enviado aos diversos públicos da instituição, bem como um boletim semanal.
PROGRAMA 2.6: COMUNICAÇÃO INTERNA Criação de uma rede intranet (acessível somente para o corpo funcional) que seja possível armazenar arquivos e divulgar mensagens além de permitir interatividade, divulgação de eventos da empresa e participação dos membros na produção de conteúdo.	O CFP levantou requisitos para desenvolver a intranet.
PROGRAMA 3.1: TÍTULO DE ESPECIALISTA Constituição de grupo de trabalho sobre o tema.	Comissão de Formação constituída por Jefferson Bernardes, Raquel Guzzo, Meire Viana, Vera Morselli, Caisy Marinho e Barbara Conte acompanham o tema. A Comissão de Psicologia na Educação e a Comissão de Especialidades se uniram para alinhar pontos comuns.
Realização de reuniões presenciais do grupo de trabalho.	No ano de 2015 foram realizadas 04 reuniões relacionadas ao tema em 21/08; 17/09; 22/10 e 18/12. Fizeram-se dez reuniões durante todo o ano de 2015.
Participação no Congresso Brasileiro de Psicologia: reunião com entidades formadoras.	Concurso para obtenção do título de especialista foi realizado no dia 29 de novembro. A banca organizadora foi o Instituto Idecan e os resultados serão divulgados até o dia 15 de janeiro de 2016.
Realização de diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP.	A PSINAED realizou duas reuniões com representantes da ABEP
Realização de contatos e diálogos com Ministério Público Federal (MPF).	A antecipação de tutela foi deferida no dia 13/03/2013 e desde o dia 25/11/2015 os autos estão pra sentença.
Realização de contatos e diálogos com o Ministério da Educação (MEC) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE)	Foi realizada uma audiência no CNE, no dia 29 de janeiro no CNE para discutir a questão da especialização. No dia 10 de

<p>visando o diálogo para a possibilidade de credenciamento dos núcleos formadores.</p>	<p>junho agendamos audiência com o conselheiro Paulo Barone ao sabermos que ele havia alterado substancialmente o conteúdo da minuta da normativa. Ele inseriu, conforme o pleito do CFP, as instituições formadoras voltadas para o mercado profissional, fazendo a distinção entre estas e as instituições de viés academicistas. Depois, descobriu-se que texto do conselheiro relator do Marco Regulatório, Eustáquio Romão, acolhera as sugestões de Paulo Barone. O documento, contudo, não foi votado em 2015.</p>
<p>Realização de contatos e diálogos com entidades formadoras visando discutir a questão das especialidades.</p>	<p>Foi instituída a Portaria 049/2015 que atende o pleito do Instituto Sedes e outro Núcleos formadores que solicitaram credenciamento no intervalo de 2013 a 2014.</p>
<p>PROGRAMA 3.2: AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA JUNTO COM O MINISTÉRIO EDUCAÇÃO – MEC</p> <p>Criação de grupo de trabalho sobre o tema.</p>	<p>A Comissão de Especialistas e a Comissão de Psicologia na Educação se uniram para tratar do tema.</p>
<p>Rearticulação do convênio com o Ministério da Educação (MEC) sobre a avaliação de cursos de graduação.</p>	<p>O CFP entrou em contato diversas vezes com o MEC, por telefone e por e-mail. Inicialmente, soube-se que a responsabilidade de resposta ao ofício cabia à SERES, e esse ofício está protocolado sob o nº 058008201479. Em todas as vezes que ligamos, o status do ofício estava como indefinido. Soubemos, então, que a diretora suplente de Política Regulatória da SERES com quem estávamos nos articulando desde o início do processo, Talita Nascimento, havia deixado o cargo. Como não obtínhamos qualquer resposta, tentamos entrar em contato com a ouvidoria do MEC, pelo qual obtivemos o contato da Coordenação Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Luciana Garcia. Ela encaminhou o ofício do CFP ao setor de tecnologia que é diretamente responsável pelo e-MEC. Enviamos, por fim, o Ofício nº 1657-15 ao novo Ministro apresentando a demora. Até agora, contudo, não se obteve qualquer</p>

	resposta.
Constituição, em conjunto, de critérios para avaliação dos cursos de graduação em Psicologia.	A comissão decidiu constituir uma matriz curricular ao invés de critérios de avaliação. Essa matriz deverá ser elaborada em 2016.
Apreciação dos critérios para avaliação dos cursos de graduação de Psicologia.	O CFP possui representação no CNES para discussão da temática.
Realização de avaliação de cursos de graduação de Psicologia junto com o MEC.	Esse objetivo só será alcançado após a elaboração do Termo de Colaboração.
Realização de diálogo com a ABEP e outras entidades de Psicologia sobre os cursos de graduação.	Jefferson Bernardes convidou a ABEP, na figura de sua presidente, Diva Conte, a participar de oficina de formação dos novos critérios constituídos pelo INEP na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do CNS, ocorrida no dia 24 de novembro de 2015.
PROGRAMA 4.1: MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA Criação da Comissão da Memória da Psicologia Brasileira.	A comissão é composta por: AnaJacó, Maria Lúcia Boarini (UEM), Fernando Lacerda (UFG), Cristiane Carvalho (UFPA), Cristina Lhullier (UFSC), Raquel Assis (UFMG) e Denis Carvalho (UFPI)
Organização e digitalização dos acervos de psicólogos(os) e instituições.	Foi realizado um levantamento da produção dos pioneiros da Psicologia brasileira, efetivado convênio com a UFMG para a realização do dicionário biográfico da Psicologia Brasileira: pioneiros.
Atualização do Dicionário Biográfico da Psicologia brasileira – Pioneiros.	A segunda edição do Dicionário Pioneiros está em andamento. Foi realizado convênio com a Fundação de Pesquisa FUNPEC da Universidade Federal de Minas Gerais, para realização da nova pesquisa e atualização dos verbetes existentes.
Mapeamento dos livros clássicos da Psicologia brasileira.	Nos meses de agosto e setembro de 2015, a exposição “Memória da Psicologia em Obras Raras e Valiosas” esteve no CFP. Nos dias 27 e 30 de outubro, foi levada para a 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, em Belo Horizonte (MG). Com obras do acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, considerada a mais antiga da América Latina, a pesquisa para a seleção dos conteúdos começou em 1998 e é resultado do trabalho da psicóloga e conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Nádia Maria Dourado Rocha. Os livros relembram a produção de importantes autores brasileiros e de países como França, Dinamarca, Alemanha e Portugal. De acordo com a curadora, dos 70 livros expostos, 19 são de autores

	brasileiros, buscando privilegiar aqueles que foram considerados pioneiros. A intenção é a de que, em breve, essas obras possam constar no acervo digital da BVS-PSI.
Realização de atividades de apoio as pesquisas que investigam a relação das(os) psicólogas(os) (professores, estudantes e profissionais) com a ditadura brasileira (1964-1985).	Foi realizado convênio com a FUNDEP para proceder o trabalho.
PROGRAMA 4.2: MEMÓRIA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Sistematização e disponibilização dos registros das gestões do Conselho Federal de Psicologia (a partir de 1975).	No site do CFP estava apenas a lista de nomes de pessoas que compuseram o plenário do Conselho a partir da década de 1980. Por isso, o XVI Plenário decidiu reconstituir e disponibilizar as nominatas do plenário desde 1973. Para tanto, foi contratada uma empresa especializada em arquivamento de documentos para higienizar e organizar esses registros, que estavam guardados na sede do CFP. As nominatas de todas as gestões foram atualizadas no site.
Digitalização e disponibilização das atas e outros documentos históricos do Conselho Federal de Psicologia.	Preparada a infraestrutura do acervo documental do CFP, com a contratação de especialista da área com a finalidade de organizar os documentos do CFP.
Recuperação da documentação relativa à concessão do título honorário de psicóloga(o) a personagens vinculados à ditadura militar de 1964 a 1985.	Nádia Maria Dourado Rocha resgatou as atas das plenárias do ano de mil e novecentos e setenta e sete e constatou que foram concedidos títulos de conselheiros honorários para o ex-presidente do Brasil, Ernesto Geisel, e para o Ministro do Trabalho do ano de 1977, Arnaldo Prieto. Não foi encontrado registro de concessão de título para Emílio Garrastazu Médici. O assunto foi discutido em Plenária que não compactuou com essa concessão, sinalizou para a ampla divulgação da história deste Conselho e continuará olvidando esforços para buscar esclarecimentos e providências para revogação dos títulos concedidos.
PROGRAMA 5.1: SECRETARIA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA Revisão do Manual Unificado de Orientação e Fiscalização – MUORF.	Houveram quatro reuniões telefônicas, e uma reunião presencial no dia 19 de novembro de 2015. Está programada nova reunião presencial para o dia 26 de fevereiro de 2016, com o intuito de finalizar a minuta de resolução a ser apreciada na APAF de maio de 2016.
Promoção de evento para discussão do procedimento de conciliação com o Sistema Conselhos de Psicologia.	Foi enviado o Ofício 041-15 aos Regionais, com consulta sobre a aplicabilidade de conciliação/mediação no Sistema

	<p>Conselhos. Foi realizada reunião presencial do GT no dia 19 de março de 2015. Enviado no dia 9 de abril de 2015 o Of. Circ. 061-15, com nova solicitação de contribuições dos Regionais sobre o tema, dessa vez por meio de questionário. Houve visita à OAB/RJ, em 15/05/15, para estudo de caso. A SOE tabulou as respostas dos CRs e solicitou parecer da COJUR/CFP sobre o assunto. Após mais duas telereuniões, em 10 de julho e 02 de outubro, e uma reunião presencial em 14 de novembro, a minuta de resolução foi consolidada pelo GT e apreciada na APAF de dezembro de 2015, cujo encaminhamento foi de enviar a minuta a todos os Regionais para contribuições, que devem ser apreciadas na APAF de maio de 2016.</p>
<p>Padronização das rotinas processuais e orientar a tramitação dos processos éticos nos Conselhos Regionais de Psicologia, capacitando os membros das Comissões de Orientação, Fiscalização e Ética.</p>	<p>No dia 31 de março de 2015 foi enviado aos Regionais o Ofício Circ. 050-15, com recomendação sobre a publicação de penalidades advindas de processos éticos. No Encontro de COEs, em 13 de novembro, foram discutidos temas relativos à instrução processual e demais rotinas de tramitação e propostos alguns encaminhamentos, como a criação de um GT para revisar o CPD.</p>
<p>Organização do Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética – COEs e Comissões de Orientação e Fiscalização – COFs.</p>	<p>No dia 23 de janeiro de 2015 foi realizado um encontro com as COF dos novos CRs (CRP 19, 20, 21, 22 e 23). Nos dias 20 e 21 de março de 2015 foi realizado o Encontro de COFs, com a participação de todos os CRs. O Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética (Encoe) reuniu, no dia 13 de novembro, representantes das COEs de todos os 23 Conselhos Regionais de Psicologia e da Secretaria de Orientação e Ética do CFP. Entre os encaminhamentos da reunião, foi deliberado o envio à APAF de proposta de criação de um grupo de trabalho para realizar modificações no CPD.</p>
<p>PROGRAMA 6.1: CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA – CRPS.</p> <p>Treinamento das equipes administrativo e financeiro dos CRPs.</p>	<p>Foi realizado treinamento administrativo no CRP-21 nos dias 30 e 31 de março de 2015.</p>
<p>Adaptação das ferramentas do CFP para os Conselhos Regionais.</p>	<p>O CFP ajustou o sistema de controle de documentos "DOCSWeb" para os Conselhos Regionais.</p>

Desenvolvimento de novos aplicativos de integração entre o CFP e o Sistema Conselhos.	O CFP está desenvolvendo um sistema de gestão de contratos, eventos e cadastro geral que serão disponibilizados ao Sistema Conselhos de Psicologia.
Implementação de documentos em acordo com as normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) para repasses financeiros aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).	Estabelecido convênios com os Conselhos Regionais de Psicologia para formalização de repasses a título de transferências correntes, com a finalidade de suprir as demandas do projeto CREPOP.
PROGRAMA 6.2: REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA. Estabelecimento dos Acordos Sindicais anuais.	As negociações do ACT 2015/2016, entre o CFP e o SINDECOF-DF, foram finalizadas em outubro de 2015.
PROGRAMA 6.3: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFP. Criação de novos sistemas, em especial, ferramentas de automatização dos fluxos internos, por exemplo, Gestão de Ações e Atividades, Cadastro Geral, Controle de Documentos, entre outros.	Portal da Transparência desenvolvido; Sistema de Gestão de Ações e Atividades desenvolvido; Gestão de Documentos em desenvolvimento.
Implantação de tecnologia de Certificação Digital nas carteiras profissionais e nos fluxos internos do CFP e do Sistema Conselhos.	Na APAF de dezembro de 2015, foi criado um grupo de trabalho para análise e definição da nova identidade profissional da(o) psicóloga(o).
Reformulação do Sistema de Inscrição em Eventos.	Em virtude da grande quantidade de demandas destinadas a Divisão de Desenvolvimento de Sistemas em 2015 não possibilitou a implementação destas melhorias.
Atualização da infraestrutura, contemplando a virtualização do ambiente com storage e equipamento de backup em fita.	O CFP adquiriu em 2015 3 novos servidores, licitou um storage, equipamentos de rede, computadores desktop e notebooks, que serão entregues em janeiro de 2016.
Atualização dos sistemas operacionais dos servidores e sistemas de banco de dados.	Em 2015 foram adquiridas novas licenças de softwares.
Implementação da rede WI-FI corporativa.	Este projeto não foi totalmente implementado, será necessário adquirir mais 4 APs.
PROGRAMA 6.4: CADASTRO NACIONAL DE PSICÓLOGAS(OS) – CN Criação de mecanismos para atrair a(o) psicóloga(o) a efetuar a atualização de dados, como a integração de sistemas do	O Sistema do Cadastro Nacional, SISCAFWEB, recebeu em 2015 um importante implementação, a integração com a base de CEPs dos Correios, possibilitando assim maior confiabilidade e agilidade ao atualizar os dados de endereço, tendo em vista que ao fornecer o número do

CFP com o Cadastro Nacional.	CEP, os campos logradouro, bairro, cidade e UF são preenchidos automaticamente.
Integração dos sistemas de controle cadastral e financeiros.	Foram realizadas reuniões com a Implanta Informática e os Conselhos Regionais para discutir melhorias no SISCAF.
PROGRAMA 6.5: GESTÃO POR PROJETOS ATRAVÉS DE EDITAIS. Constituição de rubrica específica no orçamento para fomento de ações, projetos, pesquisas e/ou tarefas que serão executadas via editais.	No ano de 2015, o CFP aprovou a rubrica de R\$ 300.000,00 para o auxílio financeiro a eventos que serão realizados em 2016. Desse valor, R\$ 150.000,00 são destinados aos eventos que se realizarão entre os dias 1º de janeiro e 30 de junho de 2016; e, R\$ 150.000,00 para os eventos que serão realizados entre o dia 1º de julho e 20 de dezembro de 2016.
Estabelecimento e definição dos valores a serem disponibilizados, segundo a periodicidade estabelecida pelo Plenário.	A cada semestre foram destinados R\$ 150.000,00 para auxílio financeiro a eventos, divididos da seguinte forma: eventos que estão até a 3ª edição (até R\$75.000,00); eventos que estão entre a 4ª e 6ª edição (até R\$ 40.000,00); e, eventos que estão acima da 6ª edição (até R\$ 35.000,00).
Constituição de Grupo de Trabalho para proposição dos editais e avaliação dos projetos, com a definição de convidados/pareceristas por tema.	A Comissão de Avaliação e Julgamento do primeiro edital (Edital de Chamada Pública CFP nº 001/2015) foi constituída por João Carlos Alchieri, Maria da Graça Corrêa Jacques, Nádia Maria Dourado Rocha (CFP), Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (Universidade Federal do Pará/UFPA), Anamélia Araújo de Carvalho (Universidade Federal da Bahia/UFBA), Ângela Almeida (Universidade de Brasília/UnB), Cleci Maraschin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS) e Francisco Portugal (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ). A Comissão de Avaliação e Julgamento do segundo edital (Edital de Chamada Pública CFP nº 004/2015) contou com a Maria da Graça Torres da Paz (Universidade de Brasília/UnB) como suplente da Ângela Almeida.
Elaboração de edital padrão no qual estarão estabelecidos prazos, os critérios de avaliação e a pontuação.	O CFP aprovou o edital construído pela Comissão de Gestão de Projetos por meio de Editais, na reunião Plenária, realizada nos dias 23 e 24 de janeiro de 2014. O edital foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de fevereiro para conceder auxílio a eventos que foram realizados no segundo semestre de 2015. Foram recebidas

	<p>113 solicitações, sendo 51 negadas porque não atendiam as especificações do edital e 62 propostas aprovadas, concedendo-se no total ou em parte as solicitações. Dos 62 eventos aprovados, 14 não solicitaram o auxílio financeiro ao CFP. No dia 07 de agosto de 2015, foi publicado o segundo edital, o Edital de Chamada Pública CFP nº 004/15, para conceder auxílio financeiro a eventos que serão realizados em 2016. Na primeira etapa, foram recebidas 38 propostas de eventos que serão realizados entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016. Dessas propostas, 7 foram negadas e 31 aprovadas.</p>
<p>Criação de estratégia de lançamento nacional do Programa de Gestão por Projetos.</p>	<p>Os dois editais foram amplamente divulgados no site e nas redes sociais do CFP. Também foram enviados ofícios para universidades, entidades de Psicologia diversas e Conselhos Regionais de Psicologia.</p>
<p>PROGRAMA 7.1: DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.</p> <p>Realização de atividades, em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia sobre a privatização do SUS.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou, em reunião plenária realizada em 23 e 24 outubro, uma carta de representação em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) frente ao cenário que ameaça direitos há muito tempo conquistados neste campo. O posicionamento já foi encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde e aos Conselhos Regionais de Psicologia, além dos Conselhos de Direitos dos quais a autarquia participa. O CFP realizou, nos dias 17 e 18 de abril de 2015, o "Seminário sobre participação social e representação na área de saúde" com representantes da área da saúde e membros da Comissão de Direitos Humanos do CFP. O evento reuniu aproximadamente 20 representantes do CFP, engajados nos diversos espaços relativos à Saúde e teve o objetivo a apresentação das representações na área da Saúde, buscando-se também alinhar o posicionamento do CFP nos diferentes espaços. O CFP também esteve presente na 15ª Conferência Nacional de Saúde (15ª CNS), coordenando os debates do “Eixo V Gestão do SUS e modelos de atenção à saúde” e participando de outras atividades e atos para discutir o sistema e em defesa do SUS. Semiramis Vedovatto também</p>

	<p>participou do diálogo “Direito à Saúde: Acesso com qualidade e equidade para cuidar bem das pessoas”, disponível em http://site.cfp.org.br/15a-conferencia-nacional-de-saude/. O CFP participou da Reunião de Adesão à Frente em Defesa do SUS e assinou um manifesto em defesa do Sistema Único de Saúde, além da apresentação de uma proposta do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para a construção da Plataforma Unificadora da Defesa do SUS e organização da marcha em Defesa da Saúde do Brasil, da Saúde do Povo Brasileiro, da Democracia e do SUS, que foi realizada no dia 1º de dezembro, na abertura da 15ª Conferência Nacional de Saúde.</p>
<p>Acompanhamento das atividades da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS).</p>	<p>Durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde Semiramis Vedovatto participou da reunião da Frente Nacional contra a Privatização do SUS [http://www.contraprivatizacao.com.br/2015/11/1014.html], que defende um sistema de saúde de caráter público, 100% estatal e de qualidade. (http://site.cfp.org.br/15a-conferencia-nacional-de-saude/).</p>
<p>Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.</p>	<p>Nos dias 15 e 16 de outubro foi realizado o 4º Encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa, no Centro de Convenções em Brasília. Organizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Ministério da Saúde, o evento debateu resoluções complementares à Resolução 466/2012 e temas ligados à base do Sistema CEP/CONEP, como o processo de Acreditação dos Comitês de Ética em Pesquisa que compõem o Sistema CEP/CONEP, especificidades Éticas das Pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas e de outras que utilizam de metodologias próprias destas áreas, e especificidades Éticas das Pesquisas de Interesse Estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p>PROGRAMA 7.2: SAÚDE SUPLEMENTAR.</p> <p>Regulamentação do exercício profissional da(o) psicóloga(o) que atua na Saúde Suplementar.</p>	<p>Na 16ª Plenária, deliberou-se pelo envio de parecer elaborado pela equipe técnica relativo à exigência de encaminhamento médico para fins de atendimento psicológico. O parecer foi encaminhado, em 06/04/15, aos Conselheiros do XVI</p>

	Plenário e Membros do Coletivo Ampliado para que todos se inteirem acerca do assunto e possam discuti-lo, com mais entendimento, em outro momento.
Promoção de diálogos com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANSS e Planos de Saúde.	O CFP possui representação em comissões técnicas da ANSS.
Padronização das Informações em Saúde Suplementar - COPISS/ANS; do Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - COGEP/ANS, bem como os seus Grupos de Trabalho; da Câmara Técnica sobre Monitoramento da Contratualização/ANS; da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde - CRTS/Ministério da Saúde e Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos/NA; da Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde – - FCPAS; do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS; do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde – FENTAS; do andamento dos Projetos de leis nas casas legislativas.	O CFP esteve presente na reunião do Fórum das Entidades dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas), realizada no dia 06/10/15, para discutir um dos temas debatidos na reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS): Impacto da atual situação econômico-financeira do Brasil nas políticas sociais, com foco na Saúde.
PROGRAMA 7.3: SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (AD). Realização de atividades de aproximação com psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde e com os diferentes interlocutores que atuam no campo, como: Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA); Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA); Frente Nacional Drogas e Cidadania, entre outros.	Foi realizada, em parceria com a ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental), a oficina temática “Arte-Cultura e Loucura”, que precedeu o 2º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, realizado entre 04 e 06/06/15, na cidade de João Pessoa/PB. A oficina reuniu profissionais da área da saúde, estudantes e usuários de todo o país com vistas a divulgar experiências de inclusão social de usuários através da Arte e Cultura, conferindo visibilidade à dimensão sociocultural da atenção psicossocial. Na oportunidade de realização da oficina temática supracitada, também ocorreu o lançamento do Prêmio Inclusão Social. O Prêmio instituído pelo CFP, em parceria com o LAPS/FIOCRUZ, buscou dar visibilidade à inclusão social de usuários e familiares da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, ONGs e projetos econômico-sociais solidários, em iniciativas artístico-culturais e de trabalho no Brasil, como possibilidade

	<p>de recriar novas formas de relações sociais, de convívio com as diversidades e de ampliação da cidadania, sempre em defesa dos direitos humanos. O Edital foi publicado no dia 04/08 e o resultado final do Prêmio está previsto para a primeira quinzena do mês de janeiro/16. A Comissão Julgadora do Prêmio (composta por Eduardo Henrique Guimarães Torre; Gilson Cesar da Silva (Babilak Bah); Paulo Duarte de Carvalho Amarante; (designado presidente da Comissão Julgadora);Leandra Brasil da Cruz; Jorgina Ferreira Vanderlei Soares; Thelma Sydenstricker Alvares; Thomas Josué Silva), reuniu-se para a avaliação prévia dos trabalhos no dia 26 de novembro de 2015 (na sede da LAPS/Fiocruz - RJ) e propôs a realização de evento de entrega do Prêmio para março de 2016. Ainda em 2015, em homenagem ao Dia Mundial da Saúde Mental, comemorado no dia 10 de outubro, a RádioPsi preparou uma programação especial, incluindo diferentes matérias com opiniões de pesquisadores, usuários e representantes da Psicologia. O CFP também esteve na 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), coordenando a mesa “Experiências Mineiras de Construção de Redes de Atenção Psicossocial”. Também encontra-se em elaboração, pela Comissão de Saúde e outros convidados (que integram a comissão organizadora), a organização do evento "RECOVERY (Reestabelecimento): Vivências e Práticas Mundiais". A proposta atual é que o encontro seja realizado no dia 25 de maio de 2016 (quarta-feira) em São Paulo. A comissão tem buscado realizar reuniões periódicas (via skype) e dentre outros encaminhamentos oriundos da primeira reunião presencial da Comissão, realizada em 27 de novembro de 2015 (em BH),recomendou-se: aguardar as articulações entre o CFP e a ABRASME para definições de local e data; e, priorizar a realização no mesmo local do congresso da ABRASME (26 a 28 de maio de 2016 na UNIP Campus Indianópolis), uma vez que o publico é o mesmo (informações sobre o</p>
--	---

	Congresso: http://www.abrasme.org.br/).
Desenvolvimento de referências técnicas para a atuação, em especial, nas comunidades terapêuticas.	Como membro do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entregou documento intitulado “Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia”, datado de dezembro de 2014, e que expressa a posição desta entidade sobre o tema. O documento também elenca uma série de críticas ao texto da minuta da Resolução nº 1/2015 do Conad, de forma a garantir os direitos humanos e a saúde de dependentes de drogas e seus familiares que optem por utilizar os serviços destes tipos de entidades. Conforme notícia divulgada em junho/2015, no site do CFP (http://site.cfp.org.br/cfp-se-manifesta-contrariamente-a-resolucao-que-regulamenta-funcionamento-de-comunidades-terapeuticas/), apesar da clareza das posições do CFP, não se conseguiu que o texto dessa Resolução nº 1/2015 as incorporasse por completo. Nesse sentido, considera-se que a Resolução aprovada não contempla as posições desse Conselho e viola princípios básicos de direitos, sob o risco de contribuir ainda mais para a segregação e exclusão de usuários de drogas e seus familiares, legitimando, com o uso de verbas públicas, o desrespeito aos direitos à saúde, à assistência social e à cidadania. Em síntese, o CFP manifestou-se contrariamente ao texto da Resolução do Conad no que se refere, em especial, ao tempo de internação, à constituição da equipe de atendimento, às modalidades de atendimento de travestis e transexuais e de crianças e adolescentes e aos modelos de monitoramento e fiscalização propostos. Este órgão de classe lamenta que as contribuições da ciência e da prática profissional da Psicologia tenham sido desconsideradas, mas se disponibiliza para o diálogo e a reflexão sobre o tema.
Participação nos espaços de controle social.	Em reunião realizada no dia 20/01/15, na Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, o Sistema Conselhos de Psicologia colocou-se à disposição para contribuir na construção de uma política de saúde mental que garanta o cuidado em liberdade. O CFP

	<p>enviou, no dia 28 de maio de 2015, o representante Décio Castro Alves no lançamento da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, na Universidade São Francisco (em São Paulo). Também deliberou-se a inserção de um link da Plataforma no site do CFP e a logo do CFP no site da Plataforma. (Plenária de maio/2015). No dia 05 de novembro, o CFP protocolou, no Ministério da Saúde, dois ofícios em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME): no primeiro solicita audiência com o ministro da Saúde, Marcelo de Castro para discutir Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e no segundo há uma carta aberta ao ministro “pelo Avanço da Reforma Psiquiátrica”.</p>
<p>Acompanhamento: da tramitação de proposições legislativas referentes ao tema; das atividades do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/Ministério da Justiça, bem como suas comissões e grupos de trabalho; das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde Mental - CISM/CNS; das atividades do Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial/Ministério da Saúde; das atividades da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos – FNDDH; das atividades da Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - CNAIDS/Ministério da Saúde; das atividades da Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS – CIADAIDS/CNS.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi uma das entidades presentes à Reunião da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, que aconteceu no dia 10 de novembro, na sede do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A reunião teve como objetivo a rearticulação da Frente e contou com a presença de representantes das frentes estaduais de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro; da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD); Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SinPsi-SP), entre outras. No dia 17/12/15, o CFP participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, promovida pela deputada federal Erika Kokay (PT/DF), para tratar da nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho para a Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Também, no dia 21/12/15, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) juntamente com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), e a Rede</p>

		Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) protocolaram um ofício solicitando audiência com o ministro da Casa Civil, Jacques Wagner, para tratar sobre a nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho.
PROGRAMA 7.4: DESCRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO E REGULAMENTAÇÃO DO USO DE DROGAS.		Conselheiros do Conselho Federal de Psicologia (CFP) participaram, entre os dias 1 e 3 de dezembro, do V Congresso da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (Abramd), em Brasília (DF), com o objetivo de ampliar o debate sobre a política anti-drogas buscando substituí-la pela reflexão antiproibicionista. O CFP foi responsável pela organização de duas atividades na programação do Congresso, a “Roda de Diálogos – Drogas Lícitas e Medicalização” e a “Espiritualidade/religiosidade na atenção e no contexto do uso problemático de drogas”. Há, pela Comissão de Saúde, a proposta de realização de debates direcionados à temática: maconha medicinal (como prévia para o CICAME). A ideia é que seja realizado um ciclo de 05 debates (entre algumas capitais brasileiras – por exemplo: SP, RJ, DF, BA, MG), durante os meses de fevereiro a junho de 2016. Os debates seriam direcionados à referida temática. Um dos debates seria online (DF) e os demais seriam gravados (nas universidades). Posteriormente, seria feita a edição destes debates em um único vídeo. Em julho (2016), no evento da ABRASME, seria feito o lançamento deste vídeo.
	Criação de espaços de debate com a categoria.	
	Criação de resoluções, em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para garantir a descriminalização do usuário e promover pesquisas sobre o uso medicinal da cannabis.	O CFP é membro do CONAD e também participa de grupos técnicos para discussão dessa temática.
PROGRAMA 8.1: DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.		Realização de Debates sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio de participação no Seminário: Psicologia na Assistência Social - Desafios e Possibilidades, em Fortaleza/CE, em 05/03/2015; no V Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, em Goiânia/GO, realizado entre os dias 14 e
	Promoção de debates sobre a Política Nacional da Assistência Social.	

	<p>16/04/2015; no XVII Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), realizado dos dias 28 a 30 de abril. Além destes, a CONPAS vem fomentando debates sobre o SUAS no âmbito de grandes eventos da Psicologia, a exemplo do Seminário Nacional de Políticas Públicas e do Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, realizados entre 13 e 16 de maio de 2015. Durante o ano de 2015, realizou-se ainda 05 debates (bate-papo) online: * 04/05 - "Psicologia na formulação da política de assistência social e no controle social"; * 01/06 - "Psicologia, organização política das (os) trabalhadores e a consolidação da PNAS"; * 08/07 - "A conceituação de vulnerabilidade e riscos sociais na Política de Assistência Social e sua relação com a Psicologia"; * 03/08 - "A Psicologia e o direito à proteção socioassistencial face às demandas do Sistema de Justiça"; 18/09 - "Atuação Interdisciplinar no SUAS". Ademais, foi divulgado, em 24/07/15, vídeo convocando os profissionais da Psicologia a participarem e se mobilizarem em torno da construção da X Conferência Nacional de Assistência Social, integrando as etapas municipais. Também foram publicizadas as propostas para as conferências de assistências social/2015, organizadas em 4 dimensões. Entre os dias 7 e 10 de dezembro, integrantes da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) participaram, da X Conferência de Assistência Social, em Brasília (DF). Durante a X Conferência Nacional de Assistência Social, cerca de 60 pessoas de 21 estados da federação participaram, no dia 08/12/15, da reunião promovida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) com profissionais da Psicologia que atuam na Assistência Social, além de usuários e estudantes. No encontro, foi feita uma apresentação do projeto político e propostas de trabalho da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do CFP por parte de seus integrantes presentes à</p>
--	--

	reunião, e uma apresentação da representante da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) acerca de elementos relativos às condições de trabalho dos profissionais que atuam neste campo.
Ampliação e consolidação da representação das(os) psicólogas(os) nas diversas instâncias e organizações que compartilham a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS.	CONPAS/CFP vem desenhando estratégias de comunicação com a categoria de psicólogas(os) preparatórias à mobilização da categoria para a X Conferência Nacional de Assistência Social e demais conferências que antecedem a etapa nacional, a exemplo do ciclo de transmissões online mensais, a serem iniciadas a partir do início de maio de 2015, seguindo até o mês de dezembro do mesmo ano. No CNAS, CFP vem compondo a Comissão Organizadora Nacional do CNAS para a Conferência Nacional de Assistência Social. Pela Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores (FNTSUAS), a CONPAS/CFP participou da organização do III Seminário do FNTSUAS - Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS em cargos de nível fundamental e médio: perspectivas de atuação e valorização do trabalho, realizado nos dias 25 e 26 de junho, em Curitiba/PR. No CNAS e no FNTSUAS, a CONPAS/CFP continua acompanhando as agendas mensais dos dois espaços, priorizando a agenda de representação da Psicologia na articulação dos trabalhadores nas Conferências de Assistência Social de 2015. Em setembro, o CFP marcou presença em audiência de instalação da Mesa de Gestão do Trabalho no SUAS que terá como objetivo promover discussões entre os gestores e os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Ampliação da aproximação da Psicologia com os usuários dos serviços do SUAS nos espaços de formulação, debate e controle social da Política de Assistência Social.	No âmbito do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), o CFP vem dando apoio à construção da Comissão Provisória de criação do Fórum Nacional dos Usuários dos Serviços do SUAS.
Elaboração e distribuição de folder sobre a Comissão Nacional de Assistência Social.	Distribuição de material gráfico no XVII Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), realizado nos dias 28 a 30 de abril.
Participação do CFP em eventos,	Por meio da CONPAS, CFP participou do

<p>encontros e congressos referentes à Assistência Social (COGEMAS, FONSEAS, FONACEAS, dentre outras atividades de representação e em espaços promovidos por outras organizações).</p>	<p>XVII Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), de 28 a 30 de abril, em Fortaleza/CE, Das Reuniões Regionais do CNAS, a CONPAS acompanhou a Reunião Regional do CNAS das Regiões Sul/Sudeste, Belo Horizonte/MG, nos dias 23 e 24 de abril. A CONPAS também teve participação em eventos científicos, a exemplo do 8º Seminário de Políticas Públicas e 9º CONPSI (13 a 16 de maio/2015 – Salvador/BA), com as mesas temáticas abaixo elencadas: - O fazer ético-político: Participação da Psicologia na Assistência Social (8º Seminário de Políticas Públicas); - Mesa Redonda Profissional - Título: Psicologia e Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS (9º CONPSI); - Mesa Redonda Profissional Título: Psicologia e Gestão do Sistema Único de Assistência Social (9º CONPSI); - Mesa Redonda Institucional - Título: Consolidação e Desafios da Psicologia no SUAS (9º CONPSI); - Mesa Redonda Institucional - Título: O exercício profissional enquanto trabalho, um projeto político em construção (9º CONPSI); -Mesa redonda profissional - Título: Políticas públicas de educação e as demandas para a Psicologia (9º CONPSI)</p> <p>E ainda, no 45º SBP (27 a 30 de outubro/2015 - Belo Horizonte/MG), com as seguintes mesas: 28/10: Mesa Redonda 05 - A inventividade e o exercício profissional da psicologia no campo da assistência social – gestão e trabalho em suas expressões. • A inventividade e o exercício profissional da Psicologia no campo da Assistência Social – gestão e trabalho em SUAS expressões. Enrico Martins Braga (Conselho Federal de Psicologia/ Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social) • O trabalho de psicólogas (os) no SUAS: desafios, dificuldades e construção de novas estratégias de intervenção. Mariana Prioli Cordeiro (Universidade de São Paulo) • Colaborações da Psicologia na Gestão do Sistema Único de Assistência Social –</p>
--	---

	<p>tecendo possibilidades. Elisângela Souza Franco (Secretaria de Promoção Social de Poços de Caldas) Social - Psicologia Social. 29/10: Mesa Redonda 07 - Comunidade e posicionamento voluntário autêntico: uma discussão da psicologia comunitária na obra de Edith Stein e a atuação profissional no Sistema Único de Assistência Social/SUAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade e atuação profissional de psicologia no Sistema Único de Assistência Social. Carla Andréa Ribeiro (Conselho Federal de Psicologia, Brasília). • O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. Lurdes Orbeg (Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytagazes – RJ). • Posicionamento voluntário autêntico e comunidade na obra de Edith Stein. Achilles Gonçalves Coelho Júnior (Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros-MG; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo); Cristiano Antunes Roque Barreira (Escola de Educação Física e Esportes de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).
<p>Realização de encontro com as(os) psicólogas(os) dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS.</p>	<p>Pela Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores (FNTSUAS), a CONPAS/CFP vem auxiliando na organização do III Seminário do FNTSUAS, que deverá propiciar a comunicação com psicólogas(os) agregados no âmbito dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS (FETSUAS), favorecendo também o mapeamento das condições de trabalho e de mobilização política desses profissionais em seus mais variados contextos locais de atuação.</p>
<p>PROGRAMA 8.2: QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DA(O) PSICÓLOGA(O) NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).</p> <p>Proposição de práticas interdisciplinares da atuação no SUAS considerando as diversas profissões regulamentadas no âmbito da política.</p>	<p>Em continuidade às ações do GT, os CRPs foram oficiados, em 22/01/2015, tendo sido disponibilizados instrumentos destinados ao levantamento diagnóstico dos casos de demandas judiciais a redação de pareceres por psicólogas(os) lotadas(os) no SUAS, juntamente com um texto orientador relativo às etapas de levantamento, bem como ao preenchimento dos mesmos. Anteriormente, o GT estava reavaliando os prazos para a conclusão da coleta de informações pelos Regionais, considerando</p>

	<p>o baixo número de devolutivas com registros de casos para sistematização. Em 16/04/15 foi realizada nova reunião do GT "Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas Políticas de Saúde e Assistência Social", tendo como pauta: informes, análise situacional dos encaminhamentos retirados da Reunião telefônica de dezembro e definição e pactuação de prazos. Em maio de 2015, o GT deliberou por enviar novo ofício circular (nº 77/2015) aos Regionais, no sentido de reiterar a importância relativa à participação de todos no levantamento e repasse de dados relativos às demandas do Sistema de Justiça até o dia 31/05/15, a fim de se concluir a devida compilação e sistematização destes para que, posteriormente, pudessem subsidiar a articulação com as instâncias responsáveis. Na oportunidade, sugeriu-se ainda, aos Regionais, o fomento às ações (diálogos, debates, encontros, reuniões públicas, dentre outros) associadas à temática, possibilitando a participação da categoria, com vistas à aproximação, bem como, ao incremento relativo ao acesso/registro das informações atinentes às demandas apresentadas por parte destes. Passado o prazo anterior para envio das informações coletadas pelos Conselhos Regionais, o Grupo de Trabalho deliberou encaminhar, em julho de 2015, ofício circular (nº 122/2015) solicitando aos Regionais informações sobre suas ações institucionais relacionadas ao tema em âmbito local. O propósito do Grupo de Trabalho é mapear as ações institucionais locais já em curso no contato com atores do Sistema de Justiça e com outras organizações e instituições relevantes para o tratamento à questão. Ademais, da coleta de informações e relatos de profissionais que tenham sido excepcionalmente demandados por órgãos do Sistema de Justiça para a realização de instruções processuais, houve a solicitação, também aos Regionais, de um breve relato de suas condições de mobilização e comunicação com a categoria para o preenchimento dos instrumentos</p>
--	--

	<p>padronizados para a coleta de informações das(os) psicólogas(os), contribuindo com observações, considerações e sugestões aos atuais instrumentos e estratégias de comunicação para ampliar o número de relatos e informações sobre as demandas do Sistema de Justiça às(aos) psicólogas(os) do SUAS e do SUS pelo país. * Total de Reuniões realizadas, até o momento, pelo Grupo de Trabalho: - 19 de dezembro de 2014 (telefônica); - 16 de abril de 2015 (telefônica); - 22 de junho de 2015 (telefônica); - 27 de julho de 2015 (presencial). Dentre os encaminhamentos da última reunião (presencial) do GT, realizada no dia 27/07/15, incluíram-se dentre outros: *Proposta de se implementar um Observatório nacional das demandas do Sistema de Justiça aos/às psicólogos/as do SUS e SUAS (com vistas a um mapeamento/acompanhamento das demandas, inclusive endossando os possíveis benefícios aos Regionais ainda não respondentes ao levantamento; * Produção de documentos de caráter orientador (atinentes à temática) para a categoria, gestores e instâncias do Sistema de Justiça. As atividades relativas a este último encaminhamento foram divididas entre os integrantes. Estas deveriam ser devolvidas ao grupo para apreciação. Até o momento, somente os documentos direcionados ao CNJ e CNMP foram elaborados. A última reunião do GT foi realizada em 26 de outubro/2015 (reunião telefônica).</p>
<p>Produção de referências técnicas para a atuação profissional, considerando o marco legal da política e as práticas profissionais.</p>	<p>A CONPAS vem apoiando a produção de referências técnicas do CREPOP por meio da participação na Comissão de Consultores Técnicos de Elaboração das Referências para Atuação dos Psicólogos nos CRAS e nos CREAS. Tendo em vista a intenção explicitada pelo MDS no que concerne à revisão das “Orientações Técnicas sobre a Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF” (volume um e dois) e a necessidade de aprimoramento, constante atualização das informações, conceitos e metodologias de trabalho, houve o questionamento, por parte desta entidade, acerca de um</p>

	<p>posicionamento formal do CFP. O assunto foi tratado na oportunidade da última reunião ampliada de junho/2015, tendo sido deliberada a construção conjunta, pelos integrantes das subcomissões temáticas estabelecidas durante a referida reunião, de um documento visando a avaliação geral das Orientações, bem como itens ou assuntos a serem revistos, alterados, excluídos ou incluídos, com as respectivas justificativa para cada um desses. A proposta de avaliação geral do documento também foi apresentada durante a reunião plena da CONPAS (em agosto/2015), com a possibilidade de apreciação e contribuição dos representantes regionais presentes. Dentre outros documentos elaborados pela CONPAS durante o ano de 2015 incluem-se: - “Posicionamento da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) sobre a Resolução de nº 09/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)” (não publicizado); - “Orientações da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) sobre documentos elaborados por psicólogas (os) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (publicizado na oportunidade da X Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida entre os dias 07 e 10 de dezembro de 2015). Também houve a produção de Curso Introdutório ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo sido estes divulgados no OrientaPsi. O curso é composto dos seguintes módulos: “Visão Geral do SUAS”, “Proteção Social Básica”, “Proteção Social Especial”, “Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” e “Gestão do Trabalho”.</p>
<p>Identificação das(os) psicólogas(os) que atuam no SUAS, com vistas a mapear as condições de trabalho e sistematizar práticas profissionais em diálogo com as especificidades do campo de atuação e realidades regionais.</p>	<p>No dia 17/09, foi assinado um acordo de cooperação para aprimoramento e qualificação da atuação de profissionais da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como base os princípios normativos, técnicos e éticos que regem o campo profissional, a gestão do trabalho e a regulação do SUAS. Pela Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores (FNTSUAS), a</p>

	<p>CONPAS/CFP vem auxiliando na organização do III Seminário do FNTSUAS, que deverá propiciar a comunicação com psicólogas(os) agregados no âmbito dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS (FETSUAS), favorecendo também o mapeamento das condições de trabalho e de mobilização política desses profissionais em seus mais variados contextos locais de atuação.</p>
<p>PROGRAMA 9.1: DEFESA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.</p> <p>Orientação das ações do CFP a partir das diretrizes do VIII CNP.</p>	<p>CFP organizou evento online com Angélica Goulart em 30/03/2015.</p>
<p>Acompanhamento do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA.</p>	<p>As reuniões do FNDCA têm sido irregulares. O único evento ocorrido em 2015 do FNDCA ocorreu em dezembro de 2016. O CFP não foi convidado, devido ao não pagamento da anuidade.</p>
<p>Acompanhamento das atividades da Rede Nacional Primeira Infância.</p>	<p>O CFP tem representação do CONANDA.</p>
<p>Acompanhamento das atividades do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.</p>	<p>O CFP esteve presente e subsidiou o IV Fórum pela não medicalização. Em fevereiro de 2015, o CFP publicou, em parceria com o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, a 1ª Reimpressão revista da Cartilha: Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde 2015: grupo de trabalho educação e saúde do fórum sobre medicalização da educação e saúde. Em setembro de 2015, representantes do CFP também estiveram presentes no IV Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: Desver o Mundo, Perturbar os Sentidos” (em Salvador). No mesmo evento, o Conselho disponibilizou um stand para atendimento ao público e divulgação de suas publicações. No dia 11/12/15, durante a 246ª Assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em articulação do CFP, por meio da representante da autarquia no Conanda, Josiane Soares, e em parceria com representantes de outras entidades e autarquias presentes à reunião, foi aprovada a resolução que trata do direito de crianças e adolescentes de não serem submetidos a</p>

	excessiva medicalização.
Participação na discussão sobre a redução da maioridade penal.	CFP acompanhou audiências da Câmara Federal, assim como esteve presente em reuniões destinadas a discutir a não redução da maioridade penal. CFP acompanhou reunião do ECA no Ministério da Integração no dia 29/9/2015. Promoveu, também, amplo debate sobre o tema no Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” ocorrido na cidade de Belo Horizonte, nos dias 26 e 27 de novembro, ocasião em que lançou o livro "Por que não somos favoráveis à redução da maioridade penal". Esta publicação teve sua versão online disponibilizada em dezembro/15.
Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA/SDH-PR).	O CFP participou no dia 29 de janeiro de reunião entre Frente Ampla e Ministra Ideli Salvatti para tratar de estratégias de reformas políticas do Conanda. O CFP esteve presente, no dia 1º de setembro, na Roda de Diálogo sobre os 25 anos do ECA: Avanços e Desafios que teve o objetivo de debater os avanços e os desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O evento foi promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Também, a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), a psicóloga Josiane Gomes Soares, ajudou a articular o encontro "Pela absoluta prioridade da Criança e do Adolescente" ocorrido de 8 a 10 de dezembro de 2015. O evento contou com a participação de mais de 500 crianças e adolescentes, que defenderam o governo do PT e criticaram Eduardo Cunha.
Promoção de campanhas e debates sobre o tema.	Realizado o Seminário em comemoração aos 25 anos do ECA em parceria com a PUC Minas. Na ocasião foi lançado o livro sobre a redução da maioridade penal.
Acompanhamento das discussões e atividades dos Conselhos Tutelares, Casas de acolhimento e abrigo institucional.	Representação do CFP no CONANDA acompanha essas discussões nas reuniões ordinárias.
Realização de debates sobre o tema das	Na APAF Extraordinária, de 12 e 13 de

<p>medidas socioeducativas e a necessidade de priorizar o atendimento socioeducativo em meio aberto (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE).</p>	<p>setembro de 2015, após aprovação unânime, foi constituído o Grupo de Trabalho Atuação da Psicologia no Contexto de Medidas Socioeducativas, com a seguinte composição: Carolina Fernandes (CRP 01), Ana Lígia Brageto (CRP 08), Adriana Elisa de Alencar Macedo/Titular: Juliana Figueiredo (CRP 16), Daniela Bezerra Rodrigues (CRP 17). *Obs.: Na 23ª Plenária do XVI Plenário do CFP (23 e 24 de outubro de 2015) foi definida a representação do Conselho Federal de Psicologia no referido GT, tendo sido aprovada a indicação do nome de Enrico Braga como coordenador.</p> <p>Na oportunidade da constituição do GT também foram estabelecidos os seguintes objetivos, aprovados por aclamação: a) Resgatar, em parceria com o CREPOP, as suas produções sobre medidas socioeducativas a partir dessas diretrizes, buscando sua atualização a partir dos marcos legais vigentes; b) Construir notas de orientação para o exercício profissional em diferentes contextos em que se operam medidas socioeducativas; c) Construir uma proposta de agenda com o Sistema de Justiça visando o debate da temática; d) O debate sobre o tema deve, de forma transversal, envidar esforços para diferenciar medidas socioeducativas do Sistema Penal, considerando, inclusive, o debate sobre a redução da maioria penal; e) Realizar a avaliação do impacto da privatização dos serviços do Sistema Socioeducativo; f) Apresentar um projeto de observatório da implementação do SINASE. A primeira reunião do Grupo de Trabalho foi realizada em 09 de dezembro de 2015.</p>
<p>PROGRAMA 9.2: ESCUTA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE - DEPOIMENTO ESPECIAL.</p> <p>Construção de nova Resolução do CFP sobre o tema.</p>	<p>No decorrer do ano de 2015, o CFP juntamente com a Comissão de Psicologia Jurídica, escreveu a resolução sobre o tema, que foi pautado para Apaf de dezembro de 2015.</p>
<p>Participação em todas as etapas da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, salientando a importância de parceria com o Serviço Social.</p>	<p>Representação do CFP no CONANDA acompanhou essas atividades.</p>
<p>Realização de seminário presencial e</p>	<p>O Seminário “25 anos do ECA: Refletindo</p>

online e produção de referência técnica em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.	sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” foi realizado na cidade de Belo Horizonte nos dias 27 e 28 de novembro de 2015.
Consulta à categoria sobre as demandas relativas à rede de proteção.	O CFP encaminhou ofício aos CRPs solicitando informações sobre a atuação dos profissionais referente a escuta de crianças e adolescentes.
Elaboração de documento de referência para o site do CFP sobre a rede de proteção.	Foi elaborado um Parecer sobre a Escuta de Crianças e Adolescentes e encaminhado aos CRPs, Conanda e entidades de proteção a crianças e adolescentes.
PROGRAMA 9.3: JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Acompanhamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP/Ministério da Justiça.	Foi nomeado pelo Ministro da Justiça o novo representante do CFP, Fábio Iglesias. O CFP, representado por Fabio Iglesias, participou da Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) nos dias 18 e 20 de outubro/15. De acordo com Iglesias, durante encontro foram apresentados e debatidos diversos temas, além da formação de três grupos de trabalhos para planejar a 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), em 2016, e discutir o Plano Nacional de Redução de Homicídios e a Lei Orgânica da Segurança Pública, que contou com a presença do relator da matéria apresentando a proposta, o Ronaldo Benedet (PMDB-SC).
PROGRAMA 9.4: TRABALHO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Elaboração de atividades para promover alterações na Lei de Execução Penal-LEP.	No decorrer do ano de 2015, o CFP solicitou que os CRPs encaminhassem contribuições para a LEP.
Realização de reunião presencial com os colaboradores da Comissão de Psicologia Jurídica.	Foram realizadas reuniões presenciais com a Comissão de Psicologia Jurídica.
Levantamento das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) no sistema prisional em relação ao tipo de vínculo empregatício e nas CTCs.	O CFP encaminhou aos CRPs ofício solicitando levantamento de dados dos psicólogos que atuam no sistema prisional.
Investigação das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) pós as PPPs e a Resolução nº. 12/2011.	O CFP encaminhou em janeiro de 2015 ofício ao CRP-04 solicitando informações sobre a PPP.
Ampliação das relações com o poder judiciário, associações e entidades relacionadas.	Firmado acordo de cooperação técnica com o Conselho Federal da OAB para desenvolver ações no campo dos direitos

	humanos.
Proposição da alteração da Lei de Execução Penal - LEP, incluindo a assistência psicológica.	No decorrer do ano de 2015, o CFP solicitou que os CRPs encaminhassem contribuições para a LEP.
<p>PROGRAMA 9.5: DESCONSTRUÇÃO DOS MANICÔMIOS E HOSPITAIS DE CUSTÓDIA.</p> <p>Articulação e promoção de ações de inspeção/avaliação aos manicômios/hospitais de custódia, em parceria com Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ministério Público – MP e outros, objetivando evidenciar as condições para o cumprimento da medida de segurança e a manutenção, indeterminada, da periculosidade dos sujeitos portadores de sofrimento mental em conflito com a lei.</p>	Os CRPs foram contatados para darem início às articulações regionais. As inspeções aconteceram de abril a julho. No mês de julho, instituiu-se GT para sistematizar os dados. No Seminário “A desconstrução da lógica manicomial – construindo alternativas”, realizado nos dias 15 e 16/09, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi lançado oficialmente o Relatório Nacional das Inspeções a Manicômios Judiciários, denominado Inspeções aos Manicômios – Relatório Brasil 2015. O livro é resultado de inspeções realizadas em 18 Conselhos Regionais em 17 estados e Distrito Federal, em instituições (definidas pelos próprios Regionais, no mínimo, um estabelecimento representativo de cada Estado) onde havia cumprimento/execução de Medida de Segurança de pacientes judiciários ou pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei. Ainda no evento foram debatidos temas, impasses e desafios para a questão das pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei, os pacientes judiciários, a segregação e a urgência de se discutir alternativas, como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ-MG) e o Programa de Atenção ao Louco Infrator (PAILI-GO).
<p>PROGRAMA 9.6: FAMÍLIA, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.</p> <p>Levantamento acerca das resoluções, legislações e orientações existentes acerca das formas alternativas de resolução de conflito (Conciliação, Mediação e Arbitragem).</p>	O CFP possui um grupo de trabalho desde 2011 que acompanha essa temática.
<p>PROGRAMA 10.1: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CFP.</p> <p>Desenvolvimento de atividades de incentivo a reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia.</p>	No dia 16 de janeiro, o CFP emitiu nota de repúdio sobre a execução de brasileiro na Indonésia. Autarquia considera inaceitável este atentado contra o direito à vida.
Intervenção em todas as situações em	O Conselho Federal de Psicologia construiu

<p>que existam violações dos direitos humanos que produzam sofrimento mental.</p>	<p>nota de repúdio ao Projeto de Lei 5069/2013, que veda o atendimento no SUS às vítimas de violência sexual.</p>
<p>Participação de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira.</p>	<p>Nos dias 04, 05 e 06 de fevereiro, o CFP participou da reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Em junho, o CFP participou de audiência pública da CDH e Minorias da Câmara dos Deputados. Em agosto, houve a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Publicado Crise do sistema de saúde em Brasília - 2ª audiência. O CFP também esteve presente na reunião realizada pela Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG) no dia 14/09. No dia 30/09, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu o seminário online “Reflexões sobre o Dia da Pessoa Idosa”. A atividade aconteceu no mesmo dia em que são comemorados o Dia Internacional do Idoso e os 12 anos de sanção do Estatuto do Idoso no Brasil, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.</p>
<p>Desenvolvimento de estudos sobre as formas de exclusão que violem os direitos humanos e provoquem sofrimento mental.</p>	<p>A Revista “The Economist” incluiu Cida Bento, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP, na lista mundial da diversidade divulgada no fim de outubro. Em dezembro: CFP participa das manifestações pela exoneração de Valencius Wurch da Coordenação Nacional de Saúde Mental do MS.</p>
<p>Atuação nos seguintes eixos de trabalho: ‘Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura’; ‘Enfrentamento das violências associados ao racismo e a preconceitos étnicos’; ‘Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais’; ‘Direitos e assistência aos usuários de drogas e suas famílias’.</p>	<p>O CFP participou do Seminário de Planejamento das Relatorias em Direitos Humanos. O integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP Valter da Mata participou, no último dia 20 de novembro, do evento Racismo em Foco – Descobrendo Preconceitos. A CDH promoveu o debate online “Antiproibicionismo: por que precisamos mudar as políticas sobre drogas no Brasil”, no dia 15/10/16, com o objetivo de discutir os rumos que o país poderá tomar no que se refere às suas políticas sobre drogas, inclusive o uso medicinal de maconha, legalização, redução de danos, tratamento e prevenção, encarceramento em massa e violência associadas às drogas, apontando origens do esgotamento do</p>

	modelo vigente e indicando novos caminhos possíveis.
<p>PROGRAMA 10.2: ENFRENTAMENTO À TORTURA E TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA.</p> <p>Acompanhamento das atividades do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR.</p>	<p>O CFP esteve presente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião extraordinária do CNPCT e Seminário da APT (Associação para a Prevenção da Tortura), de 26/02/15 a 27/02/15; - 4ª Reunião Ordinária do CNPCT (Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional), de 07/04/15 a 09/04/15; - 6ª Reunião Ordinária do CNPCT (Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional, de 13/08/15 a 14/08/15; - 7ª Reunião Ordinária do CNPCT, de 06/10/15 a 07/10/15; - 8ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT, dia 09/12/15; - 2º Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, de 24/09/15 a 25/09/15.
Acompanhamento das atividades do projeto 'Clínica do Testemunho' visando transformá-lo em uma política de Estado.	Em junho foi realizada Reunião Telefônica sobre a Clínicas do Testemunho. Em setembro CFP participou da 5ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
Promoção de debates sobre a questão da violência de Estado e a sua reprodução nas instituições.	Em Julho foi realizado o Bate Papo Online da CDH - Extermínio e Questão social. No dia 28/9, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu o bate-papo online "Terror de Estado e Violência de Estado: Como prevenir? Como reparar os danos?". O CFP também esteve presente na Semana de Anistia, realizada entre os dias 24 a 28 de agosto, em Belo Horizonte, em alusão aos 36 anos de promulgação da Lei de Anistia. O evento foi realizado pela Comissão Nacional de Anistia, do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG).
Acompanhamento dos resultados decorrentes da Comissão Nacional da Verdade e seus encaminhamentos.	A Comissão de Direitos Humanos do CFP acompanhou as atividades relacionadas a essa temática.
Acompanhamento e participação das atividades do projeto 'Psicologia e Direito à Memória e à Verdade'.	A Comissão de Direitos Humanos do CFP acompanhou as atividades relacionadas a essa temática.
PROGRAMA 10.3: LGBT/ GÊNERO.	O CFP lançou um site disponibilizando

Enfrentamento da homofobia e da violência de gênero.	material de orientação e vídeos com o objetivo de fomentar o debate dessa temática.
Marcação de posicionamento pela superação da patologização das identidades transexuais.	No dia 22/05/15, foi realizada Transmissão Online "As Psicologias e os enfrentamentos aos preconceitos: 17 de maio - Dia Internacional de Luta contra a Homofobia", na Sede do CFP, em Brasília-DF. Fomento e Apoio à organização do II Seminário "Paremos a Transfobia de Assis", realizado no dia 05/08/15, em Assis/SP, com manifestação em favor da despatologização das identidades trans. Foi lançado o vídeo "A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia – Parte I" (https://www.youtube.com/watch?v=xLugxnORfd0) que aborda os problemas vividos pelas pessoas trans e travestis e a patologização de suas identidades.
Discussão, apropriação e aproximação com as entidades e movimentos sociais.	CFP participa da Campanha "Políticas de Equidade. Para Tratar Bem De Todos. Saúde das Mulheres Lésbicas e Bissexuais
Acompanhamento e participação das atividades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direitos de LGBT - CNCD/SDH-PR.	CFP acompanhou o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT (CNCD/LGBT) dos meses de abril a julho de 2015. CFP participou, no dia 30 de julho, da Assembleia de Eleição de Entidades da Sociedade Civil ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT (CNCD/LGBT), na condição de entidade de classe, perdendo o pleito entre as demais entidades concorrentes.
Acompanhamento das atividades o Comitê de Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência Contra a População LGBT; LGBT - CNCD/SDH-PR.	O CFP possui representação nesse Comitê que acompanhou suas atividades.
Acompanhamento das atividades a Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – CISPLGBT/CNS.	O CFP possui representação nessa Comissão que acompanhou suas atividades.
PROGRAMA 10.4: LAICIDADE. Realização de debates online sobre a laicidade da ciência e do Estado.	Foi realizado um bate-papo online no dia 26 de agosto, sob o tema Atuação da Psicologia no Contexto do Estado Laico, em Brasília/DF.

<p>Realização de atividades de orientação e fiscalização da atuação profissional, combatendo práticas que ferem o Código de Ética Profissional.</p>	<p>Mariza Borges representou o CFP no “X Simpósio de Psicologia & Senso Religioso: Psicologia da Religião no Brasil: Pesquisa, Teoria, Ensino e Prática”, realizado nos dias 9 a 11 de novembro, em Curitiba/PR, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). No dia 17 de novembro, em Rio Branco (AC), Madge Porto participou do seminário “Diálogos Inter-religiosos no Brasil: combate ao fundamentalismo e manutenção do Estado laico”, promovido pela organização Católicas pelo Direito de Decidir.</p>
<p>Acompanhamento das atividades do Movimento Estratégico Estado Laico, por meio de monitoramento do site e participação em eventos.</p>	<p>Ao longo do ano de 2015, o MEEL não promoveu atividades autônomas, mas o CFP manteve interlocução com o movimento em encontros presenciais conjuntos, a exemplo do Seminário de Planejamento das Relatorias em Direitos Humanos da Plataforma DHESCA, realizado nos dias 16 e 17 de julho em Curitiba/PR, e da participação do MEEL no Bate-Papo Online realizado no dia 26 de agosto, sob o tema Atuação da Psicologia no Contexto do Estado Laico, em Brasília/DF.</p>
<p>Produção de documento de referência sobre o tema, para a categoria, como resultado da articulação com o grupo de trabalho da APAF ‘Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia de ética’ e o aprofundamento no acompanhamento das discussões do MEEL.</p>	<p>Realização de aula Roger Raupp Rios</p>
<p>Coordenação do grupo de trabalho ‘Laicidade e Psicologia’ da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.</p>	<p>1) 27/02 Reunião Telefônica GT APAF Laicidade 2) 13/08 Reunião Telefônica MEEL, Laicidade e DH 3) 17/09 Reunião Telefônica MEEL, Laicidade e DH</p>
<p>PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.</p> <p>11.1: DA</p> <p>Realização de debates sobre o tema.</p>	<p>No dia 18/09, o CFP realizou o Seminário Nacional Psicologia na Educação: Debatendo as ações no Sistema Conselhos. No dia 06/11 o CFP realizou debate online sobre a Psicologia e o Sistema Nacional de Educação com o objetivo de mobilizar a sociedade em torno do Sistema Nacional de Educação, ações e propostas a serem encaminhadas. As integrantes da Comissão Nacional de Psicologia na Educação (PSINAED) do Conselho Federal de</p>

	<p>Psicologia (CFP) participaram do X CBPD – Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, promovido pela Associação Brasileira do Desenvolvimento Humano (ABDH) em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), durante os dias 18 a 21 de novembro de 2015.</p>
<p>Acompanhamento dos projetos de lei e audiências públicas sobre a escola pública brasileira e presença de psicólogos(os) nas escolas.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Encaminhamento junto às Instituições de Ensino Superior – IES: dimensões curriculares importantes para a formação do profissional de Psicologia para o campo educativo - publicações específicas sobre a área.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Publicação de editais para apoio a pesquisas dentro desse campo de atuação profissional.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Promoção de encontros com pesquisadores da área, especialmente GT de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Publicação de material explicativo, divulgando o trabalho da(o) psicóloga(o) nas escolas - pré-escola à universidade.</p>	<p>A Comissão Nacional de Psicologia na Educação (PSINAED) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou o site sobre Psicologia no campo da Educação durante a sua participação, entre 18 a 21 de novembro, em Belém (Pará), do X CBPD – Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento.</p>
<p>PROGRAMA 12.1: MOBILIDADE HUMANA E URBANA.</p> <p>Criação da comissão de Psicologia e Mobilidade Humana e Urbana.</p>	<p>A Comissão foi constituída e começou suas atividades em 2015. Os membros da comissão são: Rogério de Oliveira Silva, Viviane Moura De Azevedo Ribeiro, Lúcio Fernando Garcia, Eduardo Jasson Loureiro Muniz Moita, Carlos Luiz Souza, Alessandra Sant’Anna Bianchi, Maricelma Bregola. Em agosto, a Comissão de Mobilidade e Trânsito do Conselho Federal de Psicologia realizou uma reunião em Brasília para programar as próximas atividades dessa Comissão. Para organizar as ações, a reunião contou com a participação do vice-coordenador da Comissão Consultiva de Avaliação</p>

	Psicológica do CFP, Roberto cruz, que apresentou uma proposta sobre a relação da Avaliação Psicológica no contexto do trânsito com as políticas públicas de Saúde e de Educação para, assim, redefinir os processos de Avaliação Psicológica para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
Organização de debates com as(os) psicólogas(os) do trânsito sobre os temas: avaliação psicológica, mobilidade humana e urbana, educação no trânsito.	A Comissão de Trânsito junto com a CCAP promoveram o Seminário Psicologia e Comportamento no Trânsito no dia 17 de novembro. O evento teve como objetivo levantar os principais aspectos do cenário institucional da Psicologia no Trânsito e sugerir ações técnico-profissionais relacionadas à Psicologia e ao comportamento seguro no trânsito. O evento discutiu o tema “O Cenário Institucional da Psicologia no Trânsito – Enfrentamentos e Desafios Futuros” e os participantes do seminário levantaram propostas sobre diversos temas, entre eles: Linhas de Pesquisa, Formação de RH, Divulgação Científica, Cooperação e Financiamento; Atuação Técnico-Profissional, Avaliação Psicológica, Outras Atividades Técnico-Profissionais e Diretrizes.
Articulação de parceria com interlocutores e Ministério da Educação - MEC para a inserção do tema na formação acadêmica da(o) psicóloga(o).	Realizadas audiências com conselheiros do Conselho Nacional de Educação com o propósito de articular o marco regulatório da formação da(o) psicóloga(o).
Acompanhamento da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CTSMA/DENATRAN.	O CFP possui representação nessa Câmara que acompanha as atividades.
Articulação no Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para a criação de legislação específica para determinar que todos os exames de sua competência devem ser distribuídos imparcialmente, por meio de divisão equitativa obrigatória e impessoal, entre as (os) psicólogas (os) credenciados em uma mesma área de jurisdição do órgão executivo de trânsito.	Membros da comissão relataram como isso é feito em seus estados e, no momento, estudam formas de realizar essa proposição, uma vez que trata-se de competência dos DETRANS.
Diálogo com o Contran e Denatran para que seja repassada para a clínica credenciada a taxa de reteste.	O XVI Plenário aprovou nota técnica sobre a remuneração das avaliações para CNH, que ainda será divulgada. Será comunicado a FENAPSI a alteração referente à tabela de honorários.
Fomento à discussão com a categoria	CFP participou de audiência Pública no

<p>sobre a atuação das (os) psicólogas (os) na temática mobilidade urbana, promovendo audiências públicas e outras ações na sociedade e nos poderes instituídos, elaborando nota técnica sobre avaliação psicológica no trânsito e fazendo articulação na Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) para inclusão na tabela de honorários do serviço de processo de avaliação psicológica para fins de Carteira Nacional de Habilitação - CNH e os respectivos valores.</p>	<p>Senado Federal sobre: “O Aumento do Número de Acidentes no Trânsito e o Papel da Medicina de Tráfego” no dia 16 de Novembro de 2015. Em 2016, pretende-se organizar audiências nas Assembleias Legislativas.</p>
<p>Fomento as pesquisas e estímulo a eventos que qualifiquem a(o) psicóloga(o) para participar efetivamente do enfrentamento por melhor qualidade de vida no contexto da mobilidade urbana, participando ativamente das ações da década mundial de ações pela segurança viária.</p>	<p>Participação no II Jornada de Avaliação Psicológica, realizada no último dia 11 de dezembro, em Porto Alegre (RS) com o tema "A avaliação psicológica no trânsito e suas implicações com a sociedade". CFP também participou da 2ª Conferência Global de Alto Nível em Segurança no Trânsito. A Conferência aconteceu em Brasília-DF, Brasil nos dias 18 e 19 de novembro de 2015, na semana em que ocorre o Dia Mundial em Memória às Vítimas do Trânsito (World Day of Remembrance for Road Traffic Victims).</p>
<p>Incentivo e apoio a criação da Associação Brasileira de Mobilidade Urbana e Trânsito e regulamentação da participação dos CRPs nos Departamentos Estaduais de Trânsito - Detrans, bem como nas bancas especiais.</p>	<p>CFP acompanhou a criação da Associação Brasileira de Psicologia do Trânsito, em 2015.</p>
<p>PROGRAMA 12.2: EMERGÊNCIAS E DESASTRES.</p> <p>Realização de debates sobre a Psicologia de Emergências e Desastres.</p>	<p>No dia 25 de agosto, o CFP esteve presente no I Seminário de Psicologia das Emergências e Desastres “Como trabalhar da prevenção à recuperação”. O evento fez parte da semana de atividades comemorativas do Conselho Regional de Psicologia de Goiás (CRP-9ª Região) em homenagem ao Dia do (a) Psicólogo (a). Em 2015, a Comissão promoveu debates nas regiões sobre o tema "Gestão Integral de Riscos: atuando da prevenção à recuperação". Aconteceram atividades em: Goiânia/GO (25/08), Belém/PA (25/09), Recife/PE (26/11/15) e Itajaí/SC (30/11/15). Os eventos contaram com a colaboração dos CRPs, membros da Defesa Civil e profissionais especialistas na área. O CFP também esteve presente, entre os dias 7 e 9</p>

	de outubro, o 7º Seminário Nacional sobre Saúde em Desastres.
Incentivo a publicação de relatos de experiência na Revista Psicologia Ciência e Profissão.	A Comissão Editorial da Revista Psicologia, Ciência e Profissão discutirá estratégias para a publicação de relatos da área de Emergências e Desastres.
Promoção de articulação intersetorial para qualificar a participação de psicólogas(os) na Política de Proteção e Defesa Social.	A comissão do CFP preparou curso para o OrientaPsi que busca qualificar a atuação dos profissionais tendo em vista a atuação intersetorial e integrada nas situações de desastres e eventos críticos, tendo com foco a gestão dos riscos e conhecimento das estruturas de Defesa Civil em vigor.
Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária/Ministério de Relações Exteriores.	O Grupo não teve atividades nos dois últimos anos.
Acompanhamento das reuniões de Movimentos sobre a Política Emergências e Desastres.	Desastres: “O desastre no foco da saúde mental discutindo e construindo um novo futuro”, em Brasília, na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), nos dias 23 e 24 de novembro de 2015. O evento foi uma parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Ministério da Saúde e teve o objetivo de debater as possibilidades de trabalho, estudo, trocas e aprendizado, bem como auxiliar a capacidade de promoção de cuidados em saúde mental e atenção psicossocial em situações de desastres.
PROGRAMA 12.3: ESPORTE, CULTURA E LAZER. Problematização da inserção da(o) psicóloga(o) do esporte nas políticas públicas para o esporte, saúde e qualidade de vida.	O GT Psicologia e Esporte, da APAF, está propondo a criação de Comissões nos CRs para acompanharem as questões relativas ao Esporte.
Discussão sobre o sistema e as condições de trabalho dos profissionais (técnicos, atletas, equipe multiprofissional, entre outros) que atuam no alto rendimento.	O GT Psicologia e Esporte estuda metodologia para conhecer os psicólogos envolvidos com esporte em sua atividade profissional.
Coordenação do GT ‘Psicologia e Esporte’ da APAF.	O GT realizou reunião telefônica em 23/02/2015 em que se discutiu a necessidade de um mapeamento dos psicólogos que trabalham com esporte; a importância da participação do GT nos eventos que ocorrerão no Brasil no ano de 2015; atualizações quanto as leis sobre o tema que tramitam nas casas legislativas;

	<p>discussão de alteração da lei de incentivo ao esporte. Em maio foi realizado o 9º. Congresso Norte-Nordeste de Psicologia(CONPSI) – SA/BA, com a mesa: “A formação profissional da Psicologia do Esporte: caminhos do GT do CFP”. http://site.cfp.org.br/profissionais-discutem-importancia-da-psicologia-do-esporte.</p> <p>Também foi realizada reunião presencial do GT durante o CONPSI – Universidade Ruy Barbosa – elaboração Projeto CENSO PSICOLOGIA DO ESPORTE e a Reunião Ampliada do Grupo de Trabalho de Psicologia do Esporte – CRP03. Em junho, houve a participação na II Mostra Estadual de Práticas em Psicologia do Esporte “Desenvolvimento Humano e Projeto Esportivo Brasileiro”. Representando o GT, a psicóloga Luciana Ferreira Angelo. http://heyevent.com/event/2u74hw6q2f7bia/ii-mostra-estadual-de-praticas-em-psicologia-do-esporte-desenvolvimento-humano-e-o-projeto-esportivo-brasileiro. No dia 24/09, o CFP participou do V Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte, promovido pela ABRAPESP. Também produziu carta de representação oficial do GT nas reuniões organizadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) – representação feita pelo Psicólogo Rodrigo Acioli Moura (RJ). Representação que ocorre presencialmente em todas as reuniões chamadas pelo COB. Em 2015 aconteceram 03 ou 04. Em outubro, a organização de material para esboço de uma cartilha a ser realizada em parceria com os Núcleos e GTs do Esporte dos CRPs. Em dezembro, foi realizada reunião presencial em Brasília, antecedendo APAF para debater o CENSO e ORIENTAPSI. Outros assuntos discutidos foram: marco regulatório, cursos e prova de especialista, e uma revisão/inclusão das atividades da Psicologia do esporte para constar na tabela do CFP</p>
<p>PROGRAMA 13.1: DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.</p> <p>Acompanhamento do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação –</p>	<p>A Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, da qual o CFP participa, defendeu, junto ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, a necessidade de o governo liderar um amplo debate sobre o novo marco legal para as</p>

FNDC.	comunicações. A organização também apresentou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Projeto de Lei da Mídia Democrática, e disse que o ministério precisa ter um papel político, e não meramente técnico, para a discussão das políticas públicas de comunicação que garantam pluralidade e diversidade na mídia brasileira. O FNDC solicitou, ainda, abertura de mesa diálogo permanente entre o governo e as entidades da sociedade civil que atuam pela democratização da comunicação. Entre os dias 14 e 21 de outubro, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – cuja coordenação executiva é integrada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) – promoveu a Semana pela Democratização da Comunicação que contou com debates, audiências, atos e atividades culturais em todo o país.
Acompanhamento do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC - Classind) do Ministério da Justiça.	Participação nas reuniões do Comitê.
Emissão de pareceres para auxiliar na análise de processos diversos relacionados com publicidade e mídia, conforme convênio firmado com a Senacom (Secretaria Nacional do Consumidor – Ministério da Justiça).	Foram emitidos seis pareceres conforme demanda do Ministério da Justiça.
PROGRAMA 14.1: PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS. Organização de parcerias com movimentos e entidades para discussão da temática.	Realizada Transmissão Online sobre o Genocídio da Juventude Negra no Brasil, no dia 12 de agosto, em Brasília, com a parceria do Movimento Mães de Maio e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT).
Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR/SEPPIR.	O CFP é membro suplente desse Conselho.
Realização de atividades de divulgação da Resolução CFP nº 18/02 junto à categoria.	O GT propôs produzir uma campanha de evidenciação da resolução a partir da participação dos psicólogos por meio da internet, na forma de um concurso. A proposta foi encaminhada para a reunião plenária.
PROGRAMA 14.2: DIREITOS DA MULHER.	Em 5 de maio, CFP confirmou a participação com indicação de Valeska Zanello na composição do Grupo de

<p>Realização de debates e eventos visando ampliar a discussão sobre os direitos humanos das mulheres que poderá versar sobre qualquer um dos seguintes temas: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.</p>	<p>Trabalho Multidisciplinar sobre “Limites do Sigilo Profissional em Casos de Violência Doméstica contra a Mulher”, proposto pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), com data do primeiro encontro a definir.</p>
<p>Participação nas reuniões do plenário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/SPM (ordinárias e extraordinárias) e produzir os relatórios, semestralmente, para conhecimento do Plenário.</p>	<p>O CFP possui representação no CNDM.</p>
<p>Participação em eventos que se relacionem a algum dos temas elencados anteriormente.</p>	<p>Os direitos das mulheres brasileiras e sua relação com a Psicologia foram abordados em debate realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), no dia 30 de outubro, durante a 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), em Belo Horizonte (MG).</p>
<p>PROGRAMA 15.1: RELAÇÕES DA PSICOLOGIA COM O CAMPO DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES.</p> <p>Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST/CNS.</p>	<p>O CFP possui representação que acompanha essas atividades.</p>
<p>Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/CNS.</p>	<p>O CFP possui representação que acompanha essas atividades.</p>
<p>PROGRAMA 16.1: RELAÇÃO COM ENTIDADES DE INTERESSE DA PSICOLOGIA.</p> <p>Participação nas reuniões do Fórum de</p>	<p>O CFP participou das reuniões do FENPB em 2015, e acompanhou a eleição da nova Secretaria.</p>

Entidades Nacionais Psicologia Brasileira – FENPB.	
Acompanhamento das atividades e encaminhamentos do GT Pesquisa FENPB que está desenvolvendo o projeto de pesquisa ‘Violência e Preconceito na Escola’ em parceria com o Ministério da Educação - MEC.	Ao longo de 2015, O CFP acionou os responsáveis pelo Convênio, no sentido de cobrar das partes o material produzido. O material foi enviado no final do ano e está em análise.
Realização de contatos e disponibilidade de intercâmbio para articular parcerias com entidades nacionais da psicologia brasileira em matéria de interesse do Conselho Federal de Psicologia.	O CFP disponibilizou infraestrutura exclusiva para promover o intercâmbio com as entidades nacionais da Psicologia.
PROGRAMA 16.2: BVS-PSI. Realização de um levantamento das necessidades da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI para atender a demanda de pesquisadores e profissionais da Psicologia.	Os esforços foram direcionados ao estabelecimento do Convênio com o Instituto de Psicologia da USP, com o intuito de resolver as pendências técnicas para o desenvolvimento da BVS-Psi. Será realizado o lançamento oficial do Acordo no dia 19 de Janeiro de 2016, em São Paulo.
Divulgação da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI como ferramenta auxiliar no processo de formação nos níveis de graduação e pós-graduação.	Nos eventos em que o CFP possuiu stand, a BVS-Psi participou como expositora para divulgação dos serviços disponíveis.
Ampliação das ferramentas de referência da BVS-PSI (Dados Psi).	Firmado convênio com Fundação Universidade de São Paulo por intermédio de sua biblioteca para reformulação do portal da BVS.
PROGRAMA 16.3: INTERCÂMBIO COM ENTIDADES INTERNACIONAIS DA PSICOLOGIA. Aproximação com entidades, tais como: Associação de Psicologia Americana – APA, Federación Iberoamericana de Asociaciones de Psicología, Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, International Union of Psychological Science – IUPSYS, entre outras.	O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, nos dias 27 e 28 de agosto, da “X Jornadas Nacionales de Psicologia del Transito”, na cidade de Buenos Aires, na Argentina.
Acompanhamento da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI.	O CFP possui representação nessa atividade.
Acompanhamento do Fórum Permanente do Mercosul - Exercício Profissional em Saúde/Ministério da Saúde.	O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, entre 14 e 20 de setembro, do IV Congresso Internacional de Psicologia de Tucumán, na Argentina. João Carlos Alchieri, integrante da Comissão de Avaliação Psicológica do Conselho, ministrou um curso sobre Psicologia e

	Saúde no evento e participou de reuniões com representantes de associações de Psicologia daquele país. Nos encontros foram discutidas ações relacionadas à formação e capacitação profissional conjunta e a criação de uma agenda para estudos de dupla certificação com profissionais de Psicologia dos países do Mercosul.
Acompanhamento das ações das entidades dos Países de Língua Portuguesa - PSI-PLP (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal) e fazer intercâmbio buscando atender as necessidades recíprocas.	Realizou-se em Maio de 2015, o VI Encontro PSI-PLP em Salvador, Bahia. Os representantes das entidades dos demais países também puderam participar do CONPSI.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

- * Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade
- * Execução descentralizada com transferência de recursos
- * Informações sobre a realização das receitas
- * Informações sobre a execução das despesas

Execução Financeira do Orçamento

Tabela 2 – Execução Financeira do Orçamento

Orçamento do Exercício 2015			
RECEITAS	PREVISÃO R\$	ARRECADAÇÃO R\$	SALDO R\$
<u>Receitas Correntes</u>	24.859.967,97	25.455.792,80	595.824,83
Cota Parte	24.239.967,97	23.682.190,63	(557.777,34)
Patrimonial	0	9,15	9,15
Serviços	20.000,00	24.984,10	4.984,10
Financeira	550.000,00	1.612.314,45	1.062.314,45
Outras Receitas	50.000,00	136.294,47	86.294,47
<u>Receitas de Capital</u>	1.782.994,78	233.333,26	(1.549.661,52)
Amort. de Empréstimos	0	233.333,26	233.333,23
Superávit Financeiro	1.782.994,78	0	(1.782.994,78)
TOTAL DAS RECEITAS	26.642.962,75	25.689.126,06	(953.836,69)
DESPESAS	FIXADA R\$	REALIZADA R\$	SALDO R\$
<u>Despesas Correntes</u>	24.985.213,67	22.826.182,91	2.159.030,76

Pessoal e Encargos Sociais	9.299.107,56	9.227.486,54	71.621,02
Outras Despesas Correntes	15.686.106,11	13.598.696,37	2.087.409,74
Despesas de Capital	1.657.749,08	360.611,00	1.297.138,08
Investimentos	470.000,00	360.611,00	109.389,00
Inversões Financeiras	100.000,00	0	100.000,00
Outras Despesas de Capital	1.087.749,08	0	1.087.749,08
TOTAL DAS DESPESAS	26.642.962,75	23.186.793,91	3.456.168,84
Superávit Orçamentário (Receita Arrecadada – Despesa Realizada)			2.502.332,15

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

O Conselho Federal de Psicologia, no exercício de 2015, repassou recursos financeiros no montante de R\$ 1.686.087,95 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme demonstrado abaixo:

- OBJETO: Centro de Referências Téc. em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.
FAVORECIDO: Conselhos Regionais de Psicologia.
VALOR: R\$ 755.322,26
- OBJETO: Realização do projeto “A Profissão de Psicologia nas Políticas Públicas: Subsídio à atuação do psicólogo”.
FAVORECIDO: Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC
VALOR: R\$ 219.485,59
- OBJETO: Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia – BVS-Psi
FAVORECIDO: Universidade de São Paulo - USP
VALOR: R\$ 244.200,00
- OBJETO: Fundo de Manutenção de Seções de Base Estadual/Fundo de Devoluções de Anuidades
FAVORECIDO: Conselhos Regionais de Psicologia
VALOR: R\$ 467.080,10

REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

A principal fonte de receita do Conselho Federal de Psicologia é decorrente de cota parte no percentual de 25% das receitas dos Conselhos Regionais, sendo as anuidades cobradas dos profissionais de psicologia a principal fonte.

Para o exercício de 2015 o Conselho Federal de Psicologia estimou sua arrecadação no montante de R\$ 26.642.962,75. Desse valor foi realizado R\$ 25.689.126,06, o que corresponde a 96,42% da receita estimada.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Para o exercício de 2015 o Conselho Federal de Psicologia fixou suas despesas no montante de R\$ 26.642.962,75. Desse valor foi executado R\$ 23.186.793,91, o que representa 87,02% da despesa fixada e uma economia orçamentária no valor de R\$ 3.456.168,84.

Despesa por modalidade de contratação

Tabela 3 – Despesa por modalidade de contratação

Concorrência	R\$ 592.050,00
Tomada de Preço	R\$ 122.024,95
Carta Convite	R\$ 17.888,33
Pregão	R\$ 6.464.356,36
Dispensa	R\$ 689.052,02
Inexigibilidade	R\$ 821.405,34
LNA*	R\$ 14.480.016,91
TOTAL	R\$ 23.186.793,91

*Legislação não aplicada.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Para análise de indicadores de desempenho, o Conselho Federal de Psicologia se utilizou do Mapa Gerencial (tabelas 7, 8 e 9, das págs 2 e 4) apresentado na Seção Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, que mede o desempenho dos recursos alocados nos projetos e/ou atividades da entidade.

GOVERNANÇA

DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança do Conselho Federal de Psicologia está normatizada no Art. 4º do Regimento Interno aprovado por meio da Resolução CFP 017/2000: Art. 4º - O Conselho Federal de Psicologia é composto pelos seguintes órgãos: I – Plenário; II – Diretoria; III - Secretarias; IV – Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras; V – Congresso Nacional da Psicologia. Parágrafo único - Quando necessário, serão constituídos Grupos de Trabalho para fins específicos, consoante o disposto nos art. 21 e 22 deste Regimento. Art. 21 – Os Grupos de Trabalho serão constituídos com o objetivo específico de executar os projetos que integram o orçamento programa da Entidade, além de ações específicas em função de fatos extraordinários, todos deliberados pelo Plenário. Art. 22 – Os Grupos de Trabalho serão constituídos preferencialmente por conselheiros federais, podendo contar com a participação de conselheiros regionais, psicólogos ou outros profissionais que possam contribuir para a realização de suas tarefas.

INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Rol dos Responsáveis					
Nome: Mariza Monteiro Borges			CPF 244.077.711-00		
Endereço Residencial: SQN 106 Bloco I Apartamento 605					
Cidade: Brasília		UF: DF		CEP: 70742.090	
Fones: (61) 9984.0424		Fax:		E mail: marizamborges@gmail.com	
Cargo ou Função: Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Dirigente Máximo					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013			20/12/2013	19/12/2016

Nome: Sergio Luis Braghini			CPF 042.520.188-03		
Endereço Residencial: R. dos Jatobás, 80 Apto. 77 - Jabaquara					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 04349-010	
Fones: (11) 98187.3184		Fax:		E mail: sergiobraghini@yahoo.com.br	
Cargo ou Função: Tesoureiro					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	

Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013			20/12/2013	19/12/2016
Nome: Rogério de Oliveira Silva				CPF 742.080.716-72	
Endereço Residencial: Rua dos Guajajaras n.º 34/1204 - Centro					
Cidade: Belo Horizonte		UF: MG		CEP: 30180-100	
Fones: (34) 9230.9373		Fax:		E mail: rogeriopsic@hotmail.com	
Cargo ou Função: Vice-Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013			20/12/2013	19/12/2016

Nome: Maria da Graça Correa Jacques				CPF 164.994.500-06	
Endereço Residencial: Avenida Mariland 1177 Apartamento 902					
Cidade: Porto Alegre		UF: RS		CEP: 90440-191	
Fones: (51) 8157.9930		Fax:		E mail: fjacques@terra.com.br	
Cargo ou Função: Secretária					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013			20/12/2013	19/12/2016

Relação de Conselheiros		
XVI PLENÁRIO DO CFP		
Nome:	Função:	Mandato:
Mariza Monteiro Borges	Conselheira Presidente	20/12/2013 a 19/12/2016
Rogério de Oliveira Silva	Conselheiro Vice-Presidente	20/12/2013 a 19/12/2016
Sergio Luis Braghini	Conselheiro Tesoureiro	20/12/2013 a 19/12/2016
Maria da Graça Correa Jacques	Conselheira Secretária	20/12/2013 a 19/12/2016
Dorotéa Albuquerque de Cristo	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
Meire Nunes Viana	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
Inara Barbosa Leão	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
Lurdes Perez Oberg	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
João Baptista Fortes de Oliveira	Conselheiro Efetivo	20/12/2013 a 19/12/2016
Silvana Carneiro Maciel	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Eliandro Rômulo Cruz Araújo	Conselheiro Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016

Viviane Moura de Azevedo Ribeiro	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Jacqueline de Oliveira Moreira	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Madge Porto Cruz	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
João Carlos Alchieri	Conselheiro Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Vera Lúcia Morselli	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Sandra Luzia de Souza Alencar	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Roberto Moraes Cruz	Conselheiro Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Conselho Federal de Psicologia vem envidando esforços no sentido de implantação da Divisão de Auditoria Interna. A Divisão de Auditoria Interna apresenta a seguinte estrutura: dois membros efetivos, um Auditor e um Assistente, vinculados à Diretoria. A Auditoria tem como missão assessorar, de forma permanente, o Conselho Federal de Psicologia, visando a garantir a eficiência e a eficácia na aplicação e no controle dos recursos públicos.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Conselho Federal de Psicologia por se enquadrar como entidade pública adota providencias de processo administrativo disciplinar para apuração e correição de irregularidades capazes de impactar o seu desempenho.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

Os Conselheiros efetivos ou suplentes em substituição aos efetivos ausentes recebem gratificações denominadas de Jeton pela participação nas reuniões plenárias (deliberativas), de acordo com a Resolução CFP 006/2002 e alterações posteriores, não percebendo qualquer outro tipo de remuneração, considerando que ocupam cargos honoríficos.

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Foi contratada a empresa Audilink Auditores & Consultores para realização da auditoria do exercício de 2015, tanto para o Conselho Federal quanto para os Conselhos Regionais. O valor do contrato é de R\$ 233.896,52 e a modalidade de contratação foi Tomada de Preço.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões:

- a) Site – O site do Conselho Federal de Psicologia encontra-se no seguinte endereço na internet: www.cfp.org.br. Nesse veículo, constam informações sobre o próprio Conselho (descrição da atual e gestões anteriores), legislações correlatas (leis, decretos e resoluções), notícias, publicações, Portal da Transparência e outras informações;
- b) Redes Sociais
 - b.1) Facebook – A Autarquia está presente na maior rede social do planeta no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/conselhofederaldepsicologia/>. No referido veículo, constam notícias republicadas no site, bem como fotos de eventos em que conselheiros e colaboradores do CFP atuaram;
 - b.2) Twitter – O CFP está na rede de microblogs de 140 caracteres por post no seguinte endereço eletrônico: https://twitter.com/cfp_psicologia. Na referida rede, são replicadas notícias colocadas no site da Autarquia;
 - b.3) Youtube – A rede social de transmissão de vídeos na internet conta com um canal exclusivo do Conselho Federal de Psicologia, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/c/confederalpsicologia>
 - b.4) Instagram – A Autarquia também tem um perfil na rede de publicação de fotos e vídeos: @conselhofederaldepsicologia. A rede apenas resume e replica conteúdos publicados nas notícias do site e das demais redes sociais.
 - b.5) Flickr – A rede de compartilhamento de álbum de fotos também tem uma página do CFP: www.flickr.com/photos/conselhofederaldepsicologia
- c) E-mail da Ouvidoria: ouvidoria@cfp.org.br
- d) Telefone gratuito da Ouvidoria: 08006420110

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores:

a) Site - Ao longo do ano, o site teve 2.330.649 visualizações de página. Diariamente, são cerca de 2.142 visualizações. Foram produzidos, para site e redes em geral, cerca de 200 cards (artes gráficas personalizadas para cada notícia).

Entre as mudanças realizadas em 2015, estão:

Novo Fale Conosco (dividido por cada setor da Autarquia)

Nominatas completas por plenários

Indexação

Eliminação de hotspots datados

Atualização do logo do CFP nos hotspots

Quatro novos sites produzidos: PSINAED (<http://psinaed.cfp.org.br/>) , Despatologização (<http://despatologizacao.cfp.org.br/>) , Seminário de políticas públicas (<http://politicaspUBLICAS.cfp.org.br/>) , CFP no CBP (<http://cbp.cfp.org.br/>) , além de PSI-PLP (<http://psi-plp.org/>) e OrientaPsi (<http://orientapsi.cfp.org.br/>) .

b) Redes Sociais - Durante o ano de 2015, houve um incremento significativo no número de seguidores de páginas e perfis do CFP. No Facebook, rede digital com mais interação parte da categoria, o aumento foi de 36,01%. Já no Youtube, 114,9% e Twitter, 27,52%. No entanto, crescimento mais surpreendente aconteceu no Instagram, 2.470.76%.

Abaixo, o número de seguidores em cada Mídia Digital:

Facebook – 140.000

Youtube – 6.914

Twitter – 15.348

Instagram – 11.080

b.1) Facebook - A rede social tem se consolidado como fonte importante de informação e diálogo entre Conselho e categoria e entre a própria categoria na Internet. No último período, temos investido na impulsão de posts estratégicos para a gestão e em posts e campanhas específicas na ferramenta.

b.2) Twitter - tem se mostrado mais eficaz durante campanhas de mobilização, como aconteceu durante as votações para a derrubada do veto ao PL das 30 horas, do piso salarial e do dia do Psicólogo, dada a natureza da ferramenta e o menor interesse por parte da categoria, que se concentra mais no Facebook.

b.3) Youtube Esta foi outra mídia digital em que contou com um crescimento significativo, resultado de um aumento na produção e qualidade dos vídeos produzidos pelo CFP e sua difusão nas páginas e perfis de CFP de maneira planejada.

Além do aumento no número de inscritos no canal do CFP, tivemos um incremento de 36.35% no número de visualizações de vídeos, de 70.89% no de curtidas e 63.74% em compartilhamentos.

Foram produzidos 66 vídeos pela equipe da Assessoria de Comunicação do Conselho Federal de Psicologia. Se somarmos as estatísticas de todos estes vídeos, os números são os seguintes:

- Visualizações: 52.901

- Curtiram: 976

- Não curtiram: 39

- Comentários: 1.979

b.4) Instagram - O impressionante crescimento no número de seguidores nesta rede demonstra que ela tem grande potencial para difundir as atividades e mensagens do CFP. Além disso, pelo acompanhamento do crescimento diário do número de seguidores e de compartilhamentos dos posts, é possível afirmar que o perfil ainda tem muito potencial de crescimento. Para isso, é preciso que além de cards, sejam publicados versões dos nossos vídeos em formato para esta mídia.

c) RadioPsi - No ar desde o dia 18 de Junho, a RádioPSI é mais uma ferramenta de comunicação entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e as (os) psicólogas (os) por todo o Brasil. A Rádio online possui em sua programação música, notícias, boletins e entrevistas sobre as ações, eventos e a participação dos profissionais nas diversas áreas de atuação da categoria.

Dados do último relatório de análise de acessos da RádioPSI, produzido no período de 01 de agosto a 10 de novembro de 2015, mostram que nesse período foram 16.577 visitas à página, 13.370 visitas únicas e mais de 3 mil usuários que retornam à página. O tempo médio na página é de 4 minutos. No google analytics a RádioPSI é a terceira página mais visitada do site do CFP, ficando atrás somente da home e da área do código de ética, dentro da página de legislação.

Ao todo, a RádioPSI é responsável por 2,33% dos acessos aos conteúdos do site.

O maior número de acessos vem da região Sudeste, com três cidades entre as 4 com mais acessos. Brasília é a terceira cidade com mais acessos e São Paulo a cidade com mais visitantes, seguida por Belo Horizonte. São 94% dos acessos feitos por meio de desktop e pouco mais de 6% de celulares e tablets. Os acessos ficam acima de mil durante todo o dia da programação, reduzindo a partir do horário das 20h. Público predominantemente feminino que corresponde a 77,25%

Depois desses 5 meses de RádioPSI no ar, temos alguns desafios para o próximo ano. Entre eles, destacaria como urgente, melhorar a programação musical, acertar o horário (muitos comentários, e-mails e críticas com relação a isso, e ter mais um programa de informação na grade de programação. Acho que algum programa em que a categoria pudesse interagir, se não de maneira ao vivo, gravado mesmo. Leio alguns e-mails e comentários sobre isso. Pedidos de músicas ou de entrevistas que as pessoas pudessem fazer perguntas).

Também destacaria a necessidade de entrarmos em 2016 com o estúdio de gravação pronto. Com um lugar definido e todos os equipamentos funcionando.

d) Demandas que chegaram à Ouvidoria em 2015:

A equipe da Ouvidoria do CFP foi recomposta em 2015, contando com a presença de uma Ouvidora Psicóloga e mais uma Assistente Administrativa.

Durante 2015 foram registradas 911 demandas. Dessas, 862 foram encaminhadas e respondidas, representando 94% do total, enquanto 49 ainda estão em tramitação.

Há também cerca de 110 e-mails não registrados até o momento, que chegaram à Ouvidoria do CFP tanto pelo e-mail oficial para esse fim, quanto por outros canais, incluindo a Assessoria de Imprensa, a Gerência Técnica, as redes sociais, entre outros.

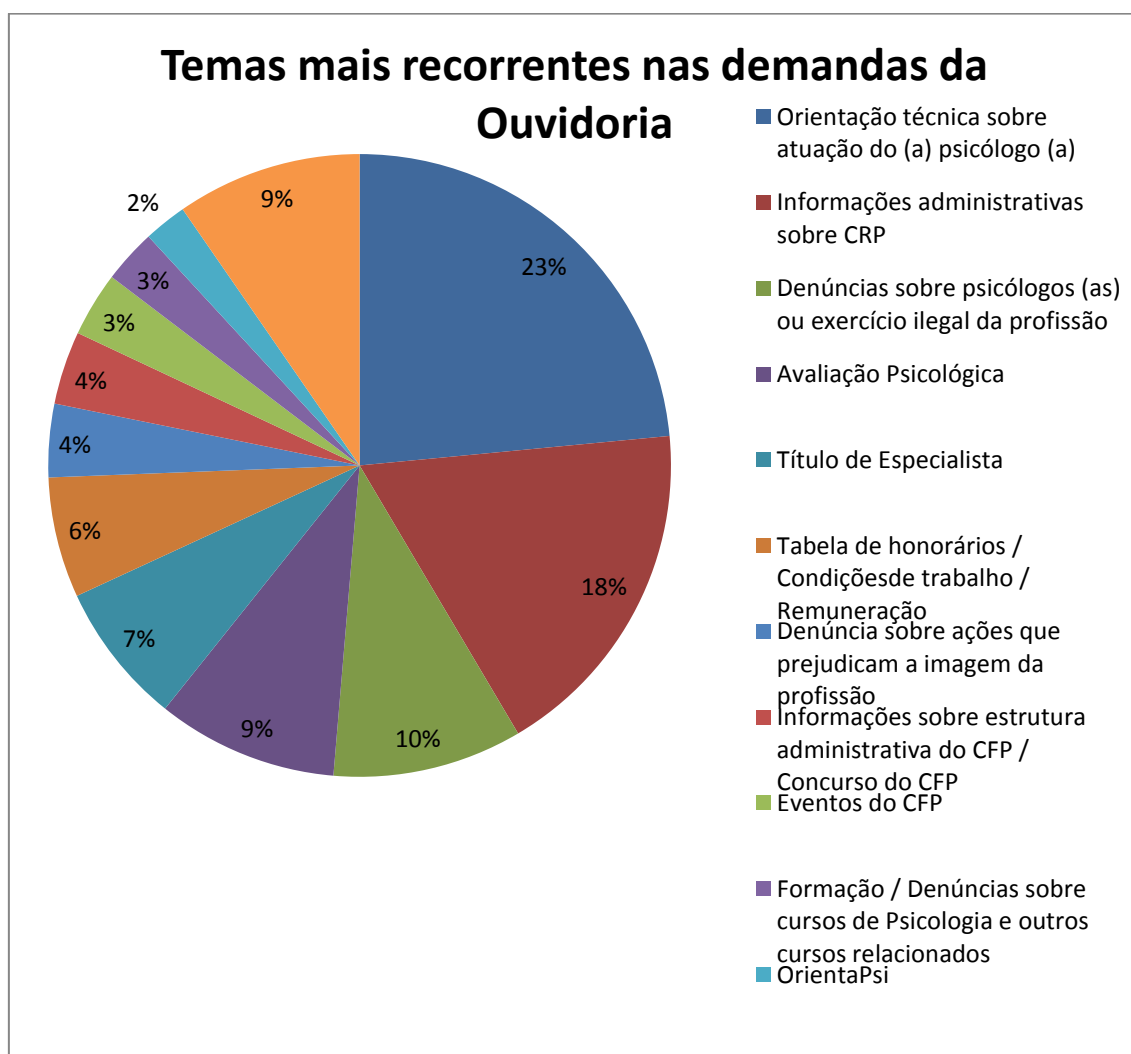
Entre os assuntos mais recorrentes (90,55% das demandas registradas) estão, em primeiro lugar, orientações técnicas sobre a atuação do (a) psicólogo (a). São dúvidas de psicólogas e psicólogos sobre que práticas profissionais são permitidas, questões sobre as normativas técnicas do Conselho e também dúvidas de usuários dos serviços de Psicologia a respeito de posturas adotadas por psicólogos (as).

Em segundo lugar estão as informações administrativas sobre o exercício profissional de psicólogos (as), ou seja, perguntas sobre como fazer a inscrição profissional, dúvidas sobre anuidades e outras.

Em terceiro lugar, estão as denúncias contra psicólogos (as) ou exercício ilegal da profissão.

Em seguida, temos: Avaliação Psicológica; Título de Especialista; Tabela de Honorários / Condições de Trabalho / Remuneração; Denúncia sobre ações que prejudicam a imagem da profissão (neste item se enquadram pedidos de ações contra a publicidade utilizada pela Empresa 99Táxis, que causou constrangimento à categoria de psicólogos (as) em virtude da banalização da profissão, por exemplo); Informações sobre a estrutura administrativa do CFP / Concurso do CFP; Eventos do CFP, Formação / Denúncias sobre cursos de Psicologia e outros cursos relacionados; e OrientaPsi. Já 9,44% das demandas registradas se referem a outros assuntos.

Tabela 4 – Temas mais recorrentes nas demandas da Ouvidoria



- Possíveis alterações dos procedimentos adotados pela unidade decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso.

As demandas que chegaram à Ouvidoria levaram em média 25 dias para serem respondidas, prazo que em breve será reduzido, haja vista que o CFP está desenvolvendo um sistema informatizado para a tramitação das demandas da Ouvidoria.

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Conselho Federal de Psicologia implantou o seu Portal da Transparência conforme determinações da LAI Lei de Acesso a Informação bem como vem cumprindo as considerações do TCU.

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O Conselho Federal de Psicologia conta com todas as adaptações necessárias para garantir o acesso a suas instalações por cidadãos portadores de deficiência física.

O Portal do Conselho Federal de Psicologia foi desenvolvido utilizando as recomendações de acessibilidade do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico ou e-MAG, na sua versão 3.0.

O Portal pode ser visualizado em uma versão de alto contraste ao se clicar em “Alto contraste”, e pode ter o tamanho de suas fontes aumentadas utilizando os botões A+ A-. Ambas as ferramentas estão presentes no menu no topo do Portal.

Além desses recursos, o Portal conta com atalhos de teclado para facilitar a sua navegação. Esses atalhos são precedidos de teclas que variam conforme o navegador utilizado.

Para o FireFox: tecle “Shift+Alt”;

Para o Internet Explorer e Google Chrome: tecle “Alt”;

Para o Opera: tecle “Shift+Esc”;

Mantendo pressionadas as teclas acima, pressione o número “1” para ir ao conteúdo; número “2” para ir ao menu principal; e o número “3” para ir ao campo de busca do Portal.

Para pular diretamente para o campo de busca do Portal utilizando o FireFox pressione “Shift+Alt+3”. Esse mesmo atalho pode ser utilizado no Internet Explorer ou Chrome pressionando as teclas “Alt+3”.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No encerramento do exercício 2015 o Conselho Federal de Psicologia apresentou um superávit financeiro, ativo financeiro menos passivo financeiro, no valor de R\$ 6.429.681,09, conforme evidenciado abaixo.

Tabela 5 – Resultado Financeiro

Ano	2014	2015	Variação % 2014/2015
Ativo Financeiro	R\$ 6.708.610,88	R\$ 10.458.008,14	55,89%
Passivo Financeiro	R\$ 2.471.482,34	R\$ 4.028.327,05	62,99%
Resultado Financeiro	R\$ 4.237.128,54	R\$ 6.429.681,09	51,75%

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO DOS ITENS DO PATRIMÔNIO

Na depreciação dos bens móveis se utiliza do método das quotas constantes, com os critérios definidos de acordo com o MCASP. O valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazos de vida útil e taxas de depreciação estabelecidas pela Secretária do Tesouro Nacional, conforme Macrofunção 020330-SIAFI, a saber:

Tabela 6 – Depreciação dos Bens Móveis /Imóveis

BENS MÓVEIS	TAXA ANUAL	VIDA ÚTIL	RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10% ao ano	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10% ao ano	10 anos	10%
Equip. de Process. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Sistema de Proc. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Outros Bens Móveis	10% ao ano	10 anos	10%

BENS IMÓVEIS	TAXA ANUAL	VIDA ÚTIL	RESIDUAL
Edificações	4% ao ano	25 anos	1%

APURAÇÃO DE CUSTOS

A apuração dos custos das atividades e programas do Conselho Federal de Psicologia é feito através de Mapas Gerenciais divididos em projetos do próprio Conselho Federal de Psicologia e projetos do sistema Conselhos de Psicologia.

PROJETOS DO PRÓPRIO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Tabela 7 – Projetos do Conselho Federal de Psicologia

**MAPA GERENCIAL = FLUXOGRAMA ORÇAMENTÁRIO PRO CENTRO DE CUSTO DA CONTA CFP
EXERCÍCIO 2015 - 01/01/2015 A 31/12/2015**

PROJETOS	CENTRO DE CUSTO	RECEITAS					DESPESAS		SALDO		
		Orçamento		Arrecadação			% Rubrica	R\$	% Rubrica	R\$	
		%	ORÇADO	REALIZADO	REFORMULAÇÃO	A REALIZAR					
I - ORGANIZAÇÃO ADM. E FUNCIONAL	Recursos Humanos	01.01	55,81	11.484.699,82	10.804.684,22	1.232.994,78	680.015,60	98,22	11.823.888,85	1,78	213.790,15
	Material de Consumo	01.02	0,64	132.000,00	124.184,20		7.815,80	89,59	111.260,88	10,41	12.923,32
	Serviços de Terceiros (PF)	01.03	0,76	156.340,00	147.083,02		9.256,98	11,52	16.944,67	88,48	130.138,35
	Telefone Fixo	01.04	0,39	80.000,00	75.263,73		4.736,27	146,24	110.069,17	(46,24)	(34.805,44)
	Telefone Celular	01.05	0,58	120.000,00	112.894,73		7.105,27	85,82	96.891,74	14,18	16.002,99
	Postagens	01.06	0,24	50.000,00	47.039,47		2.960,53	140,57	66.122,56	(40,57)	(19.083,09)
	Serviços de Terceiros e Outros (PJ)	01.07	9,36	1.926.980,00	1.812.882,42		114.097,58	124,84	2.263.189,93	(24,84)	(450.307,51)
	Cursos	01.08	0,12	25.000,00	23.519,74		1.480,26	97,56	22.946,25	2,44	573,49
	Investimentos/Inversões	01.09	2,43	500.000,00	470.394,72	350.000,00	29.605,28	53,53	439.195,90	46,47	381.198,82
	TOTAL (Projeto I)	01.00	70,34	14.475.019,82	13.617.946,25	1.582.994,78	857.073,57	98,35	14.950.509,95	1,65	250.431,08
II - GESTÃO	Reuniões e Ações da Diretoria	02.01	0,75	154.120,80	144.995,22		9.125,58	53,94	78.211,78	46,06	66.783,44
	Reunião Plenária	02.02	3,25	669.549,60	629.905,19		39.644,41	73,13	460.664,80	26,87	169.240,39
	Reunião Presidentes/Tesoureiros e APAF	02.03	0,94	192.993,50	181.566,25		11.427,25	138,14	250.809,78	(38,14)	(69.243,53)
	Assistência Técnica aos Regionais	02.04	0,49	100.000,00	94.078,94		5.921,06	7,79	7.330,99	92,21	86.747,95
	Desmembramento do CRP 21	02.05	0,10	20.000,00	18.815,79		1.184,21	40,48	7.616,39	59,52	11.199,40
	Desmembramento do CRP 22	02.06	0,10	20.000,00	18.815,79		1.184,21	-	-	100,00	18.815,79
	Desmembramento do CRP 23	02.07	0,10	20.000,00	18.815,79		1.184,21	10,55	1.985,18	89,45	16.830,61
	TOTAL GESTÃO	02.00	5,72	1.176.663,90	1.106.992,96		69.670,94	72,87	806.618,92	27,13	300.374,04

III - AÇÕES POLÍTICAS	TOTAL GESTÃO	02.00	5,72	1.176.663,90	1.106.992,96	69.670,94	72,87	806.618,92	27,13	300.374,04	
	Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia	03.01.01	1,21	250.000,00	235.197,36	14.802,64	158,06	371.746,58	(58,06)	(136.549,22)	
	Condições de Trabalho do Psicólogo	03.01.02	0,49	100.000,00	94.078,94	5.921,06	15,22	14.323,15	84,78	79.755,79	
	Avaliação Psicológica	03.01.03	0,49	100.000,00	94.078,94	5.921,06	208,86	196.492,25	(108,86)	(102.413,31)	
	Títulos de Especialistas	03.01.04	0,23	48.000,00	45.157,89	2.842,11	58,37	26.359,42	41,63	18.798,47	
	Formação Continuada em Psicologia	03.01.05	0,19	40.000,00	37.631,58	2.368,42	66,35	24.966,82	33,65	12.664,76	
	Representações	03.01.06	0,39	80.000,00	75.263,15	4.736,85	145,92	109.823,26	(45,92)	(34.560,11)	
	Projeto Memória da Psicologia Brasileira	03.01.07	0,56	115.000,00	108.190,78	6.809,22	-	-	100,00	108.190,78	
	Gestão por Projetos - Editais	03.01.08	0,69	143.000,00	134.532,89	8.467,11	63,80	85.827,46	36,20	48.705,43	
	Avaliação da Graduação em Psicologia	03.01.09	0,05	10.000,00	9.407,89	592,11	-	-	100,00	9.407,89	
	Projeto Memória do CFP	03.01.10	0,56	115.000,00	108.190,78	6.809,22	96,40	104.294,64	3,60	3.896,14	
	Fiscalização, Orientação e Ética	03.01.11	0,68	140.000,00	131.710,52	8.289,48	166,08	218.746,73	(66,08)	(87.036,21)	
	Participação em Eventos Estratégicos	03.01.12	0,73	150.000,00	141.118,41	8.881,59	104,92	148.067,37	(4,92)	(6.948,96)	
	Publicações Estratégicas	03.01.13	0,73	150.000,00	141.118,41	8.881,59	8,84	12.479,58	91,16	128.638,83	
	Saúde	03.02.01	0,77	158.520,00	149.133,94	9.386,06	153,85	229.437,71	(53,85)	(80.303,77)	
	Assistência Social	03.02.02	1,21	250.000,00	235.197,36	14.802,64	76,38	179.632,98	23,62	55.564,38	
	Criança e Adolescente	03.02.03	0,36	75.000,00	70.559,21	4.440,79	180,05	127.042,76	(80,05)	(56.483,55)	
	Psicologia Jurídica	03.02.04	0,10	20.000,00	18.815,79	1.184,21	621,50	116.939,57	(521,50)	(98.123,78)	
	Direitos Humanos e Cidadania	03.02.05	1,07	221.000,00	207.914,46	13.085,54	71,20	148.039,09	28,80	59.875,37	
	Laicidade	03.02.06	0,07	15.000,00	14.111,84	888,16	78,02	11.010,54	21,98	3.101,30	
	Populações Espec. e Comunidades Tradicionais	03.02.07	0,05	10.000,00	9.407,89	592,11	-	-	100,00	9.407,89	
	Educação	03.02.08	0,24	50.000,00	47.039,47	2.960,53	160,71	75.598,80	(60,71)	(28.559,33)	
	Mobidade Humana e Urbana	03.02.09	0,05	10.000,00	9.407,89	592,11	1.136,40	106.911,47	(1.036,40)	(97.503,58)	
	Emergência e Desastres	03.02.10	0,15	30.000,00	28.223,68	1.776,32	345,52	97.518,03	(245,52)	(69.294,35)	
	Esporte, Cultura e Lazer	03.02.11	0,17	35.000,00	32.927,63	2.072,37	14,98	4.932,84	85,02	27.994,79	
	Relações com Entidades de Interesse da Psicologia	03.02.12	0,29	60.000,00	56.447,37	3.552,63	859,78	485.320,36	(759,78)	(428.872,99)	
	PsIPLP/ULAPSI	03.02.13	0,10	21.000,00	19.756,58	1.243,42	179,72	35.507,39	(79,72)	(15.750,81)	
	Acompanhamento de Projetos no CN	03.02.14	0,15	30.000,00	28.223,68	1.776,32	2,66	750,00	97,34	27.473,68	
	TOTAL AÇÕES POLÍTICAS	03.00	11,79	2.426.520,00	2.282.844,37	143.675,63	128,43	2.931.768,80	-28,43	-648.924,43	
	IV - COMUNICAÇÃO	Jornal do Federal e outros	04.01	7,29	1.500.000,00	1.411.184,15	88.815,85	83,80	1.182.536,85	16,20	228.647,30
		TOTAL (Comunicação)	04.00	7,29	1.500.000,00	1.411.184,15	88.815,85	83,80	1.182.536,85	16,20	228.647,30
	V - FUNDO DE RESERVA	Reserva de Contingências	05.01	3,40	700.000,00	658.552,60	41.447,40	-	0,00	100,00	658.552,60
Fundo de Reserva		05.02	0,97	200.000,00	188.157,89	11.842,11	-	0,00	100,00	188.157,89	
VI - AJUDA AOS REGIONAIS	Empréstimos aos Regionais	06.01	0,49	100.000,00	94.078,94	5.921,06	-	-	100,00	94.078,94	
TOTAL GERAL			100,00	20.578.203,72	19.359.756,58	1.582.994,78	1.218.446,56	94,88	19.871.434,52	5,12	1.071.317,42
				Percentual	94,08%		5,92%				

PROJETOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA – DIVULGAÇÃO

Tabela 8 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia - Divulgação

MAPA GERENCIAL = FLUXOGRAMA ORÇAMENTÁRIO POR CENTRO DE CUSTO DA CONTA DIVULGAÇÃO											
EXERCÍCIO 2015 - 01/01/2015 A 31/12/2015											
PROJETOS	CENTRO DE CUSTO	RECEITAS					DESPESAS		SALDO		
		%	ORÇADO	REALIZADO	REFORMULAÇÃO	A REALIZAR	% Rubrica	R\$	% Rubrica	R\$	
I - Revista Ciência e Profissão	Produção	07.01.01.01	1,22	60.000,00	63.548,84		(3.548,84)	151,07	96.001,36	(51,07)	(32.452,52)
	Impressão	07.01.01.02	4,69	230.000,00	243.603,88		(13.603,88)	93,78	228.451,20	6,22	15.152,68
	Expedição e Postagem	07.01.01.03	1,53	75.000,00	79.436,05		(4.436,05)	207,12	164.525,25	(107,12)	(85.089,20)
	TOTAL (Ciência e Profissão)	07.01.01	7,45	365.000,00	386.588,77		-21.588,77	126,49	488.977,81	-26,49	-102.389,04
II - Revista Diálogos	Produção	07.01.02.01	2,04	100.000,00	105.914,73		(5.914,73)	139,09	147.313,56	(39,09)	(41.398,83)
	Impressão	07.01.02.02	18,36	900.000,00	953.232,58		(53.232,58)	38,71	369.000,00	61,29	584.232,58
	Embalagem, Expedição e Postagem	07.01.02.03	17,54	860.000,00	910.866,69		(50.866,69)	-	0,00	100,00	910.866,69
	TOTAL (Revista Diálogos)	07.01.02	37,94	1.860.000,00	1.970.014,00		-110.014,00	26,21	516.313,56	73,79	1.453.700,44
III - Comissão Editorial - PCP	Passagem	07.01.03.01	0,73	36.000,00	38.129,30		(2.129,30)	102,77	39.183,65	(2,77)	(1.054,35)
	Diárias	07.01.03.02	0,18	8.850,00	9.373,45		(523,45)	114,21	10.705,00	(14,21)	(1.331,55)
	Hospedagem	07.01.03.03	0,15	7.213,00	7.639,63		(426,63)	63,35	4.840,00	36,65	2.799,63
	Diversas	07.01.03.04	0,02	1.000,00	1.059,15		(59,15)	-	0,00	100,00	1.059,15
TOTAL (Comissão Editorial)	07.01.03	1,08	53.063,00	56.201,53		-3.138,53	97,38	54.728,65	2,62	1.472,88	
IV - Conselho Editorial - DIÁLOGOS	Passagem	07.01.04.01	0,39	19.200,00	20.335,63		(1.135,63)	-	0,00	100,00	20.335,63
	Diárias	07.01.04.02	0,10	4.720,00	4.999,18		(279,18)	-	0,00	100,00	4.999,18
	Hospedagem	07.01.04.03	0,08	3.847,00	4.074,54		(227,54)	-	0,00	100,00	4.074,54
	Diversas	07.01.04.04	0,01	400,00	423,66		(23,66)	-	0,00	100,00	423,66
TOTAL (Conselho Editorial)	07.01.04	0,57	28.167,00	29.833,00		-1.666,00	-	0,00	100,00	29.833,00	
V - Projetos da APAF desenv. pl CFP	Memória da Psicologia Brasileira	07.01.04.01	8,16	400.000,00	423.658,93		(23.658,93)	25,63	108.599,37	74,37	315.059,56
	Biblioteca Virtual - BVS-Psi	07.01.04.02	7,14	350.000,00	370.701,56	200.000,00	(20.701,56)	48,69	277.898,38	51,31	292.913,18
VI - Projeto dos CRPs e CFP aprov. APA	CREPOP	07.01.04.03	33,25	1.630.000,00	1.726.410,12		(96.410,12)	71,46	1.233.700,26	28,54	492.709,86
TOTAL DOS PROJETOS DA APAF	07.01.04	48,55	2.380.000,00	2.520.770,61	200.000,00	-140.770,61	59,55	1.620.188,01	40,45	1.100.582,60	
VII - Despesas de cobrança	Tarifa da Cobrança Compartilhada	07.01.05	0,58	28.520,00	30.206,88		(1.686,88)	238,08	71.917,31	(138,08)	(41.710,43)
	TOTAL GASTOS DIVULGAÇÃO		96,17	4.714.750,00	4.993.614,80		-278.864,80	55,11	2.752.125,34	48,89	2.441.489,46
VIII - Reserva	Treinamento Contadores e Tesoureiros	07.02.01.01	2,35	115.000,00	121.801,94		(6.801,94)	79,76	97.153,95	20,24	24.647,99
	Fundo de Reserva		1,48	72.749,08	77.051,99		(4.302,91)	-	0,00	100,00	77.051,99
	TOTAL FUNDO DE RESERVA e TREINAM.		3,83	187.749,08	198.853,93		-11.104,85	0,00	97.153,95	51,14	101.699,98
TOTAL GERAL		100,00	4.902.499,08	5.192.468,73	200.000,00	(289.969,65)	52,84	2.849.279,29	47,16	2.543.189,44	
			Percentuais	105,91%		-5,91%					

PROJETOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA – FUNDO DE SEÇÕES

Tabela 9 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Fundo de Seções

MAPA GERENCIAL = FLUXOGRAMA ORÇAMENTÁRIO POR CENTRO DE CUSTO DA CONTA FUNDO DE SEÇÕES										
EXERCÍCIO 2015 - 01/01/2015 A 31/12/2015										
PROJETOS	CENTRO DE CUSTO	RECEITAS				DESPESAS		SALDO		
		%	ORÇADO	REALIZADO	A REALIZAR	% Rubrica	R\$	% Rubrica	R\$	
Fundo de Seções	08.01	66,67	774.878,71	757.971,34	16.907,37	56,18	425.848,92	43,82	332.122,42	
Fundo Devolução de Anuidades	08.02	33,33	387.381,24	378.928,83	8.452,41	10,62	40.231,18	89,38	338.697,65	
Total Fundo Seções/Dev anuidades	08.00	100,00	1.162.259,95	1.136.900,17	25.359,78	41,00	466.080,10	59,00	670.820,07	
		0,00	0,00	0,00	0,00				-	
		0,00	0,00	0,00	0,00				-	
Total Geral		100,00	1.162.259,95	1.136.900,17	25.359,78		466.080,10		670.820,07	
			Percentuais	97,82%	2,18%					

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Federal de Psicologia registra seus atos e fatos contábeis de acordo com a Lei 4320/64, NBC T 16 (Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 10 – Balanço Patrimonial

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	10.664.266,84	6.721.385,74	PASSIVO CIRCULANTE	3.311.916,23	2.471.482,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.084.138,87	6.345.451,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	346,45
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	413.238,38	375.933,94	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	232.698,50	132.648,68
ESTOQUES	166.889,59	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	694,62	917,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	2.139.775,38	532.588,87
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	22.633.663,76	11.118.187,86	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	284.660,77	284.150,77
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.027.939,44	1.807.907,67	RESTOS A PAGAR	654.086,94	1.520.830,36
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.986.654,61	1.675.273,92	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	41.284,83	41.284,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	91.348,92	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	20.534.099,66	9.238.655,53	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	1.612.284,69	5.042.425,07	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	20.552.500,00	6.761.851,96	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00			
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.630.685,00	2.565.621,51			
INTANGÍVEL	71.624,66	71.624,66			
SOFTWARES	65.829,07	65.829,07			

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/3

CFP

Período Anterior: 01/01/2014 à 31/12/2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	5.795,59	5.795,59		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	3.311.916,21	2.471.482,34
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	29.986.014,39	15.368.091,26
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.986.014,39	15.368.091,26
TOTAL	33.297.930,60	17.839.573,60	TOTAL	33.297.930,60	17.839.573,60
ATIVO FINANCEIRO	10.458.008,14	6.708.610,88	PASSIVO FINANCEIRO	4.028.327,05	2.471.482,34
ATIVO PERMANENTE	22.839.922,46	11.130.962,72	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				29.269.603,55	15.368.091,26

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	6.429.681,09	4.237.128,54

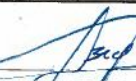
CFP


Período Anterior: 01/01/2014 à 31/12/2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015


 Mariza Monteiro Borges
 Conselheira Presidente
 CPF
 244.077.711-00


 Sergio Luis Braghini
 Conselheiro Tesoureiro
 CPF
 042.520.188-03


 José Eli de Vasconcelos Filho
 Gerente Contábil
 CRC-DF 019638/O-4
 005.296.173-74

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 11 – Balanço Orçamentário

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE		24.859.967,97	24.859.967,97	25.455.792,80	595.824,83	
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES		24.239.967,97	24.239.967,97	23.682.190,63	-557.777,34	
COTA PARTE		18.425.208,94	18.425.208,94	18.119.136,22	-306.072,72	
COTA REVISTA		4.652.499,08	4.652.499,08	4.482.024,59	-170.474,49	
FUNDO DE SEÇÕES		1.162.259,95	1.162.259,95	1.081.029,82	-81.230,13	
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	9,15	9,15	
DIVIDENDOS		0,00	0,00	9,15	9,15	
RECEITA DE SERVIÇOS		20.000,00	20.000,00	24.984,10	4.984,10	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS		20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		0,00	0,00	24.984,10	24.984,10	
FINANCEIRAS		550.000,00	550.000,00	1.612.314,45	1.062.314,45	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS		0,00	0,00	20.656,95	20.656,95	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		550.000,00	550.000,00	1.591.657,50	1.041.657,50	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		550.000,00	550.000,00	1.591.657,50	1.041.657,50	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		50.000,00	50.000,00	136.294,47	86.294,47	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		50.000,00	50.000,00	136.281,57	86.281,57	
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		0,00	0,00	12,90	12,90	
RECEITA DE CAPITAL		0,00	1.782.994,78	233.333,26	-1.549.661,52	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO		0,00	0,00	233.333,26	233.333,26	
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS		0,00	0,00	233.333,26	233.333,26	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	1.782.994,78	0,00	-1.782.994,78	
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	1.782.994,78	0,00	-1.782.994,78	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		24.859.967,97	26.642.962,75	25.689.126,06	-953.836,69	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		24.859.967,97	26.642.962,75	25.689.126,06	-953.836,69	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	23.522.218,89	24.985.213,67	22.826.182,91	22.309.430,07	21.677.243,13	2.159.030,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.782.107,56	9.299.107,56	9.227.486,54	9.227.486,54	9.079.411,34	71.621,02
REMUNERAÇÃO PESSOAL	6.722.326,34	7.117.326,34	7.059.253,22	7.059.253,22	7.059.253,22	58.073,12
ENCARGOS PATRONAIS	2.059.781,22	2.181.781,22	2.168.233,32	2.168.233,32	2.020.158,12	13.547,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.740.111,33	15.686.106,11	13.598.696,37	13.081.943,53	12.597.831,79	2.087.409,74
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.413.184,36	1.498.184,36	1.483.522,41	1.483.337,57	1.483.337,57	14.661,95
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	79.093,12	74.093,12	54.395,47	54.395,47	53.349,26	19.697,65
USO DE BENS E SERVIÇOS	3.375.000,00	3.750.426,45	3.603.291,26	3.603.291,26	3.423.688,30	147.135,19
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	7.139.500,00	5.963.153,55	5.117.012,44	4.600.444,44	4.468.501,13	846.141,11
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	56.000,00	48.920,00	10.387,60	10.387,60	10.387,60	38.532,40
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	35.073,90	1.268.068,68	1.248.321,46	1.248.321,46	1.248.321,46	19.747,22
SERVIÇOS BANCÁRIOS	180.000,00	420.000,00	395.677,78	395.677,78	395.677,78	24.322,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.462.259,95	2.663.259,95	1.686.087,95	1.686.087,95	1.514.568,69	977.172,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.337.749,08	1.657.749,08	360.611,00	160.953,00	139.053,00	1.297.138,08
INVESTIMENTOS	150.000,00	470.000,00	360.611,00	160.953,00	139.053,00	109.389,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	150.000,00	470.000,00	360.611,00	160.953,00	139.053,00	109.389,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.087.749,08	1.087.749,08	0,00	0,00	0,00	1.087.749,08
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.087.749,08	1.087.749,08	0,00	0,00	0,00	1.087.749,08
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	24.859.967,97	26.642.962,75	23.186.793,91	22.470.383,07	21.816.296,13	3.456.168,84

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 10/11

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
SUPERÁVIT	0,00	0,00	2.502.332,15	0,00	0,00	0,00
TOTAL	24.859.967,97	26.642.962,75	25.689.126,06	22.470.383,07	21.816.296,13	953.836,69
TOTAL	24.859.967,97	26.642.962,75	25.689.126,06	22.470.383,07	21.816.296,13	953.836,69

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015



Mariza Monteiro Borges
Conselheira Presidente
CPF
244.077.711-00



Sergio Luis Araghi
Conselheiro Tesoureiro
CPF
042.520.188-03



José Eli de Vasconcelos Filho
Gerente Contábil
CRC-DF_019638/O-1
005.296.173-74

BALANÇO FINANCEIRO

Tabela 12 – Balanço Financeiro

CFP

Conselho Federal de Psicologia
CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	25.689.126,06	22.030.721,42	Despesa Orçamentária	22.470.383,07	16.424.689,93
RECEITA REALIZADA	25.689.126,06	22.030.721,42	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	22.470.383,07	16.424.689,93
RECEITA CORRENTE	25.455.792,80	21.880.721,42	DESPESA CORRENTE	22.309.430,07	16.075.476,83
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES	23.682.190,63	20.842.869,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.227.486,54	7.562.581,38
COTA PARTE	18.119.136,22	15.801.760,79	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.081.943,53	8.512.895,45
COTA REVISTA	4.482.024,59	3.953.681,98	DESPESA DE CAPITAL	160.953,00	349.213,10
FUNDO DE SEÇÕES	1.081.029,82	1.087.426,93	INVESTIMENTOS	160.953,00	159.213,10
RECEITA PATRIMONIAL	9,15		INVERSÕES FINANCEIRAS		190.000,00
DIVIDENDOS	9,15		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
RECEITA DE SERVIÇOS	24.984,10	45.636,82			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	24.984,10	45.636,82			
FINANCEIRAS	1.612.314,45	875.608,62			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	20.656,95	1.814,98			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.591.657,50	873.793,64			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.591.657,50	873.793,64			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	136.294,47	116.606,28			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.281,57	113.769,07			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12,90	2.837,21			

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/2

CFP

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA DE CAPITAL	233.333,26	150.000,00			
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	233.333,26	150.000,00			
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	233.333,26	120.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	30.691.306,66	20.785.538,18	Pagamentos Extraorçamentários	30.171.362,58	20.654.408,52
Saldo em espécie do Exercício Anterior	6.345.451,80	608.290,65	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	10.084.138,87	6.345.451,80
Total:	62.725.884,52	43.424.550,25		62.725.884,52	43.424.550,25

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015


Maniza Monteiro Borges
Conselheira Presidente
CPF
244.077.711-00


Sérgio Luis Braghini
Conselheiro Tesoureiro
CPF
042.520.188-03


José Eli de Vasconcelos Filho
Gerente Contábil
CRC-DF 019639/O-4
005.296.173-74

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Tabela 13 – Demonstração das variações patrimoniais

CFP

Conselho Federal de Psicologia
CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: Janeiro/2015 a Dezembro/2015

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	39.050.555,77	21.911.071,74	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	24.432.632,64	16.568.957,21
CONTRIBUIÇÕES	23.682.190,63	20.842.869,70	PESSOAL E ENCARGOS	10.710.824,11	8.908.145,27
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	23.682.190,63	20.842.869,70	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	7.059.253,22	5.746.816,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	23.682.190,63	20.842.869,70	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	7.059.253,22	5.746.816,89
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	24.993,25	45.636,82	ENCARGOS PATRONAIS	2.168.233,32	1.841.723,79
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.993,25	45.636,82	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.168.233,32	1.841.723,79
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.993,25	45.636,82	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.483.337,57	1.319.604,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.037.865,50	875.608,62	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.483.337,57	1.319.604,59
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	446.208,00	1.814,98	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	54.395,47	67.688,59
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	446.208,00	1.814,98	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	54.395,47	67.688,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.591.657,50	873.793,64	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	54.395,47	67.688,59
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.591.657,50	873.793,64	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	9.231.729,85	5.305.135,87
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	12.028.957,65	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	204.718,47	121.305,32
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	12.028.957,65	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	204.718,47	121.305,32
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	12.028.957,65	0,00	SERVIÇOS	7.978.564,95	4.884.366,39
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.276.548,74	146.956,60	DIARIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	909.583,62	529.547,42
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	12,90	2.837,21	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	2.475.824,36	1.499.299,68
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12,90	2.837,21	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	4.593.156,97	2.895.519,29
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.276.535,84	144.119,39	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.048.446,43	299.464,16
INDENIZACOES	136.281,57	109.234,47	DEPRECIACAO	1.048.446,43	299.464,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	1.140.254,27	34.884,92	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	395.677,78	-392.128,77
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	395.677,78	392.128,77
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	395.677,78	392.128,77
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.686.087,95	1.657.965,08
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.686.087,95	1.657.965,08
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.686.087,95	1.657.965,08
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	14.448,25	0,00

CFP

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior		Exercicio Atual	Exercicio Anterior
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	14.448,25	0,00
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	14.448,25	0,00
			TRIBUTÁRIAS	6.887,60	27.425,81
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.887,60	27.425,81
			IMPOSTOS	6.887,60	27.425,81
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.332.581,63	210.467,82
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.332.581,63	210.467,82
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	2.332.581,63	210.467,82
Total das Variações Ativas :	39.050.555,77	21.911.071,74	Total das Variações Passivas :	24.432.632,64	16.568.957,21
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	14.617.923,13	5.342.114,53
Total	39.050.555,77	21.911.071,74	Total	39.050.555,77	21.911.071,74

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015



Mariza Monteiro Borges
Conselheira Presidente
CPF
244.077.711-00



Sergio Luis Braghini
Conselheiro Tesoureiro
CPF
042.520.188-03



José Eli de Vasconcelos Filho
Gerente Contábil
CRC-DF 019638/O-4
005.296.173-74

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tabela 14 – Demonstração dos fluxos de caixa

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	25.455.792,80	21.880.721,42
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES	23.682.190,63	20.842.869,70
COTA PARTE	18.119.136,22	15.801.760,79
COTA REVISTA	4.462.024,59	3.953.681,98
FUNDO DE SEÇÕES	1.081.029,82	1.087.426,93
RECEITA PATRIMONIAL	9,15	0,00
DIVIDENDOS	9,15	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	24.984,10	45.636,82
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	24.984,10	45.636,82
FINANCEIRAS	1.612.314,45	875.608,62
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	20.656,95	1.814,98
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.591.657,50	873.793,64
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.591.657,50	873.793,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	136.294,47	116.606,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.281,57	113.769,07
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12,90	2.837,21
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	30.691.306,66	20.785.538,18
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	22.309.430,07	16.075.476,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.227.486,54	7.562.581,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.081.943,53	8.512.895,45
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	30.171.362,58	20.654.408,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.666.306,81	5.936.374,25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
RECEITA DE CAPITAL	233.333,26	150.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	233.333,26	150.000,00
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	233.333,26	120.000,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	160.953,00	159.213,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	190.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	72.380,26	-199.213,10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

CFP

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.738.687,07	5.737.161,15
--	--------------	--------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.345.451,80	608.290,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	10.084.138,87	6.345.451,80

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015



Mariza Monteiro Borges
Conselheira Presidente
CPF
244.677.711-00



Sérgio Luis Brasimlin
Conselheiro Tesoureiro
CPF
042.520.188-03



José Eli de Vasconcelos Filho
Gerente Contábil
CRC-DF 019638/O-4
005.296.173-74

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Identificação da entidade

Nota 1 - O Conselho Federal de Psicologia - CFP criado pela Lei nº 5.766/71¹, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, contextualizado operacionalmente em orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O CFP é o órgão supremo dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs, com jurisdição em todo o território nacional.

Na condição de Autarquia Federal Especial, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e rendas, de acordo com o Art. 150² da Constituição Federal do Brasil, tendo como principal fonte de recursos o recebimento de receitas relativas ao pagamento de anuidades por psicólogos e entidades de psicologia, inscritos.

O Conselho Federal de Psicologia tem sua constituição, estrutura, organização, sede e foro regulamentados no Decreto 79.822 de 17 de junho de 1977³.

2. Da apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Nota 2 - As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, alinhadas ao que regulamenta a Lei nº 4320/64⁴ e aos procedimentos contábeis constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) aprovados pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional nº 1/2014 (Conjunta STN/SOF) e 700/2014⁵.

3. Do ativo circulante

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

¹ Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios da ética e disciplina da classe.

² Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios: Inciso VI Instituir impostos sobre: §2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

³ Regulamenta a Lei 5.766/71 de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

⁴ Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

⁵ Aprova as partes I, II, III, IV, e V da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Nota 3 - Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados em consonância ao que dispõe o Art. 164 da Constituição Federal em seu § 3º⁶, depositados no Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal em contas correntes, conta poupança e vinculadas de aplicações financeiras em CDB, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados aos que preceitua o § 1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 101/00⁷, e as receitas patrimoniais resultantes dessas aplicações reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

TÍTULOS	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.084.138,87	6.345.451,80
Bancos Conta Movimento	84.000,24	115.255,32
Bancos Conta Arrecadação	106.843,23	259.592,86
Bancos Aplicações Financeiras	9.889.801,60	5.967.109,82
Suprimentos de Fundos	3.493,80*	3.493,80*

*Valores concedidos a título de Suprimento de Fundos a Gestores de exercícios anteriores em apuração de responsabilidade.

Nota 4 - O Conselho Federal de Psicologia administra recursos financeiros do Sistema Conselhos de Psicologia, aprovados pela Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças – APAF, denominados *Recursos da Conta Revista*, destinados ao financiamento da comunicação da Autarquia, bem como de projetos para difusão da profissão do psicólogo, alinhados ao Art. 78 da Resolução CFP nº 03/2007⁸; e os recursos do *Fundo de Seções*, destinados ao desenvolvimento e ajuda às Seções de Base Estaduais, normatizado pela Resolução CFP nº 015/1998⁹.

3.2. Demais Créditos e Valores a Curto prazo

Nota 5 – Constituem créditos de adiantamentos concedidos a pessoal, antecipação de despesas a Regionais e a terceiros, bem como créditos tributários e judiciais a recuperar junto a instituições Públicas.

TÍTULOS	2015	2014
Créditos e Valores a Curto Prazo	413.238,38	375.933,94
Adiantamento a funcionários	18.390,36	777,53

⁶ As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei. .

⁷ As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral, e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição ficarão depositadas em contas separadas das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

⁸ A cota que cabe ao Conselho Federal, de acordo com o disposto no artigo anterior, será dividida em duas partes, sendo uma de 80% (oitenta por cento) denominada “cota parte” e outra de 20% (vinte por cento) denominada “cota revista”, esta destinada ao financiamento da revista “Psicologia Ciência e Profissão” e de projetos similares da entidade.

⁹ Cria o fundo de manutenção de seções de base estadual e da outras providências.

Adiantamento a Convênios (funcionários)	227,23	1.134,12
Devedores da Entidade - CRPs	367.122,59	313.147,06
Entidades Públicas Devedoras	27.498,20	60.875,23

3.3.Estoques

Nota 6 – Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo Conselho Federal de Psicologia, com o objetivo de aplicação no desenvolvimento de suas atividades e projetos operacionais e administrativos.

TÍTULO	2015	2014
Almoxarifado	162.022,12	91.348,92
Material de Expediente	162.022,12	91.348,92

4. Do ativo não circulante

4.1.Realizável a Longo Prazo

Nota 7 (Empréstimos) – Compreendem operações de créditos entre conselhos, em que o Conselho Federal de Psicologia, por designação dos recursos da Conta Revista, efetuou empréstimos aos Conselhos Regionais de Psicologia em atendimento, especificamente, a projetos para compra, construção, ampliação e/ou modernização de sedes. Foram concedidos mediante assinatura de termos contratuais, pelos quais dispõem de cláusulas de obrigações como a remuneração do capital empregado entre outras.

Nota 8 (Depósitos Recursais Restituíveis) – Ensejam depósitos e valores recuperáveis originados por recursos em sentenças de processos judiciais trabalhistas, evidenciados pelo valor original no momento do depósito judicial.

TÍTULO	2015	2014
Créditos e Valores a Longo Prazo	2.027.939,44	1.716.558,75
Empréstimos aos CRPs	1.986.654,61	1.675.273,92
Depósitos Judiciais	41.284,83	41.284,83

4.2.Imobilizado

Nota 9 – Em 2011 foram reavaliado os bens móveis do CFP de acordo com a NBCT 16.9 e o MCASP pela empresa AfixCode Patrimônio e Avaliações Ltda. Os reflexos de perda do valor recuperável “impairment” foram reconhecidos no Balanço Patrimonial de 2012. Os bens adquiridos a partir do ano de 2012 estão sendo registrado pelo custo de aquisição, conforme

art. 106 da Lei 4.320/64¹⁰. A próxima reavaliação dos ativos do CFP deverá ocorrer no exercício de 2016.

Nota 10 – Em 2015, a empresa Castro Assessoria Contábil e Patrimonial foi contratada para fazer o inventário físico dos bens móveis do CFP. Nesse processo foi constatado diferença dos saldos patrimoniais entre o Sistema de Patrimônio – SISPAT e o Sistema de Contabilidade - SISCONT, necessitando de ajuste contábil que gerou uma Variação Patrimonial Aumentativa – VPA no valor de R\$ 146.091,81 (cento e quarenta e seis mil, noventa e um reais e oitenta e um centavos).

Nota 11 (Depreciação bens Móveis) – A depreciação dos bens móveis afetados se utiliza do método das quotas constantes, com os critérios definidos de acordo com o MCASP. O valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazos de vida útil e taxas de depreciação estabelecidas pela Secretária do Tesouro Nacional, constante da Resolução SIAFI – Macrofunção 020330, a saber:

BENS	TAXA ANUAL	PVU	RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10% ao ano	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10% ao ano	10 anos	10%
Equip. de Process. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Sistema de Proc. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Outros Bens Móveis	10% ao ano	10 anos	10%

Nota 12 (Depreciação bens Imóveis) – A depreciação do único bem imóvel do Conselho Federal de Psicologia, situado no Edifício Via Office, salas de números 102 a 105, Bloco B, do Lote 2, da Quadra 2 do SAF/SUL, em Brasília-DF, se utiliza do método das quotas constantes, com os critérios estabelecidos por intermédio da legislação vigente. O Valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazo de vida útil de 25 anos e taxa de depreciação estabelecida conforme tabela da Secretaria do Tesouro Nacional em 4% ao ano.

Nota 13 (Avaliação do Bem Imóvel) – O imóvel, adquirido em agosto de 2010, foi submetido a sua primeira reavaliação em 2015, resultando uma Variação Patrimonial Aumentativa – VPA no valor de R\$ 12.028.957,65 (doze milhões, vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

O Ativo Imobilizado/Intangível está assim demonstrado no Balanço Patrimonial 2015:

TÍTULO	Saldo em	Saldo em
---------------	-----------------	-----------------

¹⁰ A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas seguintes: II – os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção; III – os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras. § 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.

	31/12/2015	31/12/2014
Móveis e Utensílios	557.097,77	571.168,13
Máquinas e Equipamentos	368.149,69	770.383,94
Instalações	0,00	3.691.949,99
Equipamento de Processamento de Dados	626.782,12	0,00
Sistemas de Processamentos de Dados	59.322,06	7.990,00
Outros Bens Móveis	933,01	933,01
Edifícios	20.552.500,00	6.350.000,00
Obras em Andamento	0,00	101.730,21
Instalações de Bens Imóveis	0,00	310.121,75
Ações	0,01	0,01
Programas de Informática	65.829,07	65.829,07
Marcas e Patentes	4.995,59	4.995,59
Concessão Direito de Uso de Comunicação	800,00	800,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(871.566,48)	(710.182,27)
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(750.118,88)	(1.846.439,60)
(-) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis	(8.999,64)	(8.999,64)
TOTAIS	20.605.724,32	9.238.655,53

5. Do passivo circulante

Nota 14 – Constituído por valores a pagar decorrentes de obrigações e Provisões trabalhistas, encargos sociais a recolher, consignações tributárias IN 1234/12¹¹, Restos a Pagar empenhados e processados em 31/12/2015 e obrigações com outras entidades.

Nota 15 – No exercício 2015 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 1.232.994,78 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos) para cobertura de prováveis desembolso futuros referente processos trabalhistas contra o CFP.

Nota 16 – Foram identificadas impropriedades nas provisões de férias e encargos trabalhistas oriundo de erros de registros de exercícios anteriores, que resultaram numa Variação Patrimonial Diminutiva – VPD no valor de R\$ 323.669,23 (trezentos e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos).

TITULOS	2015	2014
Passivo Circulante	3.311.916,21	2.471.482,34
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	0,00	346,45
Obrigações Fiscais	232.698,50	132.648,68
Obrigações a Outros Entes	694,62	917,18
Provisões Trabalhistas	2.139.775,38	532.588,87

¹¹ Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.

Outras Obrigações a Curto Prazo	284.660,77	284.150,77
Restos a Pagar Processados	654.086,94	1.520.830,39

6. Patrimônio líquido

Nota 17 – O Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, em 31/12/2015, é de R\$ 29.986.014,39 e corresponde ao saldo do exercício anterior, somado ao Resultado Patrimonial do exercício atual, apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

TÍTULOS	2015	2014
Patrimônio Líquido	29.986.014,39	15.368.091,26
Resultado Patrimonial do Exercício	14.617.923,13	5.342.114,53
Resultado Acumulados Exercícios Anteriores	15.368.091,26	10.025.976,73

7. Resultado patrimonial

Nota 18 – O Resultado Patrimonial do exercício no valor de R\$ 14.617.923,13, foi apurado respeitando o regime de competência das receitas e despesas, escrituradas de acordo com a Lei 4.320/64, as determinações contidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2014, Portaria STN 700/2014 e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público.

TÍTULOS	2015	2014
Resultado Patrimonial	14.617.923,13	5.342.114,53
Variações Patrimoniais Aumentativas	39.050.555,77	21.911.071,74
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	24.432.632,64	16.568.957,21

8. Resultado financeiro

Nota 19 – O Resultado financeiro do exercício foi de R\$ 3.056.024,23, representado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado em conformidade com a Lei 4.320/64, alinhado às orientações do MCASP.

TÍTULOS	2015	2014
Superávit/Déficit Financeiro	5.713.270,25	3.046.330,60
Ativo Financeiro	10.458.008,14	6.721.358,74
(-) Passivo Financeiro	4.028.327,05	2.471.482,34
(-) Restos a Pagar Exercício 2013	0,00	1.203.545,80
(-) Restos a Pagar Não Processados	716.410,84	

9. Resultado orçamentário

Nota 20 – O orçamento do Conselho Federal de Psicologia para o exercício de 2015 foi aprovado pela Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças, constituída por Delegados dos Conselhos Regionais de Psicologia. No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

Nota 21 – O Superávit Orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadas e as despesas empenhadas no exercício. O Resultado Orçamentário é de R\$ 2.502.332,15.

TÍTULOS	2015	2014
Superávit/ Déficit Orçamentário	2.502.332,15	5.606.031,49
Receita (corrente+capital)	25.689.126,06	22.030.721,42
Despesas (corrente+capital)	23.186.793,91	16.424.689,93

10. Considerações finais


O Conselho Federal mantém contratado seguro contra roubo e incêndio de modo a assegurar o seu patrimônio no caso de sinistro.

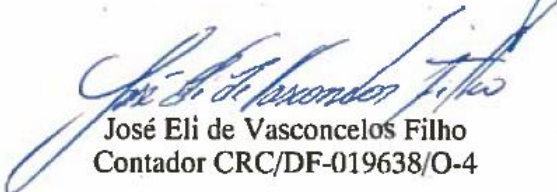
O CFP é auditado anualmente por empresa de auditoria, contratada através de licitação (auditoria independente), momento em que se verifica a exatidão e veracidade das informações e obediência da legislação nos atos e fatos praticados pelos gestores do Conselho Federal de Psicologia bem como os controles internos e guarda do patrimônio da Entidade.

De acordo com as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e de posse de todos os elementos disponíveis para avaliar a movimentação patrimonial realizada no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, a Diretoria do CFP entende que o Balanço Patrimonial, o Balanço Financeiro e demais demonstrações espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2015.


Mariza Monteiro Borges
Conselheira – Presidente


Sergio Luis Braghini
Conselheiro – Tesoureiro


José Eli de Vasconcelos Filho
Contador CRC/DF-019638/O-4

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Tabela 15 – Força de trabalho do CFP

Força de Trabalho do CFP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		73		
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		73		
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		73		
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		16	6	4
4. Total de Servidores (1+2+3)		89	6	4

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Tabela 16 – Distribuição da lotação efetiva

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	64	9
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		

1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgão e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	15	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	79	10

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do CFP.

Tabela 17 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CFP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		16	6	4
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		22	6	4

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Despesas com efetivos/comissionados

Tabela 18 – Despesas com efetivos/comissionados

ELEMENTO DE DESPESA	VALORES R\$
Salários e Gratificações	6.205.307,53
Férias e 13º Salário	758.083,75
Indenizações	22.484,30
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	1.516.404,88
Encargos Sociais	2.168.233,32
TOTAL	10.670.513,78

Despesas com estagiários

Tabela 19 – Despesas com estagiários

ELEMENTO DE DESPESA	VALORES R\$
Bolsa Auxílio	73.377,64
Benefícios	21.513,00
TOTAL	94.890,64

Despesas com terceirizados

Tabela 20 – Despesas com terceirizados

EMPRESA	QUANT. DE EMPREGADOS	ÁREA	IDENT. DO CONTRATO	VALORES R\$
Humanas e Leal Serviços Especiais LTDA (CNPJ: 07.701.312.0001-71)	5	Limpeza	Pregão 35/2012	228.780,18
Segtrack Segurança Eletrônica e Serviços Inteligentes LTDA (CNPJ: 17.949.399.000154)	2	Recepção	Pregão 29/2014	87.698,22
TOTAL	7			316.478,40

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gerência de Tecnologia da Informação

A Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) é composta por duas divisões: Infraestrutura e Suporte em TI e Desenvolvimento, que possuem funções distintas e compostas por um corpo técnico com características e formações específicas.

A Infraestrutura e Suporte em TI possui a responsabilidade de cuidar dos servidores de e-mail, rede, AntiSpam, Firewall, Servidor de Banco de Dados e de Aplicação. Alguns dos serviços mencionados anteriormente são realizados em conjunto com as empresas parceiras do CFP. É responsabilidade também desta subdivisão manter os serviços de backup, assistência técnica aos funcionários, conselheiros, participantes de eventos, entre outros, seja em computadores desktops ou portáteis (notebooks e tablets), pesquisar e implementar novas tecnologias.

O Desenvolvimento é responsável por desenvolver novos sistemas, pesquisar e implementar novas tecnologias de software, realizar manutenção e dar suporte técnico aos sistemas desenvolvidos, documentar o processo de desenvolvimento, especificar requisitos, pesquisar novas tecnologias, criar manuais, cartilhas ou tutoriais, desenvolver sites e hotspots. A GTI possui o seguinte quadro funcional:

Tabela 21 - Quadro funcional da GTI

NOME	CARGO	TIPO VÍNCULO
Bruna Lucas	Técnico Administrativo	Concurso público
Bruno Chagas	Consultor TI	Comissionado
Cleison Reis	Técnico TI	Concurso público
Denis Silva	Analista TI Suporte	Concurso público
Elton Ramos	Analista TI Suporte	Concurso público
Ivan Oliveira	Webdesigner	Concurso público
Karina Antunes	Analista TI Desenvolvimento	Concurso público
Leomar Santana	Analista TI Desenvolvimento / Gerente TI	Concurso público
Marcelo Gonçalves	Técnico TI	Concurso público
Rafael Perdigão	Analista TI Desenvolvimento	Concurso público

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Atividades executadas:

- **OrientaPsi**

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) iniciou em 2015 o desenvolvimento de um projeto audacioso, uma plataforma que pudesse oferecer a categoria acesso exclusivo a documentos, conteúdos e cursos referentes à Psicologia, além de uma rede social específica para as psicólogas e psicólogos. A versão “Beta” do OrientaPsi foi lançada em agosto de 2015 e possui quase 17.000 profissionais acessando. A Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) está desenvolvendo a versão 1.0, mais fácil de usar e com mais funcionalidades:

- Integração com a base de CEPs dos Correios, permitindo que no perfil do OrientaPsi a (o) profissional informe o número e automaticamente os campos logradouro, bairro, cidade e UF serão preenchidos, evitando assim a utilização de dados inválidos;
- Configuração de notificação via e-mail e browser, proporcionando o recebimento de notificações quando há alguma interação em um grupo, comentário, proporcionando ao profissional selecionar o que deseja receber, assim como a periodicidade;
- Páginas institucionais (*fanpages*), os Conselhos Regionais assim como outras entidades relacionadas à Psicologia poderão ter uma página exclusiva no OrientPsi, terão acesso a serviços de mensagens, *feed*, mural de recados e disponibilização de documentos, lista de seguidores, entre outras;
- Criação do acesso para estudantes, que poderão utilizar algumas funcionalidades da plataforma;
- Gameficação, que é a aplicação de elementos e mecânicas de design de jogos em outros contextos, que não são jogos eletrônicos. O objetivo é tornar a tecnologia mais atraente, estimular os usuários a se engajarem com comportamentos desejados, mostrar um caminho para o domínio e autonomia;
- Criação de novo ambiente do CFPTV com layout mais atrativo, possuindo uma melhor disponibilização dos vídeos e mais funcionalidades como vídeos em destaque, playlist e Top vídeos;
- Disponibilização dos certificados dos cursos já realizados;
- Visualização da barra de progressão dos cursos, permitindo que na área de cursos do OrientaPsi o profissional acompanhe a sua evolução em certo curso e solicite o certificado do curso concluído;
- Organização dos menus, reestruturação dos fluxos de funcionamento e melhorias no layout do módulo administrativo, trazendo pesquisas mais eficientes e otimizando o trabalho executado pelos operadores do OrientaPsi;

- **Eleições 2016**

O processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia será mais uma vez executado de forma híbrida, as (os) profissionais poderão votar pela Internet ou por

Correspondência, conforme as regras estabelecidas no regimento eleitoral, Resolução CFP nº 004/2015. A execução dos votos eletrônicos serão executados por duas empresas contratadas pelo CFP por intermédio de licitação, uma fornecerá o sistema de voto on-line e a outra auditará este sistema. A empresa de auditoria já foi contratada e o processo da outras está em andamento. Em virtude da criticidade deste projeto, será contratada ainda um consultor especialista em Segurança de Sistema da Informação, proporcionando assim mais segurança e confiabilidade do pleito eleitoral de 2016.

- **Cadastro Nacional**

Foi lançada e disponibilizada aos CRPs em dezembro a nova versão do SISCAFWEB integrado a base de dados de CEPs dos Correios, que assim como no OrientaPsi, permitirá que a (o) profissional informe o número e automaticamente os campos logradouro, bairro, cidade e UF serão preenchidos, evitando assim a utilização de dados inválidos.

O sistema Conselhos de Psicologia possui uma base de dados com quase 270.000 profissionais ativos, distribuídos da seguinte forma:

Profissionais por Regional

Tabela 22 – Quantitativo de profissionais por Regional

CRP	Estado (s)	Psicólogos (os)
1a Região	DF	8.210
2a Região	PE	9.327
3a Região	BA	9.272
4a Região	MG	30.952
5a Região	RJ	34.549
6a Região	SP	86.484
7a Região	RS	18.108
8a Região	PR	14.709
9a Região	GO	6.674
10a Região	PA e AP	4.066
11a Região	CE	5.302
12a Região	SC	10.413
13a Região	PB	3.741
14a Região	MS	3.384
15a Região	AL	3.218
16a Região	ES	3.897
17a Região	RN	2.431
18a Região	MT	2.748
19a Região	SE	1.874
20a Região	AM, AC, RO e RR	5.740
21a Região	PI	2.147
22a Região	MA	1.684

23a Região	TO	996
TOTAL		269.926

Profissionais por Estado e sexo *

Tabela 23 – Quantitativo de profissionais por estado e sexo

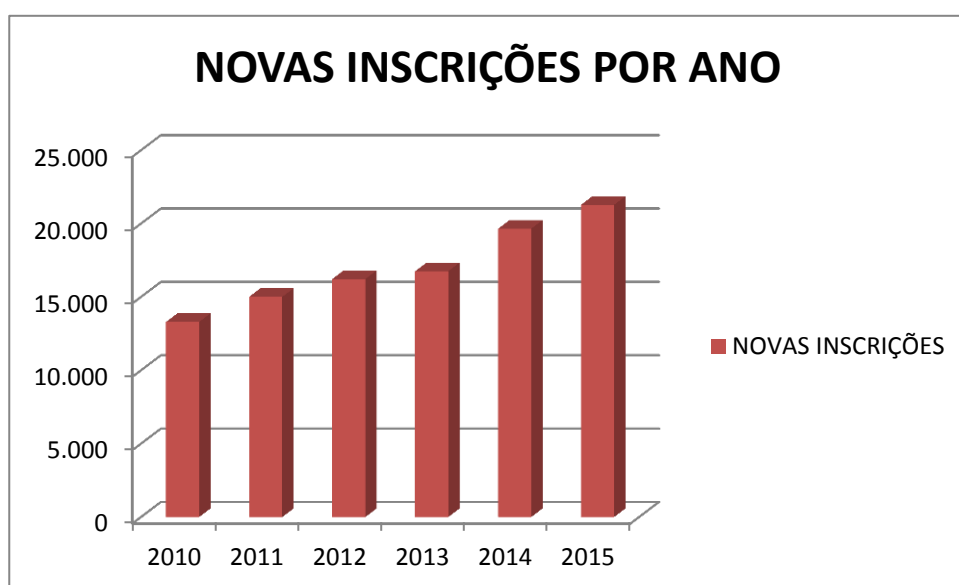
Estado	Feminino	Masculino	Não Informado
Acre	386	57	22
Alagoas	2.771	425	11
Amapá	254	57	101
Amazonas	2.833	425	200
Bahia	7.951	1.320	114
Ceará	4.366	721	222
Distrito Federal	6.728	1.104	284
Espírito Santo	3.225	612	60
Goiás	5.693	676	314
Maranhão	1.443	260	23
Mato Grosso	2.030	254	471
Mato Grosso do Sul	2.385	256	745
Minas Gerais	26.335	4.384	318
Pará	2.319	347	985
Paraíba	3.133	427	276
Paraná	12.973	1.780	10
Pernambuco	8.120	1.024	138
Piauí	1.824	293	42
Rio de Janeiro	30.031	4.330	46
Rio Grande do Norte	2.050	318	72
Rio Grande do Sul	16.299	1.754	8
Rondônia	1.107	179	103
Roraima	425	49	33
Santa Catarina	9.032	1.146	312
São Paulo	75.414	10.436	314
Sergipe	1.568	293	34
Tocantins	842	123	37
Exterior	20	3	0
Indefinido	8	0	13

* As informações por Estado são obtidas a partir da UF informada no endereço da(o) profissional.

Novas inscrições por ano

Tabela 24 – Novas inscrições por ano

ANO	NOVAS INSCRIÇÕES
2010	13.295
2011	15.006
2012	16.220
2013	16.756
2014	19.650
2015	21.280



- **Portal da transparência**

O Portal da Transparência foi desenvolvido para atender a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 e aos princípios que regem a Administração Pública, por meio dele podem ser acompanhadas as despesas desta Entidade.

Tabela 25 – Portal da Transparência

Transparência
Portal da Transparência do CFP

Conselho Federal de Psicologia

“ O Conselho Federal de Psicologia – CFP –, com vistas a atender ao exposto na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – e aos princípios que regem a Administração Pública, desenvolveu o Portal da Transparência. O Portal possibilita o acompanhamento mensal de despesas com o quadro de funcionários e Conselheiros. Com essa medida, o CFP reafirma o compromisso firmado com a sociedade e o corpo de psicólogos de dar publicidade e transparência às suas ações.
— Presidência da República, presente na [lei nº 12.527/2011](#), 18 de novembro de 2011.

e-Sic
Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

Ouvidoria
0800 642 0110

Teste Psicológico
Avaliação de Testes Psicológicos

Cadastro de Site
Cadastro de sites

Psicólogas(os)
Quantos somos

Servidores(as)
Servidores(as)

Conselheiros(as)
Conselheiros(as)

Compras
Contratos

Prestação de Contas
Prestação de Contas

Plenárias
Plenárias

Licitações
Licitações

Transparência é um sistema desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação do CFP - Copyright © 2013 Todos Direitos Reservados
SAF SUL (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, Térreo, Sala 104, CEP: 70070-600, (61) 2109-0100

- **Anuidade 2016**

A GTI desenvolveu um novo sistema de avaliação dos arquivos de teste de anuidade, uma nova ferramenta de avaliação mais intuitiva, proporcionando uma melhora significativa em eficiência e agilidade deste processo. Os testes dos arquivos de anuidade 2016 iniciaram em 27/11/2015, e pela primeira vez todos os CRPs conseguiram homologar os seus arquivos de acordo com o cronograma estabelecido.

Tabela 26 – Sistema de teste de arquivos de anuidade para CRPs



- **Sistema de Gestão de Projetos por Meio Editais 2015**

O Conselho Federal de Psicologia recebe várias solicitações de apoio a eventos promovidos por profissionais e entidades diversas. Buscando democratizar e dar transparência a este processo, o XVI Plenário lança edital para viabilizar o ajuste de parcerias com profissionais e entidades que apresentem projetos para realizar eventos científicos ou técnicos profissionais com fim de desenvolver, consolidar, valorizar a Psicologia, bem como a classe profissional das(os) psicólogas(os), evidenciando junto à sociedade a relevância dessa ciência e das atividades profissionais da respectiva categoria. A Gerência de TI desenvolveu o sistema para gerenciar este projeto.

Tabela 27 – Sistema de gestão de projetos por meio de editais 2015

Inscrições - 1º semestre		Inscrições - 2º semestre	
SITUAÇÃO	QTD	SITUAÇÃO	QTD
Favorável	48	Favorável	31
Desistência	14	Desistência	3
Desfavorável	54	Desfavorável	7
TOTAL	116	TOTAL	41

- **Sistema de Gestão de Ações e Atividades (SiGA)**

O SiGA é a ferramenta que auxiliará os fluxos de realização de eventos internos e externos do CFP, atuando no gerenciamento do calendário, utilização de espaços, utilização de equipamentos, passagens, diárias e hospedagens, relatório de representação, entre outras funcionalidades. A primeira versão desta ferramenta será disponibilizada em fevereiro de 2016.

- **Sistema de Cadastro de Sites**

O Conselho Federal de Psicologia, por meio da Comissão Nacional de Cadastro de Sites, disponibiliza o serviço de Cadastro de Sites para Serviços de Psicologia realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância e o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental.

Histórico de sites avaliados:

Tabela 28 – Sistema de cadastro de sites

Ano	Aprovado	Reprovado	Não se Aplica	Total
2004	0	0	8	8
2005	1	6	16	23
2006	4	16	14	34
2007	6	14	10	30
2008	8	19	9	36
2009	8	14	5	27
2010	41	13	24	78
2011	81	24	10	115
2012	131	11	28	170
2013	143	73	32	248
2014	109	50	28	187
2015	164	87	64	315
TOTAL	696	327	248	1.271

- **SATEPSI**

O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, SATEPSI, é a plataforma utilizada para avaliar os testes psicológicos, desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia para divulgar informações sobre os testes à comunidade e às (aos) psicólogas (os).

Histórico de testes avaliados

Tabela 29 - Satepsi

Ano	Aprovado	Reprovado
2003	48	44
2004	10	14
2005	14	8
2006	9	0
2007	8	1
2008	9	4
2009	7	3
2010	12	8
2011	13	6
2012	3	3
2013	18	2
2014	5	6
2015	6	3
TOTAL	162	102

- **Outros sistemas desenvolvidos / atualizados:**

- Sistema de Inscrição: IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão
- Sistema de Inscrição: XII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE)
- Enquete das eleições - Consulta Pública: votação on-line
- Sistema de Inscrição: VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas: O Exercício Profissional Enquanto Trabalho
- Inscrição de pareceristas ad hoc do SATEPSI
- Questionário de Direitos Sexuais e Reprodutivos
- Consulta sobre temas e eixos do 9º CNP
- Sistema de Inscrição: II Congresso Catarinense: Ciência e Profissão
- Sistema de Inscrição: Seminário - Desconstruindo a Lógica Manicomial: Construindo Alternativas
- Sistema de Inscrição: Seminário 25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidade
- Sistema de Inscrição: 2ª Conferência Internacional de Psicologia da LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo
- Formulário de Grupo de Trabalho APAF de Psicologia e Esporte

- **RádioPsi**

A Gerência de TI desenvolveu a para a RádioPsi, assim como a integração com o Facebook e o OrientaPsi, e auxilia no suporte a esta ferramenta juntamente com a empresa responsável.

Tabela 30 – RádioPsi

Podcasts
Acesse nossos **Podcasts**

- CFP News
- Dicas de Leitura
- Viver Bem
- Espaço formação

Programação:

Ψ	MANHÃ	Ψ	TARDE	Ψ	NOITE
7h	ROTA BRASIL :00 :20 :40	13h	VARIADAS :00 Dicas de Leitura :20 :40	19h	NO STOP :00 Balaio Cultural :20
8h	DESPLUGADO :00 CFP NEWS :20 :40	14h	NO STOP :00 CFP NEWS :20 :40	20h	VARIADAS :00 CFP NEWS :20 :40
9h	NO STOP :00 :20 :40	15h	TOP 10 :00 Espaço Formação :20 :40	21h	VARIADAS :00 :20 :40
10h	SÓ CLÁSSICOS :00 CFP NEWS :20 :40	16h	VARIADAS :00 CFP NEWS :20 :40	22h	VARIADAS :00 CFP NEWS :20 :40
11h	VARIADAS :00 Espaço Formação :20 Viver Bem :40 Agenda PSI :00 CFP NEWS	17h	NO STOP :00 Espaço Formação :20 :40	23h	VARIADAS :00 :20 :40
12h	ROTA BRASIL :00 Balaio Cultural :20 :40	18h	DESPLUGADO :00 CFP NEWS :20 Agenda PSI :40	24h	VARIADAS :00 :20 :40

- **Assinatura de e-mail**

As assinaturas de e-mail do CFP passaram por um processo de reformulação, as informações foram padronizadas e foi adicionado um banner dinâmico, que permite a divulgação de eventos e ações do CFP.

Tabela 31 – Assinatura de e-mail

Atenciosamente,



Nome Sobrenome

Cargo
Nome da Gerência (SIGLA)
Conselho Federal de Psicologia
www.cfp.org.br | nome.sobrenome@cfp.org.br
+55 (61) 2109-0100



- **Infraestrutura e Suporte Técnico em TI**

A equipe de Infraestrutura e Suporte Técnico em TI aprimorou o ambiente para realização de eventos no CFP, foi criada uma rede específica para o fornecimento de WI-FI, que oferece mais segurança e melhor qualidade de conexão. Houve também uma reestruturação de cabos de rede, energia e audiovisual, permitindo assim que a montagem de eventos ocorra na metade do tempo gasto antes, além disso, diminuiu desta forma o número de ocorrências e também o número de funcionários alocados durante a realização destes eventos. Em 2015 foram realizados mais de quarenta eventos em que houve a necessidade de suporte técnico em TI, e todos eles foram realizados de forma eficiente e eficaz.

O trabalho preventivo desta equipe aliado à aquisição de equipamentos de monitoração remota reduziu significativamente a incidência de falhas de sistema e interrupção de serviços, e tende a diminuir ainda mais em virtude da aquisição de novos servidores e equipamento de rede.

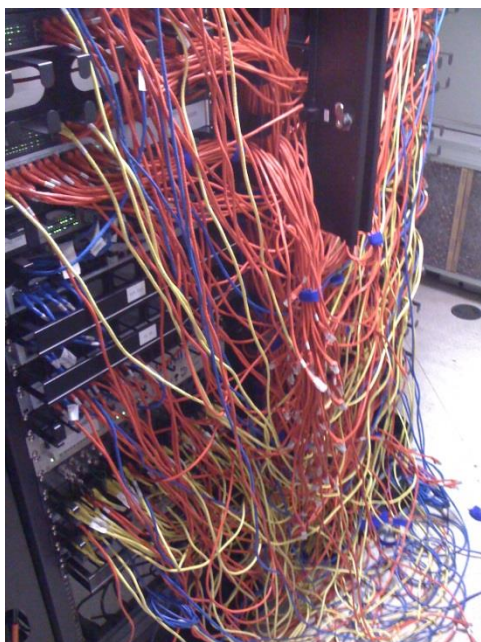
- **Investimento em TI**

O Centro de Processamento de Dados (CPD) do Conselho era composto por servidores obsoletos, utilizavam sistemas operacionais antigos e sem suporte especializado, o espaço de armazenamento era precário, todo este cenário contribuía para as constantes interrupções nos serviços prestados.

O CFP investiu muito em tecnologia em 2015, adquiriu novos equipamentos, novas licenças de softwares, além de novos serviços que proporcionarão a categoria, ao Sistema Conselhos de Psicologia e ao público em geral melhor qualidade nos serviços prestados por esta Instituição, como o Sistema do Cadastro Nacional, Sistema de Inscrição em Eventos, Cadastro de Sites, SATEPSI, entre outros.

Tabela 32 – Investimentos em TI

Antes



Depois



Antes



Depois



O projeto de renovação do CPD ainda não foi concluído, embora todos os equipamentos já foram adquiridos, o processo de migração deve ser feito com cautela para que não haja nenhuma perda de dados ou paralizações indesejadas nos sistemas e sites mantidos pelo CFP.

- **Licitações**

O CFP em 2015 adquiriu muitos produtos e serviços relacionados à tecnologia da informação, a GTI elaborou onze termos de referência e acompanhou o processo licitatório de todos eles:

Tabela 33 - Licitações

Serviço	Empresa	Objeto
Ponto Eletrônico	DIMEP	Fornecimento de solução de ponto eletrônico para RH
Gerenciamento de email	WIKINET	Aquisição de plataforma de serviços de comunicação eletrônica
Especialista em ruby	HELABS	Mão-de-obra especializada em TI
Especialista em desenvolvimento	TUXON	Mão-de-obra em desenvolvimento e manutenção de sites, hotsites, portais e sistemas
Nobreak	ENGEVISA	Aquisição de nobreak
Softwares	OCP SOLUÇÕES	Aquisição de software e sistemas operacionais
Equipamentos de informática	VIXBOT	Aquisição de microcomputador tipo 1
Equipamentos de informática	VIXBOT	Aquisição de microcomputador tipo 2
Equipamentos de informática	VIXBOT	Aquisição de monitor
Equipamentos de informática	VIXBOT	Aquisição de notebook tipo 1
Equipamentos de informática	VIXBOT	Aquisição de notebook tipo 2
Equipamentos de rede	PRIMEIRO TIME	Aquisição de storage
Equipamentos de rede	OCP SOLUÇÕES	Aquisição de rack
Equipamentos de rede	L&B	Aquisição de switches tipo 1
Equipamentos de rede	L&B	Aquisição de switches tipo 2
Sistema de eleições		Fornecimento do sistema eletrônico para pleito eleitoral web de 2016
Sistema de auditoria	SECURITY LABS	Serviços de auditoria para pleito eleitoral web de 2016

- **Reuniões**
- **Apresentação de solução para Inteligência Geográfica e Business Intelligence**
Data: 01/09/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Leomar Santana, Fausto Raupp (TOQ) e Jéssica Queiroz (TOQ).
- **Licitações de equipamentos e licenciamento**
Data: 03/09/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Dênis Cleon (CFP) e Jader Edwardo (L&B).
Encaminhamentos:
 - a. Ajustar o modelo de licenciamento dos softwares a serem licitados;
- **Apresentação de soluções para telefonia**
Data: 03/09/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Elton Ramos (CFP), Leomar Santana (CFP) e Fabíola Morais (Dígitro).
- **Aplicação de advertência à empresa responsável pelo desenvolvido do OrientaPsi, a Tuxon**
Data: 17/09/2015
Local: videoconferência
Participantes: Leomar Santana, Edigar Corrêa (Tuxon) e Sérgio Silva (Tuxon).
Encaminhamentos:
 - a. A empresa se comprometeu a resolver os problemas no ambiente de desenvolvimento;
 - b. A empresa se comprometeu a entregar os produtos nos prazos estipulados.
- **Futuro do OrientaPsi**
Data: 10/09/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Rogério Oliveira, José Carlos, Leomar Santana, Ivan Oliveira, Bruno Chagas, Maria Mello e Fernanda Mendes.
Encaminhamentos:
 - a. Desenvolver a página (fan page) para os Regionais e entidades da Psicologia até o final do mês de outubro;
 - b. Desenvolver a gameficação do OrientaPsi até o final do mês de outubro;
 - c. Adicionar mecanismos de envio de notificações por e-mail e via browser até o final do mês de outubro;
 - d. Implementar a integração com o Cadastro Nacional de Psicólogos;

- **Apresentação de soluções para portais**
Data: 01/10/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Leomar Santana (CFP), Ana Rocha (Lumis) e Márcio Gonçalves da Silva (Lumis).

- **Apresentação de serviços especializados em segurança eleitoral.**
Data: 03/12/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Leomar Santana (CFP) e Fernando Barreira (The Perfect Link).

- **Levantamento de requisitos para ajustar o sistema de protocolos do CFP, DocsWeb, à nova tabela de código de classificação de documentos**
Data: 01/12/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Elton Ramos (CPF), Rafael Perdigão (CFP) e Paulo Victor (Arquivista).
Encaminhamentos:
 - a. Analisar impacto dos ajustes no sistema;
 - b. Elaborar cronograma de manutenção evolutiva.

- **Apresentação de ferramenta de gerenciamento de projetos, Project Builder**
Data: 08/12/2015
Local: sede do CFP / Vídeo conferência
Participantes: Bruna Lucas (CPF), Ivan Oliveira (CFP) e Keli Caride (Project Builder).

- **Apresentação de sistema de gestão eletrônica de documentos, Safeweb**
Data: 14/12/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Leomar Santana (CPF) e Luiz Carlos Zancanella (Safeweb).

- **Definir cronograma de desenvolvimento para 2016**
Data: 21/12/2015
Local: sede do CFP
Participantes: Bruno Chagas (CFP), Ivan Oliveira (CFP) e Leomar Santana (CFP).
Encaminhamentos:

- a. Analisar os itens desenvolvidos;
- b. Verificar a situação dos convênios para cursos
- c. Elaborar gráfico de Gantt;
- d. Agendar reunião com a diretoria para homologar o cronograma.

- **PETI/PDTI**

O Conselho Federal de Psicologia está em processo de implementação do Plano Estratégico de TI (PETI), que abordará ações não apenas desta instituição, mas também de todo o Sistema Conselhos de Psicologia.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

O Conselho Federal de Psicologia segue as orientações e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e suas Instruções e Decisões Normativas. O CFP também obedece a legislação aplicada aos Órgãos Públicos como a Lei 8666/93 (Licitações e Contratos), 10.520/02 (Pregão) bem como a realização de concurso público para a contratação de funcionários.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

O Conselho Federal de Psicologia adota, como forma de apuração de responsabilidade, a instalação de comissão de sindicância com o propósito de evidenciar danos ao erário. A depender do resultado o investigado é instado a restituir o prejuízo causado.